

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA - UCB
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PRG

PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Novembro de 2009

Sumário

1. Histórico	3
1.1. Institucional	4
1.2. Histórico do Curso	10
1.3. Projeção da Missão na Área e no Curso	13
2. Contextualização	16
2.1. Cenário Profissional	16
2.2. Mercado de Trabalho	20
2.3. Diferenciais do Curso de Ciências Econômicas da UCB	22
2.4. Formas de Acesso	24
3. Orientação e Avaliação da Aprendizagem	25
3.1. Concepção de Aprendizagem	25
3.2. Princípios da Área de Ciências Sociais Aplicadas	26
3.3. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	33
3.4. Avaliação de Aprendizagem	37
3.5. Papel da Educação a Distância	38
4. Atores e Funções	40
4.1. Corpo Discente (Entrada, Formação e Saída)	40
4.2. Corpo Docente e Formação Continuada	43
4.3. Núcleo Docente Estruturante e Colegiados	45
4.3.1 – Núcleo Docente Estruturante – NDE	45
4.3.2 – Colegiados do Curso	46
4.4. Perfil Técnico-Administrativo e Formação Continuada	47
4.5. Perfil e Capacitação de Gestores	48
4.6. Processo de Avaliação Institucional	48
5. Recursos	51
5.1. Institucionais	51
5.2. Específicos	54
6. Matriz Curricular	55
6.1. Fluxo das Disciplinas e Estrutura da Matriz	58
6.2. Ementas e Bibliografias	68
6.2.1. Núcleo de Microeconomia	68
6.2.2. Núcleo de Macroeconomia	72
6.2.3. Núcleo de Finanças	76
6.2.4. Núcleo de Métodos Quantitativos	83

6.2.5. Núcleo de História	86
6.2.6. Núcleo Multidisciplinar e Formação Humanística	89
6.2.7. Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso	91
6.2.8. Optativas	93
6.3. Estruturação das Práticas	120
6.4. Atividades Complementares.....	122
6.5. Dinâmica do TCC e Estágio	122
7. Referências Bibliográficas.....	125
Anexos	126
Matriz Curricular – Padrão SA.....	126

1. Histórico

As dimensões do ato pedagógico, dentro do processo formal de educação, ultrapassam, em muito, as ações desenvolvidas em uma sala de aula. Nesse sentido, ele precisa ser entendido na sua estreita vinculação com o objetivo de desenvolvimento integral do aluno, enquanto indivíduo e sujeito social, em relação, entre outras, às dimensões ético-política, epistemológica, educacional e técnica que o constituem.

A universidade, como sistema integrado a outros sistemas constituintes da sociedade, é uma instituição integrada e entranhada na comunidade. Essa integração sistêmica com a sociedade ocorre por meio de funções que lhe são próprias: ensino, pesquisa e ações de extensão universitária.

Por outro lado, a universidade tem o compromisso de desenvolver um processo de produção do conhecimento que possibilite ao sujeito atuar na sociedade, compreendendo e levando a efeito o seu papel social. Essa identidade se manifesta no modo como são assimilados os valores democráticos e os conceitos de cidadania, de avaliação e de liberdade na formação de um indivíduo crítico, capaz de compreender o contexto histórico-cultural, de dar respostas às demandas sociais e de ser um agente de transformação na sociedade.

O compromisso simultâneo com a qualidade da educação superior e a formação humanística do cidadão sempre fizeram parte da história e da filosofia da UCB. Segundo a Carta de Princípios da Instituição, de 1997, a UCB deve, entre outras premissas, privilegiar a catolicidade com abertura ao diálogo, a cidadania como compromisso de integração social e a competência em todo seu agir. Ainda na Carta, um dos princípios fundadores é o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal.

O desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade é um compromisso da UCB presente em sua Missão: *“atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade, por meio da geração e comunhão do saber, comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos, na busca da verdade”*. Este compromisso é a essência de todos os documentos da Instituição, incluindo os Planos Estratégicos, o Projeto Pedagógico Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos.

Uma universidade que leva em conta os cenários político, sociocultural, econômico que se projetam para os próximos tempos, tem de ter presente o fato de

que embora o objetivo da ciência continue sendo o de tornar inteligível o mundo, construindo um conhecimento sistemático da realidade, hoje, a ciência se constrói sobre a procura crítica da verdade, sobre o contínuo questionamento das teorias e dos processos de investigação.

Na Universidade Católica de Brasília, pesquisa e pesquisador, professor e estudante, extensão e ator comunitário só têm razão de ser se as demandas e necessidades da sociedade forem alvo intrínseco de suas ações, pois significância e relevância social são componentes essenciais da sua ação Institucional. É nesse espírito que o Curso de Ciências Econômicas da UCB é concebido.

1.1. Institucional

A história traz, em si, a presença da memória individual e coletiva dos sujeitos e fatos que a constituem. O registro e a sistematização factual induzem a análises que necessitam do contexto particular e geral onde os fenômenos se manifestam. Esse é o princípio que norteia a história da UCB quanto às suas opções metodológicas e pedagógicas.

A decisão política de Juscelino Kubitschek em construir Brasília nos anos de 1955/56, inaugurada em 21 de abril de 1960, promoveu a expansão econômica e a interiorização regional do país na direção do Centro-Oeste, Norte e Nordeste brasileiros. As conjunturas históricas do Brasil, nas décadas de 1960/70, possibilitaram um franco desenvolvimento urbano de Brasília e do entorno o que foi determinante para criação da Universidade Católica na nova capital. Essa criação deve-se a um grupo de diretores de colégios religiosos da Capital.

Os idealizadores dessa futura Universidade Católica de Brasília¹ tomaram iniciativas no sentido de unir propósitos de dez entidades educativas católicas que se desdobraram em atividades e fundaram, em primeiro lugar, a Mantenedora e, a curto prazo, uma instituição que seria a primeira unidade de ensino².

¹- Uma experiência, bem sucedida, até agora, única no mundo, de uma ação conjunta de Congregações Religiosas, sob uma só administração. A União Brasiliense de Educação e Cultura – UBEC é a única Mantenedora de Universidade Católica que é formada por membros de diversas Províncias Religiosas/Congregações, reunidas como Sociedade Civil.

²- Participam da reunião de criação da mantenedora da Universidade Católica de Brasília: 1. Egídio Luiz Setti – Diretor do Colégio Marista de Brasília (L2/Sul), da Associação Brasileira de Educação e Cultura (ABEC); 2. José Teixeira da Costa Nazareth – Diretor do Colégio Dom Bosco (W3/Sul), da Inspetoria São João Bosco; 3. Joseph Arthur Leonel Lamy – Diretor do Instituto Kennedy (W5/Sul), da Aliança

A fundação da União Brasileira de Educação e Cultura – UBEC se deu no dia 12 de agosto de 1972, como uma sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins lucrativos. Instituída a UBEC, iniciou-se o processo de criar a primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas – FCCH. Os jornais realçavam a importância de Taguatinga quanto ao desenvolvimento e crescimento populacional e da dificuldade que os jovens possuíam para fazerem seus cursos superiores em razão da distância do Plano Piloto, onde se encontravam a Universidade de Brasília -UnB e outras Faculdades Particulares: a AEUDF, o CEUB e a UPIS. Esclareciam que até à implantação do “campus” universitário as aulas aconteceriam no Colégio Marista.³ Sediada no Plano Piloto de Brasília, a nova Faculdade teve início, em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia, de Administração de Empresas⁴ e com o curso de Pedagogia (habilitações em Magistério do 2º grau, em Administração Escolar do 1º e 2º graus e Orientação Educacional 1º e 2º graus), ministrado na Cidade Satélite de Taguatinga por razões de espaço físico.⁵

Os cursos criados deveriam, então, serem ministrados de maneira a atrair os interesses da população e as aulas, no horário noturno, com um modelo de ensino específico, foi desenvolvido para os discentes que, em sua maioria, trabalhavam durante o dia e estudavam a noite. A Metodologia de Ensino da Faculdade foi definida a partir do Curso de Introdução aos Estudos Universitários—IEU, onde os alunos

Brasileira de Assistência Social e Educacional (ABASE); 4. Jaques Marius Testud – Diretor do Colégio Marista (Taguatinga), da União Norte Brasileira de Educação e Cultura (UNABEC); 5. Silvestre Wathier – Diretor do Colégio La Salle (Núcleo Bandeirante), da Associação Brasileira de Educadores Lassalistas (ABEL); 6. Martiniano Araújo Vela – Diretor do Colégio Marista (L2/Norte), da União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE); 7. Antón Câmara – Diretor do Colégio Sagrada Família (W5/Norte), Associação Brasileira de Educação (ABE); 8. Sophia Café – Colégio Sagrado Coração de Maria (W3/Norte), da Sociedade Civil Casas de Educação; 9. Carlos Alberto Barata Silva – representante do futuro Colégio Marista (W3/Norte), da União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE).

³ - Os jornais *O Globo*, do Rio de Janeiro, do dia 30/06/1973 e o *Correio Braziliense*, de Brasília, do dia 25/07/1973 noticiavam que, na cidade-satélite de Taguatinga, seriam iniciados, em 1974, os primeiros cursos da Faculdade Católica de Ciências Humanas que estava em fase de regularização junto ao CFE.

⁴ Diário Oficial, Ano CXII, nº 100, Capital Federal, 28/05/1974.

⁵ Decreto nº 73.813, assinado pelo Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici. O decreto nº 73.813 foi reafirmado com o de nº 74.108 de 27 de maio de 1974 e assinado pelo novo Presidente da República Ernesto Geisel cujo artigo 1º definia a autorização do funcionamento da Faculdade Católica de Ciências Humanas, mantida pela União Brasileira de Educação e Cultura—UBEC.

recebiam as informações sobre o ensino superior e o funcionamento da Instituição. Havia uma exigência de que a organização de conteúdos e as aulas fossem feitas por trabalho em equipes de professores, para cada disciplina, no início dos semestres; um material instrucional era distribuído aos estudantes, o que acabou resultando no Banco do Livro e no IEU para os matriculados no básico. Todas as equipes de professores atuavam de acordo com as propostas metodológicas definidas para a FCCH, reforçados por um trabalho de formação dirigido aos professores, instituindo-se o Curso de Formação de Professor Universitário.

Em 8 de agosto de 1980 foi realizada uma alteração nos Estatutos e Regimentos da UBEC e FCCH, em razão de novas realidades conjunturais, permitindo que a instituição se organizasse numa estrutura de ensino mais coerente e adequada à sua própria expansão. Ocorreu, então, a instalação das Faculdades Integradas da Católica de Brasília – FICB⁶, reunindo a Faculdade Católica de Ciências Humanas, a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade (Centro) de Educação.⁷

Os cursos de licenciatura que foram autorizados pelo CFE eram fruto de uma longa etapa de escutar a sociedade brasiliense, demonstrada no interesse despertado no mercado, na atenção constante da Direção, avaliando as necessidades dessa comunidade de Brasília, e do seu entorno e, principalmente, de Taguatinga reforçou a opção pelas licenciaturas. A Católica priorizou as iniciativas de cursos na área de educação, capacitação docente da Fundação Educacional do DF e graduação na área de ciência e tecnologia, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, que reunia os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, evidenciava a expansão do processo de informatização em todos os setores empresariais, inclusive a própria implantação do sistema de controle acadêmico por computação, na Católica. A Faculdade Católica de Ciências Humanas continuava oferecendo os cursos de Administração de Empresas e de Economia, compatibilizando a grade curricular com proposta do MEC/SEU e do Conselho Federal de Técnicos de Administração – CFTA. Os cursos deveriam estar alinhados em conhecimentos, habilidades em relação à

⁶ - De acordo com o Parecer nº 273/81 do antigo Conselho Federal de Educação – CFE.

⁷ - Regimento das Faculdades Integradas da Católica de Brasília, 1981-1984.

oferta de empregos nas áreas de atuação do administrador e atitudes profissionais sustentadas pela ética.⁸

A disposição pedagógica das FICB organizou-se em Departamentos Acadêmicos, racionalizando os trabalhos dos professores e oportunizando a integração professor/aluno. Programas foram desenvolvidos para melhorar o convívio entre as pessoas e de trabalhos que reunissem conjuntos de alunos de diferentes cursos, diferentes ocupações profissionais e diferentes professores. O objetivo era melhorar as condições para que a Instituição se desenvolvesse de maneira global, em lugar de enfatizar o desenvolvimento parcial e unitário

Em 12 de março de 1985, o Campus I da Católica de Brasília foi inaugurado, em Taguatinga, com o primeiro prédio, hoje denominado de Prédio São João Batista de La Salle. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas a serem alcançadas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em Universidade Católica de Brasília. A cidade de Taguatinga, um local estratégico, foi inaugurada em 05 de junho de 1958. Essa cidade cresceu, a 25 km do Plano Piloto, e tornou-se um pólo econômico, com avenidas que se tornaram referência na cidade, altos prédios e uma população que, hoje tem, aproximadamente, 300.000 habitantes. Sua expansão liga-se à própria condição de Brasília ser um espaço geopolítico que atraiu a *gente brasileira* com todos os seus conflitos sociais. O espaço geográfico do *Campus I* da Católica, com suas edificações, acabou se transformando num ponto de convergência populacional, com pessoas do Plano Piloto, Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Taguatinga, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Os vários cursos criados atendiam à demanda de uma população que buscava a formação acadêmica como forma de ascensão social, pessoal e profissional.

A partir de 1988/89, a Direção Geral das FICB, com dinâmica administração, renovando atitudes, acelerou as condições para o futuro reconhecimento em Universidade. Um dos principais objetivos dessa direção foi, exatamente, o desenrolar do processo para o reconhecimento, junto ao Conselho Federal de Educação. Os 17

⁸- Relatório do Programa de trabalho/83, elaborado pela assessoria das FICB, aprovado pela Diretoria Geral para execução a partir de abril/1983 e apresentado à Assembléia Geral da UBEC em reunião do dia 17/03/1984, p. 29.

cursos oferecidos estavam reunidos na Faculdade de Educação, Faculdade de Tecnologia, Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mais os cursos de especialização e mestrado da Pós-Graduação.

Depois de intenso trabalho, ao longo de dois anos, o Ministro de Estado da Educação e do Desporto assinou a Portaria de Reconhecimento das FICB como Universidade Católica de Brasília – UCB, em 28 de dezembro de 1994, com sede na Cidade de Taguatinga (DF). No dia 23 de março de 1995 ela foi oficialmente instalada em seu Campus I. Iniciava-se a primeira gestão universitária UCB de acordo com o que estava sendo definido nos Planos de Ação e no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Nesse mesmo ano foi desenvolvida uma metodologia específica para elaboração de Planos de Ação, os *PA's Anuais*. O objetivo geral dessa metodologia era permitir a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos Planos Anuais - planejamento setorial/operacional - da Universidade, devidamente vinculado ao PDI. Os *PA's* passaram a ser planejados, executados e *avaliados*, anualmente, considerando a acelerada expansão dos núcleos urbanos próximos à posição geográfica da UCB.

Os Projetos Pedagógicos de todos os Cursos da UCB, agora, diversificados nas áreas de humanas, sociais, tecnológicas e ciências da vida, totalizando até o final da década, mais de 40 cursos, acontecendo na Graduação, na Pós-Graduação e no Ensino a Distância, sem falar nos projetos e programas da Pró-Reitoria de Extensão.

A segunda Gestão Universitária iniciou-se em 23 de março de 1999 e confirmou as atitudes tomadas anteriormente, ampliando e expandindo os cursos de graduação e pós-graduação para as áreas mais demandadas pela sociedade e entidades de classe da época. Preocupou-se, sobremaneira, com a Pós-Graduação, com a Pesquisa e a Extensão e redefiniu o corpo docente, contratando mestres e doutores em tempo integral. Programas e projetos de extensão marcaram a presença da Universidade na comunidade de Brasília, Águas Claras e Taguatinga e o avanço do Ensino a Distância teve agregado à sua projeção, o *Curso de Aprendizagem Cooperativa e Tecnologia Educacional na Universidade em Estilo Salesiano*, que ajudou a divulgar o excelente trabalho desenvolvido pela Católica Virtual.

Até o ano de 2000, a Coordenação de Planejamento criou e implantou, prioritariamente, o Plano Estratégico, envolvendo os horizontes de 2002 e o de 2010. Nesse plano está estabelecida a Missão, a Visão de Futuro, os objetivos e as estratégias da UCB para o período. Implantou o Sistema de Planejamento-SISPLAN

que permitiu a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos *PA's*, de forma *on-line*, totalmente automatizado. A orientação básica desse sistema era de acompanhar e avaliar tanto os *PA's* quanto o Plano Estratégico.

Em 23 de março de 2003, um novo grupo de pessoas assumiu a terceira Gestão Universitária, com vistas à sustentação do patrimônio universitário e com uma proposta de trabalhar, cooperativamente, visando manter alguns projetos já delimitados pelas gestões anteriores e implementar o Projeto de Realinhamento Organizacional, o Projeto de Gestão Acadêmica e o Projeto Identidade. Os rumos tomados visavam satisfazer às necessidades dos cursos relacionados à estrutura de Centro de Educação e Humanidades, Centro de Ciências da Vida, Centro de Ciência e Tecnologia e Centro de Ciências Sociais Aplicadas; totalizando 92 Cursos oferecidos pela Graduação, Ensino à Distância, Pós-Graduação, além dos programas e projetos de pesquisas da Extensão, as avaliações institucionais e de curso, realizadas durante esse período, atestaram a excelência da educação superior realizada na UCB, bem como a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão⁹.

Em continuidade às avaliações positivas da UCB, a quarta Gestão Universitária assumiu em 31 de Janeiro de 2007 com o propósito de fazer conhecer em âmbito nacional a qualidade do Ensino, da Pesquisa e da Extensão desenvolvidos pela instituição. Uma reorganização estrutural interna da Universidade visa, hoje, revisar todo o processo de ensino oferecido pela UCB, comparando com as Diretrizes para o Ensino Superior definidas pelo Conselho Nacional de Educação, além de analisar o mercado e as ofertas de curso nas diversas instituições da região.

Há uma tendência de integração, em função do fortalecimento do trabalho em equipe e da idéia de que a formação dos estudantes vai além de um determinado curso, perpassando áreas e diversas estratégias. Desta forma, a característica de um perfil de estudante e egresso, não é integrada somente pelo curso, mas pela área em que ele está inserido e pelas características que compõem os valores institucionais. No entanto, a UCB enfrenta o desafio de não mascarar a percepção das diferenças, esvaziando o processo de formação com *atividades de treinamento*, mas de criar um cidadão capaz de análise e crítica, sobre a realidade de vida cotidiana.

⁹ A UCB mantém a Graduação integrada à Pesquisa e à Extensão em projetos estratégicos e articulados, compartilhando espaços e diversificando os ambientes de aprendizagem para além da sala de aula. Fonte: Relatório de Gestão – Reitora Débora Pinto Niquini. 2003/2006.

O desafio das Universidades Particulares é grande em função da expansão do setor privado demonstrada quando as matrículas nas IES são muito maiores que nas instituições públicas¹⁰. *Um dado importante, informado pelo Cadastro Nacional das IES, em 2007, é a predominância de IES não-universitárias – instituições que não precisam realizar pesquisas, somente transferir conhecimentos - das 2.398 IES, 92,6% são instituições não universitárias (faculdades e centros universitários). As universidades representam muito pouco nesse universo geral: somente 7,4% do total de IES. Estas devem, por obrigação legal realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, contar com 1/3 de doutores e mestres em seu quadro docente e com 1/3 de seus professores contratados em regime de tempo integral, segundo o artigo 52 da LDB (Brasil, 1996).*¹¹ Neste sentido, a classe estudantil que precisa buscar sua formação acadêmica nas IES que o mercado oferece vai ter que escolher entre suas necessidades prementes de sobrevivência e a qualidade dos conhecimentos que as faculdades e universidades oferecem. Terão que avaliar que tipo de profissional quer ser para competir nas ofertas de empregos oferecidos e que formação pessoal quer para si enquanto sujeito que vai muito além de uma questão de mercado. Sem falar no ideal de educação que os docentes pretendem realizar.

O Projeto Pedagógico da UCB não perde de vista as contradições dos sistemas políticos e econômicos da atualidade e luta com as próprias dificuldades internas, na ânsia de vencer as crises e sustentar seu espaço físico e de produção científica, cultural e de intervenção social no quadro da realidade nacional e regional do Brasil.

1.2. Histórico do Curso

O primeiro curso de Ciências Econômicas oferecido na região Centro-Oeste, ainda no início da década de sessenta do século passado, foi o da Universidade de Brasília. Posteriormente, com o surgimento de novas Instituições de Ensino Superior

¹⁰ - Dahmer Pereira escreve que as matrículas dizem que, em 2004, o Censo da Educação Superior indicava que, das 4.163.733 matrículas registradas, 2.985.405 (71,7%) pertenciam ao setor privado e 1.178.328 (28,3%) ao setor público (INEP/MEC,2005). Já em 2005, existiam 4.453.156 matrículas, sendo 3.260.967 (73,2%) delas em IES de natureza privada, enquanto o setor público contava com 1.192.189 matrículas (26,8%), demonstrando um claro aumento da participação privada de um ano para o outro

¹¹ - DAHMER PEREIRA, L. Mercantilização de ensino superior e formação profissional em serviço Social: em direção a um intelectual colaboracionista? In *Revista Agora: Políticas Públicas e Serviço social*, Ano 3, nº 6, abr 2007 ISSN-1807-698X. Disponível em <http://www.assistentesocial.com.br>.

(IES), abrem-se novos cursos de Economia, como o da Faculdade Católica de Ciências Humanas (FICCH), que surgiu em 1974, juntamente com o nascimento da própria Instituição. Desde então, vem cumprindo os seus objetivos de formar profissionais em economia com perfil diferenciado e ajustado ao mercado de trabalho da Capital Federal.

A autorização para implantação do curso de bacharelado em Ciências Econômicas da UCB foi dada pelo Decreto nº 73.813/74 (Parecer CFE/MEC nº 680/74). O ato de criação foi a Portaria Ministerial do MEC nº 1.827, de 28 de dezembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 1974. O reconhecimento do curso foi dado pelo Decreto nº 79.845/77, publicado no Diário Oficial da União de 24 de junho de 1977 (Parecer CFE/MEC nº 1.200/77).

O Curso de Ciências Econômicas da UCB atende as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Econômicas estabelecidas pela Resolução nº. 4, de 13 de Julho de 2007. Atende, também, à legislação que regulamenta a profissão de Economista, especialmente a Lei nº. 1.411, de 13 de agosto de 1951 e o Decreto nº. 31.794, de 17 de novembro de 1952, bem como as alterações dadas pela Lei nº. 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e a Lei nº. 6.537, de 19 de junho de 1978. O Curso está em consonância também com as Resoluções do Conselho Federal de Economia que definem o campo de trabalho do Economista.

Ao longo desses anos, o curso de Ciências Econômicas passou por um processo contínuo de aperfeiçoamento, adequação às novas realidades e amadurecimento, incluindo alterações em suas grades curriculares e inovações pedagógicas. Esse processo permitiu um crescimento junto com a Instituição e vem gerando, cada vez mais, a reputação merecida de quem trabalha numa perspectiva de que a melhoria deve ser uma busca constante.

Esse processo contínuo de aperfeiçoamento e adequação às novas realidades é balizado pelas avaliações internas e externas à Instituição. Internamente, o curso de Ciências Econômicas é frequentemente avaliado pelo Programa de Avaliação Institucional da UCB. Este programa organiza pesquisas periódicas sobre a percepção dos alunos em relação ao curso e aos professores, sendo que o Curso de Economia tem obtido resultados satisfatórios.

Externamente, diversas avaliações têm dado também a chancela ao curso de economia da UCB e, ao mesmo tempo, orientado ações estratégicas de melhorias para o curso. No antigo Exame Nacional de Avaliação (Provão), o curso de economia vinha obtendo menções C e B. Já na Avaliação das Condições de Oferta de Cursos,

promovidas pelo Ministério da Educação e Cultura, o curso de economia obteve algumas menções regulares no ano de 1999. Cinco anos depois, com o processo de melhorias implementadas no curso, passou a obter conceito “bom” no item Corpo Docente e “muito bom” nos itens Organização Didático-Pedagógico e Instalações. Recentemente, nos anos de 2006 e 2007, destaca-se o fato de que o curso obteve avaliação “Quatro estrelas” pelo Guia do Estudante da Editora Abril.

Por conta desse processo contínuo de busca pela excelência no ensino, hoje, muitos “economistas da Católica” ocupam cargos elevados, tanto no Poder Executivo, como no Legislativo e Judiciário, além de cargos de direção e cargos técnicos em grandes empresas e instituições instaladas em Brasília, além de atuarem como profissionais liberais ou no comando do seu próprio negócio. Com o atual Projeto Pedagógico do curso de economia, espera-se melhorar ainda mais suas avaliações, bem como consolidar o reconhecimento por parte do mercado, especialmente por enfatizar o aspecto aplicado de instrumentos das áreas de finanças públicas e empresariais, sempre tendo como pano de fundo a realidade brasileira.

Objetivos Gerais e Específicos

O Curso de Ciências Econômicas da UCB pretende formar Bacharéis em Economia, aptos ao exercício profissional assegurado por Lei, em todos os setores do campo econômico, com elevado senso ético e de responsabilidade social, conforme preconizados pelos documentos balizadores da Instituição e pelos textos legais que regulamentam a profissão do Economista. Para tal, possui os objetivos a seguir detalhados.

Objetivo Geral

Formar profissionais no campo da Ciência Econômica com sólida formação e com competências e habilidades adequadas para atuação no complexo mercado de trabalho atual, de modo responsável e ético.

Para tal, oferece uma formação que proporciona base teórica sólida e contextualizada, com compreensão histórica da realidade internacional e brasileira, à qual se alia o desenvolvimento aplicado dos conceitos e instrumentos típicos da profissão. Essas características garantem o desenvolvimento da capacidade de pensar, de compreender e de se ajustar ao ambiente de mudanças, bem como compreender e

dominar assuntos e técnicas próprios da profissão e de outras áreas afins do saber, incluindo, entre outras, Administração, Ciências Contábeis, Direito e Relações Internacionais. A tudo isso se soma o comprometimento com o social e com valores éticos.

Objetivos Específicos

Especificamente, o curso de Ciências Econômicas da UCB objetiva:

- Construir uma visão ampla da área de Ciências Sociais Aplicadas, bem como do contexto histórico de sua formação, evolução teórica e interdependência com demais campos do saber;
- Proporcionar as bases teórico-científicas necessárias à formação profissional do Economista;
- Habilitar o egresso do curso ao exercício prático das atividades inerentes à profissão do economista, bem como adequar sua formação ao contexto e às particularidades próprias do Distrito Federal, onde se destaca a área de *Finanças Públicas e Empresariais*;
- Estimular no estudante o interesse pelo avanço do conhecimento, do humanismo e da justiça social, de modo a desenvolver uma atitude, no lado profissional e perante à vida de um modo geral, de permanente atualização, respeito ao próximo, abertura à diversidade e, sobretudo, comportamento ético.

1.4. Projeção da Missão na Área e no Curso

O compromisso da UCB em elevar o nível humanístico e técnico dos seus egressos está presente em sua Missão: “atuar solidária e efetivamente para o desenvolvimento integral da pessoa humana e da sociedade, por meio da geração e comunhão do saber, comprometida com a qualidade e os valores éticos e cristãos, na busca da verdade”. Nesse sentido, a Instituição não quer formar apenas profissionais, mas cidadãos que contribuam para o desenvolvimento do país em todos os níveis, conforme expresso na Carta de Princípios, de 1998, marco referencial para diversos outros documentos elaborados posteriormente: os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Planos Estratégicos, o Projeto Pedagógico Institucional e a elaboração de sua Missão e Visão de Futuro. A Carta de Princípios afirma que “a UCB lê a realidade do

contexto em que se encontra e orienta a sua existência à luz da prática educativa dos fundadores das congregações religiosas integrantes da UBEC, privilegiando:

a catolicidade como abertura ao diálogo;

a cidadania como compromisso de integração social;

a competência em todo o seu agir¹².

A área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA), à qual se vinculam os programas (graduação e pós-graduação *lato* e *stricto sensu*) em Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Comunicação Social, Direito, Relações Internacionais e Serviço Social, caracteriza-se pela formação de profissionais que lidarão com a complexidade de uma sociedade em transformação e dinâmica. Exige agilidade, habilidade para lidar com crises e solucionar problemas, competência de negociação, percepção de vários públicos e ausência de respostas prontas e fechadas. Regida pelos princípios e valores da missão da UCB, busca, para além da formação profissional voltada ao mercado de trabalho, atender a demandas e necessidades da sociedade, que cada vez mais exige cidadãos bem informados, éticos, atualizados e abertos à educação continuada.

Para tanto, os Cursos de CSA oferecem ao seu corpo discente possibilidades de vivenciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na busca e desenvolvimento do conhecimento, promovendo a participação em projetos tais como: núcleos de estudos, núcleos de simulação, empresas juniores, núcleos de prática jurídica, projetos sociais, disciplinas comunitárias, atividades de iniciação científica e monitoria, dentre outros, que permitem ao estudante interagir com a comunidade, ajudando a transformá-la e sendo por ela transformado. Essa indissociabilidade, além de ter implicações diretas sobre a vida dos educandos, tem também repercussões no planejamento e nas atividades dos educadores. Dada a abrangência da interação entre ensino, pesquisa e extensão na UCB, “a universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e

¹² Cf. *Carta de Princípios*. Universa: Brasília, 1998, p. 1.

social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento”¹³.

Complementarmente, para que tal integração de fato se constitua em um processo pedagógico, faz-se necessária “uma aliança entre aprendizes que desejem percorrer diversos caminhos para descobrir, degustar e divulgar conhecimentos e, por outro, pautar esses conhecimentos, segundo as finalidades da educação propostas pela Lei de Diretrizes e Bases, para o pleno desenvolvimento do educando, o exercício da cidadania e a capacitação para o trabalho”¹⁴.

O curso de Ciências Econômicas, em particular, entende ter um papel de extrema importância para a consecução da missão da Universidade. A essência da profissão do economista é a busca por alternativas para a alocação dos recursos escassos da sociedade. Assim, o papel do curso e dos profissionais da área por ele formados assume grande relevância: o compromisso com a sociedade, seu entendimento, crítica e transformação. Essa preocupação se reflete na concepção da matriz curricular, no desenho e condução das disciplinas, bem como nos temas, no enfoque e no desenvolvimento dos diversos projetos e ações promovidas pelo curso.

Os desdobramentos da missão Institucional se manifestam em cada tópico do presente projeto pedagógico. Apesar disso, em alguns deles as repercussões se mostram de forma bem nítida. Cabe ressaltar inicialmente o caráter amplo e multidisciplinar da formação proposta pela matriz curricular do curso de Ciências Econômicas. Além das várias disciplinas obrigatórias compartilhadas com áreas afins, como Administração, Ciências Contábeis, Direito e Relações Internacionais, entre outros, destaca-se também o compartilhamento de cursos optativos e a oferta de disciplinas voltadas para a reflexão de problemas éticos, antropológicos e da Religião, onde são discutidos pontos fundamentais da transcendência inerente a qualquer pessoa e sociedade e, portanto, interligados à compreensão dos aspectos culturais, étnicos e sociais da coletividade.

¹³ Projeto Pedagógico Institucional, p. 15

¹⁴ Idem.

Outro ponto de destaque é a integração entre ensino, pesquisa e extensão, onde a forma como a missão Institucional toma corpo no curso de Ciências Econômicas da UCB fica também clara. Por exemplo, as linhas de pesquisa e os temas dos projetos desenvolvidos, que se desdobram também nos programas de iniciação científica, voltam-se necessariamente para a compreensão ampla dos problemas sociais e econômicos. Alinham-se a essas ações os projetos sociais e as atividades de extensão promovidas pelo curso; atividades de monitorias, onde os estudantes são estimulados a trabalhar junto ao professor no auxílio a colegas, na organização do material didático e na pesquisa; na empresa júnior, que desenvolve o empreendedorismo ao mesmo tempo em que contribui com a comunidade local; e assim por diante.

Finalmente, entre muitos outros pontos, cumpre destacar o transbordamento da missão na concepção e nas práticas pedagógicas, de gestão e no desenvolvimento permanente do próprio curso, no seu compromisso com a educação de qualidade, voltada para o crescimento científico e o desenvolvimento humano sustentável.

2. Contextualização

2.1. Cenário Profissional

A Globalização, fenômeno que tem servido de “pano de fundo” de praticamente todos os debates sobre a sociedade contemporânea, deverá continuar por muito tempo a ser considerada uma temática atual. É uma realidade que não se pode ignorar ou evitar, pois ela já se acha instalada na economia mundial, do que é prova a internacionalização dos mercados e das crises, com repercussões em todos os continentes. Esse fenômeno influenciará, indubitavelmente, o desenvolvimento das nações no século XXI, refletindo-se não somente nas economias locais, mas também na própria cultura dos povos.

Nesse cenário de mudanças, e também de oportunidades, de limites, porém de possibilidades, a UCB é chamada a dar a sua contribuição por meio do alto nível técnico e humanístico de seus egressos, que são estimulados a se inserirem profissionalmente de forma competente, criativa, empreendedora e sobretudo ética. Para fundamentar sua atuação, a UCB considera os assuntos além das fronteiras nacionais, ao evitar as percepções apenas domésticas da realidade econômica, cultural e social. A Instituição dialoga com os grandes centros produtores de conhecimento,

com as demandas e necessidades da sociedade, e com os saberes locais sem perder sua dupla vocação: é universal, mas está inserida no Distrito Federal e na denominada “*Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)*”, composta por 22 municípios que exercem pressão sobre o Distrito Federal no que concerne ao mercado de trabalho, equipamentos públicos e relações comerciais.

Os dados do Distrito Federal concernentes ao Produto Interno Bruto nominal revelam uma aceleração vertiginosa do desenvolvimento econômico da região na década de 90 e início dos anos 2000. Da mesma forma, verificava-se a tendência para um elevado PIB *per capita*, colocando-o, em 2001, à frente de todos os outros estados brasileiros. Historicamente, o Distrito Federal tem mostrado uma dinâmica econômica fundamentalmente terciária (serviços). A partir da consolidação da Capital Federal, o setor terciário tornou-se o mais forte da economia local, sendo responsável por grande parcela da renda e pela maioria dos empregos gerados. As principais atividades terciárias estão relacionadas à administração pública, ao comércio, ao segmento de hotéis, bares e restaurantes, e de imóveis.

O mercado de trabalho no Distrito Federal, impulsionado pela dinâmica da economia local, acompanhou suas fases de desenvolvimento, sempre concentrando o maior número de empregos no setor terciário, induzido, direta ou indiretamente, pelo setor público. As limitações à instalação de indústrias no Distrito Federal restringiram a diversificação produtiva na região, resultando na expansão da malha urbana nos mesmos moldes daquela caracterizada nas regiões metropolitanas. A região polarizadora é Brasília, onde estão a sede do Governo Federal, e a maior concentração dos postos de trabalho. Vale frisar que nos últimos anos a Região Administrativa de Taguatinga, onde está localizado o Campus I da Universidade Católica de Brasília, também vem se destacando e ganhando características de uma grande metrópole.

Nada obstante as particularidades das origens e da vocação administrativa do Distrito Federal, e a correspondente dependência que tem de investimentos públicos, existe a preocupação das autoridades locais em incentivar a ampliação dos investimentos privados, garantindo maior autonomia para o Distrito Federal, com oferta de produtos e empregos compatíveis com a sua demanda.

As estatísticas do mercado de trabalho do Distrito Federal, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/DF), têm início em fevereiro de 1992,

quando a Secretaria de Trabalho do Governo do Distrito Federal, em parceria com a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) e a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE/SP), implantaram a pesquisa. Com base nesses 14 (quatorze) anos de pesquisa (1992 a 2005), é possível ter uma radiografia do mercado de trabalho local, conhecendo-se como a dinâmica da geração de empregos interage com o crescimento demográfico.

A População em Idade Ativa (PIA), correspondente ao contingente de habitantes com 10 (dez) anos e mais, passou de 1,2 milhão em 1992 para 1,7 milhão em 2003. A População Economicamente Ativa (PEA), equivalente ao conjunto de trabalhadores ocupados mais o de desempregados, estava estimada em 733 mil pessoas em 1992, alcançando 1,1 milhão em 2003.

As estatísticas sobre a ocupação no Distrito Federal indicam que o mercado de trabalho, desde 1992 até 2002, absorveu mais trabalhadores com o ensino médio completo e educação superior incompleta, acumulando crescimento de 103,1% e 134,7%, respectivamente. O contingente de ocupados com a educação superior completa obteve variação percentual acumulada de 69,4%; com o ensino médio incompleto o aumento foi de 60,9% e, por fim, com o ensino fundamental completo foi de 30,1%. Já entre os trabalhadores com o fundamental incompleto e os analfabetos, o quantitativo de ocupados diminuiu de 8,5% e 42,8%, respectivamente. Esses dados demonstram, por um lado, a seletividade do mercado de trabalho e, por outro, um processo de escolarização da população, induzida pela elevação das exigências do mercado.

Além de concentrar grande quantidade de Órgãos Públicos, das esferas Federal e Distrital, relativos aos três poderes da República, quais sejam, Executivo, Legislativo e Judiciário, o Distrito Federal concentra, ainda, grande quantidade de organizações representativas de quase todos os países do mundo. Relativamente à área privada, todo o Distrito Federal e região do entorno conta com um grande número de empresas prestadoras de serviços, comerciais, industriais, financeiras, hospitalares e organizações não governamentais.

A área de Ciências Sociais Aplicadas da UCB pode contribuir para atender as demandas e necessidades do mercado de trabalho do DF e Região, que exige

profissionais cada vez mais qualificados técnica e eticamente para lidar com problemas complexos e ações complexas. Em resposta às novas exigências ambientais e socioculturais a área elegeu como eixo fundamental o conceito de “Desenvolvimento Humano Sustentável” (DHS). Adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o DHS considera não só aspectos econômicos ou de renda para avaliar as condições de um povo, mas sobretudo o acesso à maior participação social, política, econômica, aos bens culturais, à informação e ao lazer, à equidade e à justiça nas relações de gênero, étnicas e de classe social, confluindo para uma melhor qualidade de vida e para o protagonismo dos atores envolvidos no processo.

Desse modo, os egressos da Católica, na diversidade de suas atuações profissionais, são estimulados a considerar que o desenvolvimento econômico é um aspecto importante, mas não exclusivo, na avaliação do patamar de desenvolvimento de um país; são motivados a olhar para a complexidade dos problemas humanos também pelo prisma cultural e social e a defender o direito à diferença em suas várias manifestações, agindo como empreendedores na transformação da sociedade.

Apesar de estar entre os países mais ricos do mundo em termos de PIB (Produto Interno Bruto), o Brasil possui ainda uma grande marca de desigualdades, ao persistirem indicadores sociais indesejáveis. Diante do atual cenário nacional e internacional, o Brasil precisa cada vez mais de profissionais capacitados, que possam ajudar a pensar e a buscar soluções criativas que impulsionem o seu desenvolvimento, para que o País concretize uma trajetória sustentável do ponto de vista econômico e social.

Numa perspectiva ampla, a missão do economista é conceber, propor e criticar cursos de ação econômicos e sociais, públicos ou privados, que possam reduzir ou eliminar essa condição desfavorável ao País. Naturalmente, o Distrito Federal representa uma grande oportunidade para atuação do profissional da Economia. A capital da República é um centro de decisões governamentais, o que deixa claro a importância e a necessidade da formação de quadros qualificados para atuar no serviço público, sobretudo de economistas capazes de propor e avaliar criticamente políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social do país. Com isso, o exercício profissional no campo das *finanças públicas*, nas esferas de governo Federal e do Distrito Federal, constitui uma clara e importante área de atuação para os economistas formados pela UCB.

Por outro lado, o Distrito Federal destaca-se também por possuir uma das maiores rendas *per capita* do país. Esta riqueza acaba por criar oportunidades importantes para o economista atuar no setor privado. Nessa esfera, a gestão das *finanças empresariais* é um papel típico do economista. Gerir recursos pessoais ou de uma empresa envolve a busca e a avaliação das alternativas que possam levar a melhor alocação de recursos e maximizar o retorno sob a ótica do empreendedor, tanto no curto quanto no longo prazo. Como a competitividade de empresas locais e nacionais depende em muito da qualificação técnica de seus gestores, o economista assume, mais uma vez, papel decisivo nesse quadro.

2.2. Mercado de Trabalho

O campo de atuação do economista é amplo e inclui atividades diversas, tais como:

- Assessoria e consultoria de questões econômico-financeiras, seja para o setor privado, seja para o setor público;
- Estudos de mercado, laudos e pareceres de questões econômicas específicas;
- Elaboração e estudos de viabilidade econômico-financeira de projetos de investimentos;
- Análise e elaboração de cenários econômicos;
- Participação na elaboração de planejamento estratégico de longo prazo para empresas e governo;
- Estudo e análise de mercado financeiro, de capitais e derivativos;
- Produção e análise de estatísticas econômicas e financeiras, tais como contas nacionais e índices de preços;
- Planejamento, implementação e avaliação de políticas tributárias e fiscais;
- Análise de políticas monetárias e de taxa de juros do Banco Central e seus impactos nas empresas e na economia em geral;
- Planejamento, implementação e avaliação de políticas de comércio exterior, envolvendo mercado de câmbio, crédito, subsídios e negociações internacionais;
- Análise de patrimônios de empresas e avaliação econômica de bens aparentemente intangíveis;
- Perícia judicial e extrajudicial que envolva cálculos financeiros;
- Elaboração, execução e avaliação de orçamentos empresariais e públicos;

- Análise de custos e benefícios privados e sociais de projetos de investimentos e de políticas públicas em geral;
- Auditoria e fiscalização de natureza econômico-financeira para empresas e governo;
- Planejamento, implementação e avaliação de estratégias empresariais e de concorrência;
- Análise de custos, formação de preços e análise de rentabilidade em empresas públicas e privadas;
- Análise de equilíbrio econômico-financeiro de contratos;
- Análise das demonstrações financeiras de empresas públicas e privadas; entre outras.

Esse amplo conjunto de possibilidades para atuação do economista torna-se particularmente atrativo na região do Distrito Federal, onde se destacam quatro grandes mercados potenciais para os egressos do curso de Ciências Econômicas da UCB.

1. No setor público: por meio do núcleo estratégico do Estado, incluindo carreiras como as de Gestor, Analistas de Finanças do Tesouro Nacional, Analistas de Planejamento e Orçamento, Controladoria Geral da União, Analista do Banco Central, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Tribunal de Contas da União, bancos públicos federais e distritais, entre outras;
2. No setor privado: prestação de serviços, seja por meio de iniciativa própria, como consultores ou empresários, seja mediante atuação como executivo em instituições financeiras ou empresas de grande porte estabelecidas na Capital Federal;
3. No terceiro setor: em organizações não governamentais – ONG's;
4. No setor externo: atuando como profissionais especializados e capazes de entender a complexa realidade econômica nacional num mundo globalizado onde crescem as oportunidades de negócios internacionais.

Em suma, existe um vasto campo de atuação para o economista no Distrito Federal, em especial aquele relacionado às áreas de finanças públicas e finanças empresariais. A Universidade Católica de Brasília, por meio de seu curso de Ciências Econômicas, busca disponibilizar as condições para uma formação de qualidade,

adequada às características locais e regionais do mercado de trabalho e comprometida com o caráter ético e responsável de conduta profissional e cidadã.

2.3. Diferenciais do Curso de Ciências Econômicas da UCB

É importante destacar que o curso de Ciências Econômicas da UCB está inserido no contexto de uma Universidade. Diferentemente de Faculdades e Centros Universitários, um dos fatores que qualifica uma Universidade é sua abrangência no ensino. Para que uma Instituição de Ensino Superior seja qualificada como Universidade, é necessário que atinja alguns requisitos mínimos, entre eles uma pluralidade de cursos de graduação e de pós-graduação. Essa abrangência aumenta a integração entre os cursos e, conseqüentemente, a qualidade e o potencial do processo educacional vivenciado.

Outro aspecto fundamental que qualifica uma Instituição de Ensino Superior (IES) como Universidade é a existência da tríade ensino-pesquisa-extensão. A UCB, além de abraçar e valorizar essas três dimensões do ensino superior, tem a premissa básica da indissociabilidade entre elas. Acredita que a formação integral do estudante não é possível se estiver restrita às salas de aulas, mas que deve ser complementada por atividades laboratoriais, extra classe, de extensão e de pesquisa. Assim, disponibiliza ao estudante diversas possibilidades entre cursos de extensão, participação em projetos comunitários, iniciação científica, empresas juniores, seminários, monitorias, entre muitas outras atividades que não encontrariam numa Faculdade ou num Centro Universitário.

Outro diferencial importante do curso de Ciências Econômicas da UCB é a possibilidade do estudante continuar sua formação após a conclusão da graduação. O curso de economia oferece várias possibilidades de educação continuada. A primeira delas é a oportunidade de aproveitar grande parte dos créditos de economia para fazer um segundo curso de graduação em áreas afins, como Administração, Contabilidade, Direito e Relações Internacionais. A condição de aproveitamento de disciplinas torna o segundo curso muito vantajoso, por conta do baixo custo adicional em termos financeiros e de tempo: a depender de suas escolhas quanto às optativas, o aluno pode deter quase metade dos créditos necessários à conclusão do curso de Ciências Contábeis da UCB, aproximadamente 40% dos de Administração e 29% dos de Relações Internacionais.

Outra possibilidade é o engajamento dos alunos nos Programas de Pós-graduação da UCB. Dentro dessa perspectiva, existem alternativas que podem ser facilmente aproveitadas e não necessariamente excludentes: i) Programas de Mestrado e Doutorado *stricto sensu* em economia, ambos com perfis acadêmicos; e ii) Programas de Especialização profissionalizantes em áreas afins.

Uma importante sinergia dessa integração entre graduação e pós-graduação para os estudantes, mesmo para aqueles que não desejarem dar continuidade imediatamente em seus estudos, é a presença de um quadro docente altamente qualificado, em sua maioria composto por Mestres e Doutores. Na UCB, educadores de pós-graduação (onde as exigências quanto à titulação são mais fortes) atuam necessariamente na graduação, o que permite ao estudante o convívio com esses profissionais, além da interação mais direta com os programas de Pós-graduação. Nesse aspecto, vale destacar o alto nível e as conquistas dos Programas de Mestrado e de Doutorado em economia da UCB, cujo desempenho em publicações nacionais e internacionais o coloca como um dos mais produtivos e reconhecidos do país.

Por outro lado, os Programas de Especialização profissionalizante em áreas afins representam um diferencial significativo para o egresso do curso de Ciências Econômicas da UCB. Esses cursos se caracterizam pelo caráter aplicado dos instrumentos e das técnicas. Nesse sentido, além de proporcionar adequação às características particulares do mercado profissional da Capital Federal, o que de certa forma o próprio curso de graduação já procura atender, parte da carga horária originalmente feita na graduação ou em cursos de extensão, também aproveitadas como atividades complementares, pode ser utilizada para determinados cursos de Especialização, dependendo do programa específico de cada curso. Sendo assim, dependendo da evolução de seus estudos, em pouco tempo o estudante poderá obter um título de Especialista em alguma área afim.

Outro diferencial importante do curso de Economia da UCB é seu enfoque aplicado. Sem comprometer a formação ampla e crítica, científica e tecnicamente bem fundamentadas, o curso se destaca pelo foco na aplicabilidade dos conceitos, técnicas e instrumentos da profissão do economista. O curso parte da concepção de que é importante compreender “o porquê”, mas é preciso também a aprender “a fazer” e que isso está diretamente associado ao processo de aprendizagem. Entende também que o conhecimento e o domínio de técnicas e de instrumentos específicos podem representar um diferencial importante para o jovem no mercado de trabalho.

Além de tudo isso, é preciso reconhecer a existência da excelente infra-estrutura disponibilizada pela Instituição. A UCB possui excelentes salas de aula, incluindo salas TOPs (com computadores, data show e outros equipamentos), Bibliotecas, áreas de esporte e lazer, entre muitas outras vantagens para o estudante. Tudo isso contribui para o processo de formação do aluno, que não apenas obtém um título superior, mas tem a possibilidade de viver realmente uma “vida Universitária plena” durante seu processo de formação.

Por fim, não se poderia deixar de enfatizar o aspecto da formação humanística proporcionada pelo curso. O compromisso com valores éticos faz parte da cultura e da missão da própria Instituição e são naturalmente patrocinados pelo curso de Economia. Assim, não basta ser um excelente profissional. É preciso, antes de tudo, ser ético no exercício da profissão e na conduta de um modo geral, sempre respeitando as diferenças e os valores do próximo, empenhando-se na compreensão das falhas dos outros numa dimensão afetiva e assumindo o compromisso cidadão com a sociedade em que estamos inseridos.

2.4. Formas de Acesso

O estudante ingressa no Curso de sua escolha, por meio de processo seletivo, denominado vestibular, que é realizado em data e horário estabelecidos em edital, amplamente divulgado. A execução técnico-administrativa do concurso vestibular fica a cargo da Fundação Universa – Funiversa, conforme o Oitavo Termo Aditivo ao Acordo de Mútua Cooperação Nº 80.019/2005, celebrado entre a União Brasileira de Educação e Cultura – UBEC (Mantenedora da UCB) e a Fundação Universa – Funiversa. Os cursos de Graduação funcionam sob o regime de créditos, com pré-requisitos estabelecidos na Matriz Curricular. Tal regime possibilita ao estudante cursar, a cada semestre, disciplinas que totalizem diferentes quantidades de créditos, a partir do mínimo de 12 créditos. Poderão se inscrever no processo seletivo os candidatos que já tenham concluído ou estejam em fase de conclusão do ensino médio ou equivalente, devendo apresentar obrigatoriamente o documento de conclusão do Ensino Médio no ato da matrícula. O Processo Seletivo consta de dois cadernos de provas sobre os conteúdos dos programas dos ensinos fundamental e médio, sendo 1 (uma) prova de Redação e 4 (quatro) provas objetivas, comuns a todos os candidatos. As provas objetivas constarão de questões de Língua Portuguesa, de Conhecimentos Gerais (Geografia, História e Atualidades), de Matemática e de Ciências (Biologia, Física e Química) para todos os cursos. Será eliminado do Processo Seletivo o

candidato que obtiver resultado 0 (zero) ponto em uma ou mais das provas objetivas, e/ou nota menor que 20 (vinte) em Redação (de um total de 100).

Na possibilidade de ter vagas ociosas a UCB recebe estudantes advindos de outras IES, desde que estas estejam regularizadas em consonância com a legislação brasileira. Há, na hipótese de vagas ociosas, possibilidade de aceitar candidatos que apresentam desempenho em outros processos seletivos realizados em outras IES, desde que tragam declaração de desempenho com aproveitamento mínimo de 70%, nesse caso, também é possível o ingresso de candidatos que tenham realizados avaliações oficiais, tais como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. A UCB como participante do Programa de Governo Universidade para Todos possui vagas reservadas para os candidatos encaminhados pelo MEC habilitados para receberem bolsa PROUNI.

3. Orientação e Avaliação da Aprendizagem

3.1. Concepção de Aprendizagem

A concepção de Aprendizagem do curso de Economia está respaldada no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UCB. Neste documento a UCB manifesta sua concepção sobre aprendizagem: o processo de aprendizagem deve ser focado em si mesmo e não em alguns de seus elementos como a sala de aula e o professor. É preciso compreender que não se faz um professor apenas de ciência, mas de ciência e também de pedagogia. Neste prisma, o professor deixa de ser um simples “expositor” de conteúdos já programados e se torna o elo no processo de aprendizagem, colocando-se como orientador do ato de aprender e avaliador do desempenho e dos resultados em andamento.

Neste processo de centralidade na aprendizagem é preciso compreender que as pessoas apreendem de diversas maneiras e que o já sabido também precisa ser acolhido. A partir de uma problematização, este conhecimento já adquirido pode ser expandido por uma construção crítica, momento em que a presença do “professor-condutor” é fundamental na coordenação desse processo.

Esta concepção requer, muitas vezes, a revisão do próprio lugar da aula dentro da Universidade. Ou seja, muitas vezes, conforme salienta o PPI, “a organização do trabalho pedagógico prende e isola os estudantes em salas, assistindo aulas, ouvindo explicações e fazendo provas. Desse modo, priva-os do que a universidade tem de melhor: a experiência do debate, da crítica, da argumentação e da elaboração própria”.

Então, na concepção de aprendizagem proposta, ao centralizar-se na aprendizagem, o espaço para construir o conhecimento deve ser expandido e ir além da sala de aula.

O curso de Ciências Econômicas procura adotar esta concepção de aprendizagem por meio de diversas maneiras. Alunos e professores são estimulados ao debate crítico e construtivo nas salas de aulas a partir de situações problemas do mundo real, muitas vezes enunciadas pela mídia e debatidas também fora do ambiente acadêmico. Este confronto do debate acadêmico x não-acadêmico permite absolver o conhecimento já adquirido pelo aluno e, ao mesmo tempo, dar um passo adiante na construção do conhecimento pela exposição a novos elementos teóricos introduzidos pelo “professor-condutor”.

O curso estimula também a participação dos alunos em projetos de pesquisa coordenados por professores da Pós-graduação. Trata-se de oportunidade, fora da sala de aula, para a construção de conhecimento por meio da pesquisa de algum problema ainda não compreendido nem por aluno e nem por professor. Juntos, ainda que sob orientação do segundo, vão construir argumentos e buscar evidências que possam constituir uma solução ao problema colocado como desafio.

Também se destacam no curso os projetos de extensão, especialmente a produção de artigos na Carta Econômica, o Laboratório de Finanças e o Índice de Custo de Vida (ICV-DF). Na “Carta Econômica”, revista trimestral do curso de Economia, os alunos são convidados a escreverem um artigo em conjunto com algum professor. No Laboratório de Finanças, o qual conta com a supervisão de um “professor-condutor”, o aluno pode acompanhar e discutir vários conceitos e métodos apreendidos em sala de aula. A mesma coisa se presta o ICV, no qual o aluno é convidado a participar de sua elaboração mensal, podendo compreender de uma forma muito mais crítica a construção de um índice de preços, o que muitas vezes não é possível pela simples leitura de um livro texto ou pela exposição do professor em sala de aula.

3.2. Princípios da Área de Ciências Sociais Aplicadas

Na área de Ciências Sociais Aplicadas, todos os Cursos e Programas baseiam seu projeto pedagógico e sua estrutura curricular em uma concepção de aprendizagem como processo interativo, de constante intercâmbio de saberes entre os educandos e os educadores. Nesse sentido, tanto professores quanto estudantes carregam responsabilidades no processo de aprendizagem, processo esse que vai além da mera

repetição e reprodução de conteúdos na perspectiva da hierarquia do saber, em que um professor – com conhecimentos “superiores” – projeta ou despeja sobre o estudante – “despossuído de conteúdos” – um manancial de conhecimentos que espera que este último apreenda¹⁵. Na verdade, a partir da percepção da aprendizagem como um conjunto de práticas pedagógicas e didáticas, um caminho de mão dupla no qual todos aprendem e todos ensinam, as CSA visualizam o estudante como protagonista e o professor como mediador. Dessa forma, se compõe o quadro das metodologias utilizadas. A partir dessa perspectiva a sala de aula não seria mais o único espaço fundamental de encontro, pesquisa, trocas de saberes, discussão e projeção da extensibilidade do saber. O aluno passa a buscar o seu conhecimento através da pesquisa, na realização de programas de extensão e, ainda, em outros espaços de aprendizagem, como as plataformas de ensino a distância, que também são utilizadas como ferramenta de complementação de conteúdo e comunicação direta entre alunos e professores em cursos presenciais.

A sistematização das práticas didático-pedagógicas em apenas um Projeto Pedagógico por curso, que aparentemente poderia refletir-se em limitações ao processo ensino-aprendizagem, revela-se positiva na medida em que é exatamente esse Projeto que dá organicidade ao desenvolvimento e compartilhamento dos saberes. Ele reflete, na verdade, uma diretriz clara e específica, ainda que ela permita interpretações variadas e seja, de fato, um eixo norteador das atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito dos Cursos. Os Projetos Pedagógicos de todos os Cursos das Ciências Sociais Aplicadas, ademais, interagem e se intercomunicam, dado que sua própria elaboração é conduzida a várias mãos: no âmbito do Curso, participam Direção, Colegiado, professores e estudantes; no nível colegiado de área, as Direções também trabalham em conjunto, cooperando com vistas a buscar o máximo de consonância, como cabe ser em uma Universidade.

É necessário enfatizar que, para a área, como também para toda a UCB, a proposta pedagógico-didática passa pela necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A educação superior não pode prescindir da interligação entre a produção do saber, sua disseminação, comunicação e utilização, e é nessa via que os

¹⁵ Paulo Freire (1997).

Cursos e Programas de CSA concebem seu próprio desenvolvimento. Esses são os eixos estruturantes da prática didático-pedagógica nas Ciências Sociais Aplicadas.

Há um núcleo de disciplinas compartilhadas nas CSA, além das de formação comum a toda a Universidade. Para viabilizar esse compartilhamento, cada curso organiza horários e turnos de disciplinas a serem ofertadas, com o intuito de atender às diferentes demandas dos estudantes e otimizar a formação das turmas. Os docentes de diferentes cursos devem ser estimulados a elaborar planos de ensino que considerem a diversidade de públicos em sua disciplina, isto é, acolham os estudantes de cursos diferentes, com perspectivas variadas de aproveitamento dos conteúdos para a formação profissional.

Quando não é possível realizar um intercâmbio com todos os cursos da área, estimula-se a parceria com cursos mais próximos, que tenham interesses afins. Por exemplo, Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis; ou Direito e Relações Internacionais; Comunicação Social e Serviço Social; ou ainda Relações Internacionais e Ciências Econômicas. Mas o profissional formado em qualquer curso de Ciências Sociais Aplicadas na UCB deve perceber a sua vinculação com outras profissões da mesma área do conhecimento e deve ser estimulado a buscar o intercâmbio. Essa troca pode se dar de várias formas – o estudante deve ser orientado a cursar optativas ofertadas pelos diversos cursos da área, desenvolver trabalhos em equipe com alunos de outros cursos nas disciplinas comuns e inclusive ler autores comuns a Ciências Sociais Aplicadas, o que é facilitado pelo grande acervo da área.

As atividades complementares são outra oportunidade de compartilhamento de saberes, experiências e recursos. Por exemplo, a realização de Seminários e de cursos de extensão em conjunto com temáticas emergentes como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, empreendedorismo, finanças, entre outras, marcam a participação da área em eventos como a Semana Universitária e favorecem a ampla discussão, por meio de diferentes perspectivas, de temas da pauta social.

Formando profissionais tecnicamente preparados e, ao mesmo tempo, cidadãos éticos, os Cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas alinham-se perfeitamente com um dos objetivos estratégicos mais relevantes da UCB: aprimorar a excelência em todas as áreas. Os Projetos Pedagógicos dos Cursos da área de CSA trazem em seu bojo processo dialógico, permitindo aos alunos de todos os Cursos da área cursarem

disciplinas de seu interesse acadêmico. Assim, é comum, em diversas disciplinas oferecidas encontrar alunos não somente do curso responsável por aquele conteúdo mas também alunos de outros cursos de CSA. Ademais, tal interação também pode ser vista, através da lista de disciplinas optativas dos Cursos de CSA, aberta a todos os cursos da UCB. Finalmente, ao propor uma formação integral da pessoa humana, a UCB poderá aportar uma contribuição concreta e diferencial ao desenvolvimento da nova realidade brasileira e das relações do País no âmbito externo, com particular impacto para o DF e sua projeção no cenário nacional e internacional. Essa interação acadêmica com a comunidade, que emana do princípio da indissociabilidade, que “direciona e confere unidade intrínseca à criação, sistematização e acessibilidade do conhecimento”¹⁶, é salutar e contribui, por meio do compartilhamento dos saberes, para o desenvolvimento tanto da Universidade quanto da própria sociedade.

Uma série de disciplinas propostas pelo curso de Ciências Econômicas, que culminam com a cadeira de “Macroeconomia IV”, a qual aborda as teorias de Desenvolvimento Econômico, contribui para incorporar o conceito de Desenvolvimento Humano Sustentável no processo de formação do estudante. Para permitir também a interação com os cursos da Área na consolidação do conceito, existem ainda duas disciplinas que ampliam essa discussão: Introdução ao Ensino Superior, que em seu papel de introduzir os estudantes à pesquisa e à produção de conhecimento utilizaria como tema de análise o DHS, e Empreendedorismo, que compõe o leque de optativas e estimula nos concluintes dos cursos a compreensão do DHS como indicador do sucesso ou fracasso de um empreendimento, muito além da exclusividade dos indicadores econômicos.

Da mesma forma, esse conceito de DHS deve estar presente como um dos critérios de avaliação dos Trabalhos de Conclusão de Curso – isto é, as monografias e produtos elaborados pelos estudantes também serão avaliados por sua capacidade de leitura da complexidade do real, em seus aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais, bem como pelo interesse e motivação para transformar esse real.

Da mesma forma, o DHS está presente em toda a atividade de extensão desenvolvida na área, como indicador para a avaliação e diretriz para a ação. Nas

¹⁶ Projeto Pedagógico Institucional, p. 15.

empresas juniores também se consolida na proposição de novos projetos e nas disciplinas comunitárias torna-se amplamente debatido e praticado, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Muitos estudiosos da educação, especialmente referindo-se ao processo de aprendizagem, reconhecem na cooperação elemento fundamental para o aprender: Piaget, Vygotsky, Freinet, Paulo Freire, dentre outros. A relação cooperativa contribui tanto para problematizar o objeto estudado, valorizando, com isso, as posições diferenciadas dentro de cada grupo, quanto para o desenvolvimento da aprendizagem, na medida em que o assunto ainda não compreensível para um pode ser compreensível para o outro.

Nesse contexto, a interação é uma das molas propulsoras do processo de aprendizagem, seja na educação presencial ou virtual. Ela favorece a comunicação de pensamentos, a problematização de idéias e a ajuda mútua que advém do trabalho conjunto.

Professores e grupos de aprendizes vêm aderindo a trabalhos em grupos cooperativos como estratégia didática, visando atender às necessidades sociais e pedagógicas, destinando grande importância ao atendimento das demandas dos indivíduos que compõem a sociedade contemporânea. A premissa desse processo é que as pessoas, diante de um desafio e na relação com os outros, aprendem e se desenvolvem.

Uma das formas de buscar a efetividade da aprendizagem está presente na cooperação, em que o pressuposto básico é a cumplicidade entre os intervenientes, seja no trabalho de grupo, nos intervalos ou durante uma atividade, além da relação afetiva do educador com seus estudantes, relação essa que estimula o desenvolvimento das atividades com atitude de respeito, responsabilização das pessoas e clima de alegria, o que favorece e cria situações de aprendizagem.

A aprendizagem cooperativa está ancorada na idéia de que somos seres sociais, ou seja, nos constituímos como seres humanos na relação com o outro. Aprendemos a ser humanos e esse aprendizado pode enfatizar uma perspectiva mais cooperativa que competitiva. Na metodologia cooperativa assumimos a posição de que a cooperação é caminho que possui sustentação pedagógica, política e ética.

Nesse processo de aprendizagem cooperativa, deve-se a) diversificar as técnicas didáticas e pedagógicas; b) incluir a utilização de recursos tecnológicos; c) aproximar fontes de informações diversificadas para que os estudantes transitem de um formato para o outro (periódicos, jornais, fontes tecnológicas, multimídia e livros); d) favorecer a expressão oral concomitantemente à escrita; e) priorizar avaliações participativas em que todos sejam sujeitos; f) realizar o planejamento de todo o processo de aprendizagem, ajustando-se às circunstâncias, englobando todo o contexto; g) considerar o ambiente de aprendizagem como uma estratégia de ensino; h) valorizar a qualidade das tarefas realizadas e dos relacionamentos ocorridos; i) reconhecer na Instituição de ensino como um todo, um ambiente de cooperação e interação; j) perceber o professor e os estudantes como representações do ambiente de aprendizagem cooperativa. Com isso, reforça-se a interdependência social, a heterogeneidade do grupo, a liderança distribuída e a autonomia.

A Universidade Católica de Brasília direciona esforços para a adoção de tais práticas que visam à aprendizagem cooperativa. Essa iniciativa, ainda que não sendo o único estilo de aprendizagem que se evidencia na Universidade, está presente em diversas práticas pedagógicas dos cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas. Alguns Cursos das CSA, por exemplo, têm valorizado práticas como *Active Learning* (ou Aprendizagem Ativa)¹⁷, a partir dos quais se inova no processo ensino-aprendizagem com vistas a favorecer o maior aproveitamento possível por parte de todos os envolvidos.

A UCB estimula e valoriza o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação como recurso facilitador e impulsionador da aprendizagem e como possibilidade de ampliação da oferta de cursos e disciplinas a distância, criando comunidades virtuais de aprendizagem e expandindo a presença da Instituição em todo

¹⁷ *Active Learning*, como método, pode ser definido como qualquer atividade que envolva os estudantes em atuar sobre o processo ensino-aprendizagem, com plena consciência do que fazem, refletindo sobre os passos desse processo, desde sua concepção, passando por sua execução, até sua avaliação. Meyers e Jones (1993, p. xi) definem *active learning* como ambientes de aprendizagem que permitem aos estudantes “falar e escutar, ler, escrever e refletir, enquanto têm acesso aos conteúdos a serem apreendidos, por meio de exercícios de solução de problemas, pequenos grupos informais de trabalho, simulações, estudos de caso, teatro e outras atividades – todas elas requerendo que o estudante aplique na prática o que está estudando”. MEYERS, Chet and JONES, Thomas B. *Promoting Active Learning: Strategies or the College Classroom*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1993.

o território nacional e em outros países. Para tanto, a formação docente e discente na utilização de plataformas de compartilhamento de informações é fundamental na viabilização desse processo. A oferta de disciplinas e cursos a distância nas CSA já é uma realidade institucional, agora ampliada pela meta de se comporem até 20% das matrizes curriculares presenciais em módulos a distância.

Para se mensurar a efetividade e eficácia dessas diretrizes pedagógicas e didáticas das CSA, tem-se de desenvolver metodologias de avaliação com os mesmos preceitos. No esforço de dar organicidade, unidade e aplicação prática aos processos avaliativos, a área de conhecimento definiu como princípios operativos da avaliação os que se seguem:

a) Privilegiar, nas salas de aula e nos ambientes virtuais de aprendizagem, as situações-problema como possibilidade de estimular os estudantes a desenvolverem senso crítico e a abordarem de forma complexa, e transdisciplinar, os vários aspectos de um problema;

b) buscar, sempre que a disciplina possibilitar, a valorização da expressão escrita e oral, consideradas competências fundamentais para os egressos da área; e

c) valorizar as competências e habilidades que possibilitam o trabalho cooperativo acima referido, considerado fundamental para o exercício profissional na área de CSA.

Tendo em vista as diversas práticas pedagógicas existentes na Universidade e por ela valorizadas, bem como os princípios operativos da avaliação anteriormente referidos, cabe fazer referência também a métodos de avaliação da aprendizagem e de aferição da apreensão dos conteúdos disseminados e partilhados. Na UCB e, portanto, nas CSA, não se privilegia um ou outro tipo de avaliação, mas se enfatiza a necessidade de um processo coerente, inteligível, justo e equânime, além de progressivo e cumulativo. A coerência significa que a avaliação deve estar de acordo com os conteúdos partilhados; a inteligibilidade diz respeito à clareza com que as regras são instituídas; a justiça é afeita à isenção na elaboração e correção dos processos avaliativos; a equanimidade refere-se à generalidade e abrangência do processo, estando todos a ele sujeitos, ainda que se privilegiem diferentes saberes de diferentes indivíduos; a progressividade e cumulatividade se relacionam com a

existência de múltiplas oportunidades de avaliação e de exigências adequadas aos conteúdos partilhados até cada momento avaliativo. A opção por provas escritas ou orais, dissertativas ou objetivas, trabalhos em equipe ou individuais, ou qualquer outra forma de avaliação é, de fato, elemento a ser discutido e implantado a partir de um consenso. Esse consenso pode dar-se entre professor e estudantes, entre Direção e professores, ou de forma mais abrangente, entre a Universidade e a comunidade. O que é mais relevante é que de cada Plano de Ensino conste detalhadamente todo o processo avaliatório para que todos os envolvidos – educadores ou educandos – estejam plenamente cientes de cada passo e cada diretriz.

3.3. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

O Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Católica de Brasília afirma que: “O princípio da indissociabilidade direciona e confere unidade intrínseca à criação, sistematização e acessibilidade do conhecimento¹⁸. Ainda de acordo com o PPI, a integração entre essas atividades não é, porém, uma simples somatória de um conjunto de ações. Trata-se de um processo que estimula a disposição do sujeito para ensinar e aprender por meio da pesquisa, do ensino e da extensão. E acrescenta: “As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento”.

A UCB entende, portanto, os desafios colocados pela necessidade de se buscar a indissociabilidade. Conforme a Resolução Concepe/UCB nº 63/2009: “Por ser um discurso proferido em vários espaços, por vários atores, e aparentemente não ter

¹⁸ O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto na Carta Magna e assim dispõe o artigo 207 da Constituição de 1988: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e **obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**” (grifo nosso), princípio que foi acolhido pelo artigo 4º do Estatuto da UCB. A concepção de que o tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão constitui eixo fundamental da universidade brasileira e não pode ser compartimentado e está também presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB.

críticos e detratores, a indissociabilidade adquire o estatuto de mito. Considerada como uma inspiração, é uma metáfora, que aponta a presença ausente. Suscita polêmicas, chegando a ser aclamada por alguns como uma panacéia para a perda da qualidade de ensino, enquanto que, para outros, é considerada a solução mágica para o rompimento de muros quase intransponíveis entre universidade e comunidade; outros, enfim, vêem nela a solução definitiva para superar a degradação das condições de trabalho em muitas instituições de ensino superiores brasileiras”.

No entanto, ainda conforme manifestado na Resolução Consepe/UCB nº 63/2009: “Essa indissociabilidade-mito, que sobrevive no imaginário de muitos gestores, docentes e discentes das universidades brasileiras, pode ser tomada, sim, como fonte inspiradora de metas, desde que impulsionada por um processo calcado em princípios claros e consistentes. Assim, a busca por “métodos e técnicas” para se “construir” indissociabilidade gera uma nova categoria, a de meta. E desta forma pragmática, os atores da e na Universidade querem operacionalizar esse conceito tão amplo, desejado e inacessível, e elencar uma série de ações para atingi-lo”.

Assim, a UCB reconhece a força simbólica da indissociabilidade-mito e, ao mesmo tempo, a atração pragmática da indissociabilidade-meta. Para a UCB, a indissociabilidade é um processo a ser construído e reafirmado no cotidiano institucional. Constrói-se pela convicção de que ensino, pesquisa e extensão têm em comum a produção do conhecimento. Dessa forma, a indissociabilidade é o processo inovador pelo qual essas diversas atividades construtoras do conhecimento realizam-se plenamente, gerando um conhecimento mais complexo e instigante, em permanente diálogo com as demandas, limites e possibilidades de seu tempo. Realizar esse mito/meta é, portanto, um dos desafios da UCB e para isso é preciso, sobretudo, compartilhar inquietudes, experiências e expectativas.¹⁹

¹⁹ Resolução Consepe/UCB nº 63/2009. Este documento institucional ainda acrescenta: “Indissociabilidade, entendida a partir destas premissas, é a compreensão de que todas as atividades da Universidade, embora com focos específicos e diferenciados, são voltadas à produção e socialização de conhecimento, com relevância ética e política, e se enriquecem dos questionamentos e das dúvidas de outras atividades associadas. Revela, deste modo, a impossibilidade de se compartimentar ensino, pesquisa e extensão. Diferentemente da integração, que pressupõe atores agindo em momentos e modos separados, mas convergindo para uma finalidade comum, a indissociabilidade exige o compromisso constitutivo de ser *Princípio Pedagógico* que se positiva nas funções operativas de ensino, de pesquisa e de extensão, contribuindo para a construção da dignidade humana no mundo da vida real em sua dimensão objetiva e subjetiva. Isto porque todo princípio precisa se efetivar em uma função

Mas, de que maneira o Curso de Ciências Econômicas busca operacionalizar esse desafio Institucional? Por diversos caminhos, conforme já comentado brevemente ao longo desse Projeto Pedagógico e que são aqui retomados.

A integração entre Ensino e Pesquisa ocorre por meio de diversos mecanismos, sendo que a existência dos Programas de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) em economia funciona como o eixo propulsor dessa integração. Um desdobramento natural dessa articulação entre graduação e pós-graduação é a presença de um quadro docente dedicado à pesquisa, em sua maioria composto por Mestres e Doutores. Na UCB, necessariamente, educadores de pós-graduação atuam na graduação, o que cria um vínculo direto entre estudantes e pesquisadores. Além disso, esse vínculo pode ser intensificado por meio da inclusão de estudantes em projetos de pesquisa. Frequentemente existem grandes projetos de pesquisa com apoio formal da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade e que são coordenados por professores do curso de Economia. Em cada um desses projetos cria-se a oportunidade para diversos alunos participarem de um trabalho de Iniciação Científica, sendo muitos deles com apoio de bolsas.

Outra consequência natural dessa integração é a possibilidade de participação em eventos acadêmicos e em seminários programados pelos cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado. Por exemplo, destacam-se na graduação os eventos comemorativos da Semana do Economista e do Prêmio UCB de economia, que valoriza o desempenho acadêmico dos estudantes. Na pós-graduação, o programa semanal de seminários recebe palestrantes de outras Instituições e dos próprios programas internos, que apresentam resultados de suas pesquisas. Os alunos da graduação são convidados e estimulados a participar dessas palestras, o que cria a oportunidade para o conhecimento de resultados de novas pesquisas, muitas vezes na fronteira da Ciência Econômica, o que também serve de estímulo à curiosidade científica.

operativa, pois do contrário fica improdutivo; assim como também toda função operativa precisa de um princípio que a sustente, pois do contrário a atividade em si perde seu sentido”.

A integração entre ensino e extensão, por sua vez, também pode ocorrer por diversos meios. A Pró-reitoria de Extensão da Universidade pauta-se pelas seguintes premissas:

- *Criação de meios para o acesso e comunicação do conhecimento por meio da educação continuada, prestação de serviços, transferências de inovação e tecnologia e ação comunitária;*
- *Promoção de ações, institucionalmente articuladas, que visem a conscientização da pastoralidade como eixo norteador da estrutura e dinâmica da universidade;*
- *Otimização de um processo de interação com organismos governamentais e não governamentais para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável.*

A graduação em Economia incorpora essas premissas por meio de diversos recursos. O primeiro deles é a oferta de cursos de extensão como forma de educação continuada, o que representa também uma forma de integração entre extensão e pós-graduação. Por meio desse mecanismo, o estudante tem a oportunidade de realizar cursos que complementam seus estudos, reciclam ou aprofundam temas específicos.

Outra categoria de atividade de extensão oferecida pelo curso de Economia é a Ômega - Empresa Júnior de Economia. Atualmente, conforme concebido em seu plano estratégico, a Ômega pode atuar em diversas áreas da economia, mas possui um foco especial em três seguimentos: elaboração e análise de projetos de investimentos, análise de mercados financeiros e estudos de conjuntura. Esses trabalhos podem ser executados a título de prestação de serviços para comunidade, de forma gratuita ou remunerada, e funcionam tanto como possibilidade de aplicação pelos estudantes dos conhecimentos adquiridos, como forma de contribuir com o desenvolvimento de comunidades onde a UCB está inserida.

Com relação ao eixo de estudos de conjuntura, estudantes que integram a Ômega vêm sendo responsáveis, sob a coordenação e colaboração de professores da Graduação e da Pós-graduação, pelas publicações de diversos artigos na Carta Econômica, revista de conjuntura vinculada ao curso, com tiragem de 1.000 cópias, publicadas trimestralmente e com foco no Distrito Federal. Os tópicos envolvidos, típicos da profissão do economista, incluem Inflação, Mercado de Trabalho, Finanças

Públicas e Mercado Financeiro, além do espaço editorial que abre oportunidades para temas diversos.

Outro caminho de operacionalização das premissas supracitadas, e que também integram ensino, pesquisa e extensão, é a participação do Curso de Ciências Econômicas em Projetos de Extensão com caráter social. Atualmente, o Curso de Economia, juntamente com o de Serviço Social, participa do Projeto “A Construção da Cidadania por meio do Fortalecimento de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis do DF”. Esse projeto promove ações, institucionalmente articuladas, com o objetivo de apoiar e criar condições auto-sustentáveis para uma comunidade de catadores localizada próxima ao Pistão Sul de Taguatinga, onde está localizado o campus I da UCB. O projeto articula diferentes eixos, tais como habitação, saúde, sustentabilidade econômico-financeira, capacitação e eventos diversos. Dentro desse propósito, envolve diversos cursos da Universidade, bem como parcerias externas como a Caixa Econômica Federal, Pastoral da Evangelização e Construção Social, Governo do Distrito Federal, OASSAB, entre outras.

Por fim, vale destacar aspecto inovador do presente Projeto Pedagógico do Curso de Economia ao acolher atividades que integram, ao mesmo tempo, o ensino, a pesquisa e a extensão. Trata-se do recurso às Atividades Complementares como item curricular obrigatório, conforme exigido pela Resolução nº. 4, de 13 de Julho de 2007 e explicitado no item 6.4. Durante a graduação, o aluno deve realizar essas atividades como parte integrante da matriz curricular. As Atividades Complementares podem ser cumpridas por meios de cursos de extensão, participação na Empresa Júnior, Carta Econômica, Iniciação Científica, palestras e seminários, estágios, monitorias, projetos sociais e assim por diante. Nesse sentido, o curso patrocina uma integração direta entre ensino, pesquisa e extensão.

3.4. Avaliação de Aprendizagem

Um bom processo de aprendizagem precisa ser acompanhado por um adequado processo de avaliação. Numa concepção mais geral, o processo de avaliação no Curso de Ciências Econômicas é visto como retro-alimentação do próprio processo de aprendizagem. Assim, deve refletir também os princípios anteriormente expressados quanto à prática pedagógica. Para garantir esse processo de ensino, aprendizagem e avaliação, o curso segue alguns princípios básicos. Em primeiro lugar, é importante

que o professor planeje sua disciplina, incorporando a concepção pedagógica, prevendo atividades, dinâmicas, recursos, formas de avaliação, disposição do conteúdo e assim por diante.

Em seguida, é fundamental que o professor apresente e discuta o Plano de Ensino no início do semestre letivo, deixando clara a proposta e o conteúdo do curso, a forma de avaliação, além de dirimir as dúvidas que porventura surjam sobre o Plano de Ensino e as decorrentes do próprio processo de ensino e aprendizagem.

No Plano de Ensino o professor deverá detalhar as formas de avaliação, que privilegiam os princípios operativos definidos pela área de Ciências Sociais Aplicadas. Sendo assim, o professor poderá utilizar métodos tais como prova escrita, prova oral, trabalhos individuais ou em grupos, realizados dentro ou fora da sala de aula, sempre buscando avaliar da melhor maneira possível o processo de ensino-aprendizagem. Devem sempre ser buscados, especialmente nas disciplinas aplicadas, meios de avaliação que valorizem os estudantes como protagonistas no desenvolvimento de atividades intelectuais e práticas.

É importante destacar que o processo avaliativo não se restringe ao estudante, sendo primordial que também o docente, o curso e a Instituição estejam a ele integrados. Nesse sentido, o curso de Ciências Econômicas entende ser fundamental o processo de avaliação dos docentes pelos estudantes, como forma de *feed-back* e reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas e os resultados obtidos. Ao lado desse mecanismo, a assessoria do curso acompanha e dá suporte pedagógico à elaboração e execução dos planos de ensino. Ademais, o curso de Ciências Econômicas é também alvo de avaliação, tanto Institucional, mediante processos definidos no Projeto Pedagógico Institucional - PPI, como pelos mecanismos oficiais orientados para esse fim.

3.5. Papel da Educação a Distância

As tecnologias de comunicação estão provocando profundas mudanças em todas as dimensões da sociedade, sejam elas educacionais ou não. Elas vêm colaborando, sem dúvida, para modificar o mundo. Nesse sentido, há um evidente interesse da Universidade Católica de Brasília em aproveitar os benefícios de seu alcance e difusão.

Sabendo que as tecnologias viabilizam novas e produtivas metodologias de ensino e que as redes de comunicação permitem o processo ensino e aprendizagem, em tempo real, em qualquer lugar do mundo, o ensino a distância viabiliza a produção compartilhada, a formação de grupos cooperativos e o surgimento do trabalho em grupos.

No intuito de agregar as qualidades que tal modalidade de ensino permite e em consonância com a Portaria do MEC 4.059/2004, que autoriza as Universidades a introduzir na organização curricular dos seus cursos 20% de disciplinas semipresenciais, a Universidade Católica de Brasília oferece disciplinas com a mesma carga horária do ensino presencial. Tais disciplinas são acompanhadas por docentes da instituição com vínculo ao curso, desenhando, assim, uma rede de interação semipresencial com os estudantes, a partir da realização de encontros presenciais. Eis a portaria:

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 81 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 1º do Decreto no 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, resolve:

Art. 1º. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semi-presencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria.

§ 1º. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semi-presencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na auto-aprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota.

§ 2º. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

§ 3º. As avaliações das disciplinas ofertadas na modalidade referida no caput serão presenciais.

§ 4º. A introdução opcional de disciplinas previstas no caput não desobriga a instituição de ensino superior do cumprimento do disposto no art. 47 da Lei no 9.394, de 1996, em cada curso superior reconhecido.

Art. 2º. A oferta das disciplinas previstas no artigo anterior deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria.

Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade semi-presencial implica na existência de docentes qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso, com carga horária específica para os momentos presenciais e os momentos a distância.

Tendo em vista o crescente número de alunos matriculados na instituição, com interesses e objetivos diferentes, a UCB procura oferecer maior flexibilidade na composição da grade horária, possibilitando a inserção de disciplinas virtuais em todos os seus currículos para que os estudantes, ao mesmo tempo em que têm a oportunidade de conhecer um pouco do ensino a distância, estejam em contato com as novas ferramentas de comunicação e informação. Dentre as razões indicadas pelos alunos da universidade para realizar tais disciplinas, destacamos:

- Maior flexibilidade de estudo no que diz respeito ao tempo e ao espaço;
- A vontade de experimentar uma nova modalidade de aprendizagem, reconhecendo-o como oportunidade de atualização;
- O reconhecimento de que as disciplinas oferecidas semipresencialmente são uma forma de apoio para a qualidade das estruturas educacionais existentes;
- A percepção de que este é um espaço rico em interação e possibilidades de comunicação;
- A possibilidade de estudo autônomo.

O Curso de Ciências Econômicas da UCB tem o entendimento dessas vantagens que podem ser utilizadas pelo aluno e, em termos práticos, viabiliza a possibilidade de o estudante realizar algumas disciplinas na modalidade a distância e superar algumas restrições temporais e espaciais. Essas disciplinas podem ser realizadas utilizando-se da plataforma da “Católica Virtual” (UCBV - Universidade Católica de Brasília Virtual). Dentro dessa modelagem de ensino, as disciplinas contam com conteúdos exclusivos e com tutorias efetivas de professores qualificados, além de um ambiente virtual de aprendizagem moderno e interativo.

4. Atores e Funções

4.1. Corpo Docente (Entrada, Formação e Saída)

Os estudantes da área, ao chegarem à Universidade, devem estar abertos às oportunidades oferecidas, no sentido de estimular suas capacidades e habilidades de

pensar criticamente, de analisar e se comprometer com a solução dos problemas da sociedade. É desejável também que o estudante possua capacidade de trabalho em equipe e interação com outras pessoas e culturas, sendo capaz de respeitar as diferenças e conviver com elas. Que possa também encontrar na experiência formativa proporcionada pela UCB uma porta de entrada para uma postura de constante aprendiz diante da vida.

Pretende-se, com isso, que o estudante da UCB possa contribuir para a sua própria transformação, atuando crítica e eticamente, transitando nas mais diferentes áreas do saber, adaptando-se e desenvolvendo-se em outras áreas diferentes daquela de sua formação. A necessidade de construir seu conhecimento no conjunto dos diversos saberes da área fortalece a capacidade dos estudantes e egressos de caminhar em diferentes situações, buscando de forma conjunta a promoção de ações comprometidas com os desafios da sociedade.

A partir dessa perspectiva, espera-se que os egressos da área de Ciências Sociais Aplicadas da UCB apresentem sólida formação geral e humana, que proporcione postura crítica e flexível diante da complexidade. Além disso, os egressos da área deverão desenvolver as devidas habilidades para a atuação profissional competente e constantemente atualizada, sempre comprometida com a sociedade. Espera-se, em relação às atitudes, um comportamento ético e compromissado, que revele capacidade para a tomada de decisões, espírito crítico, liderança e facilidade de atuação em grupo, adequada capacidade de comunicação oral e escrita, iniciativa, empreendedorismo e compromisso com a permanente atualização.

Após seu período formativo no âmbito das Ciências Econômicas, espera-se que os estudantes adquiram uma sólida formação teórica e o domínio técnico dos assuntos relacionados à Economia, aliados à visão histórica e plural do pensamento econômico, com capacidade para aplicação dos conhecimentos à realidade local, nacional e internacional.

Assim, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, conforme Resolução CNE nº. 4 de 13 de julho de 2007, o curso procura ensejar no estudante, *“a capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e políticas relacionadas com a economia, revelando assimilação e domínio de novas informações, flexibilidade*

intelectual e adaptabilidade, bem com sólida consciência social, indispensável ao enfrentamento de situações e transformações político-econômicas e sociais, contextualizadas, na sociedade brasileira e no conjunto das funções econômicas mundiais”.

A viabilização desse perfil de egresso exige o comprometimento com uma formação que atenda, simultaneamente, a várias premissas básicas. Em primeiro lugar, é importante possibilitar uma base cultural ampla e crítica, que extrapole os limites próprios da profissão. Daí a necessidade de integração e compartilhamento com as demais áreas, em especial com as Ciências Sociais Aplicadas, e de um aprofundamento da visão histórica e contextualizada da realidade, que possibilite o entendimento das questões econômicas no seu contexto histórico-social.

Em segundo lugar, a formação adquirida deve habilitar o estudante para o pleno exercício profissional, com competência e responsabilidade. Isso exige, adicionalmente, o desenvolvimento de autonomia analítica e abertura para adquirir novos conhecimentos, o que é fundamental para que o egresso prossiga em sua jornada profissional com competência e permanente atualização.

Ademais, numa área tipicamente complexa e em constante transformação, um economista deve desenvolver a capacidade para a tomada de decisões e para a resolução de problemas complexos numa realidade diversificada e multidisciplinar, o que exige flexibilidade, capacidade de liderança, trabalho em equipe e cooperação.

O profissional da economia não pode também deixar de desenvolver as habilidades necessárias à efetiva comunicação oral e escrita, por meio das quais expressará seus resultados e produtos tanto intelectuais como profissionais. Finalmente, espera-se que o profissional de Economia egresso da UCB desenvolva sensibilidade social, compromisso cidadão e atuação ética.

É com o foco na construção desse perfil que é concebido o curso de Economia na UCB. Considerando um corpo discente, docente, técnico-administrativo e gestor comprometido com as premissas básicas do processo de ensino-aprendizagem da Instituição, com toda a filosofia de compartilhamento de conhecimentos com áreas afins, a integração entre ensino, pesquisa e extensão e tendo em vista o elenco de disciplinas propostas no campo econômico, pode-se afirmar com segurança que os pressupostos acima estão efetivamente presentes na formação do estudante da UCB.

A partir dessas condições, o curso está em plena consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a área de Ciências Econômicas e capacitado a oferecer as competências e habilidades preconizadas pela já mencionada norma regulamentar, a seguir transcrita.

“Os cursos de graduação em Ciências Econômicas devem possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades:

I - desenvolver raciocínios logicamente consistentes;

II - ler e compreender textos econômicos;

III - elaborar pareceres, relatórios, trabalhos e textos na área econômica;

IV - utilizar adequadamente conceitos teóricos fundamentais da ciência econômica;

V - utilizar o instrumental econômico para analisar situações históricas concretas;

VI - utilizar formulações matemáticas e estatísticas na análise dos fenômenos socioeconômicos; e

VII - diferenciar correntes teóricas a partir de distintas políticas econômicas.”

4.2. Corpo Docente e Formação Continuada

A área de Ciências Sociais Aplicadas tem como foco a formação de estudantes e egressos com capacidade de pensar, propor e conduzir, de forma crítica e ética, ações voltadas para a construção da sociedade em que vivem. Para isso, torna-se necessária uma abordagem calcada na integração, em que o saber é problematizado e não se limita à sala de aula, sendo um processo construído a partir de diferentes percepções. A especificidade da área de Ciências Sociais Aplicadas está na conjugação de conhecimentos e olhares nos mais diversos aspectos da vida social: econômicos, políticos, culturais, jurídicos, contábeis, administrativos, sociológicos, tendo em vista o âmbito doméstico e o internacional.

Nessa perspectiva, é de fundamental importância que o professor que compõe o quadro das CSA seja capaz de mediar o processo de aprendizagem utilizando-se do permanente diálogo, produzindo com os estudantes conhecimentos voltados para uma atuação crítica e propositiva em relação às demandas e necessidades da sociedade.

Esse processo deverá conduzir os envolvidos à reflexão sobre os desafios presentes e incentivar a busca de soluções criativas e empreendedoras.

Assim, o perfil do professor da área fundamenta-se na necessidade de ser orientador da aprendizagem e, dessa forma, capaz de propor, acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dentro de um enfoque plural e aberto a novos métodos. Tendo como fundamento central a construção da aprendizagem, vista de acordo com os princípios pedagógicos da UCB nos quais ela “é meio e fim de seu fazer”, os processos relacionados devem envolver: uma dimensão **pedagógica**, capaz de orientar o ensino, a pesquisa e a extensão, articulando-os com os problemas da sociedade e da cidadania; uma dimensão **científica**, que tem como foco a expansão e comunicação do conhecimento; e uma **dimensão ética**, que permita atuação profissional adequada e com respeito aos direitos humanos. Dessa forma, a área fortalece a aprendizagem como um processo de trocas, em que a pesquisa, o ensino e a extensão são indissociáveis e a avaliação não se restringe a uma perspectiva instrucionista, ou seja, à aplicação de provas ou testes.

Como desdobramento desse perfil, o curso de Economia entende que o professor deve possuir pleno domínio dos conteúdos a serem trabalhados, vontade constante de aprender e interesse pela pesquisa e seu compartilhamento. Além disso, é importante fazer uso de técnicas instrucionais modernas e adequadas às diversas situações que se apresentem no dia a dia da Universidade, além de demonstrar gosto pela docência e entusiasmo pela sua área de atuação. Como mecanismo de operacionalização desse perfil, o curso de Economia pauta-se pela contratação de pessoal altamente qualificado e apresenta uma estratégia definida para o contínuo processo de aprendizagem e formação do professor. Para isso, os docentes são estimulados a participar de diversas atividades, cursos de capacitação e atualização, entre os quais se destacam o curso de Aprendizagem Cooperativa - IUS, o Curso de Formação de Tutores, as reuniões de professores e o Projeto de Formação em Serviço.

Além dos diversos fatores já debatidos, a Universidade Católica de Brasília mantém um programa de re-aprendizagem das práticas docentes (PRPD), do qual os professores do Curso de Ciências Econômicas são estimulados a participarem ativamente.

4.3. Núcleo Docente Estruturante e Colegiados

4.3.1 – Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante é formado pelo grupo de professores que estão diretamente engajados nos processos de criação, implementação, avaliação e revisão do Projeto Pedagógico do Curso. Sua composição leva em consideração, além da titulação e do regime de dedicação do docente, o envolvimento do docente com o curso e a representatividade das áreas de formação do curso.

No curso de Ciências Econômicas o NDE é estruturado segundo seus núcleos de disciplinas constantes na Matriz Curricular, incluindo ainda a coordenação de TCC (Trabalhos de Conclusão de Curso), os coordenadores dos Projetos de Extensão de caráter permanente, Diretores da Graduação e Pós-graduação. A Direção de curso, com aprovação da Pró-reitoria, poderá indicar também um assessor pedagógico para compor o quadro do NDE. O Quadro I abaixo mostra a composição geral do NDE.

Quadro I
Componentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Nº	Componentes representantes
1	Diretor da Graduação
2	Diretor do Programa de Pós-graduação em Economia
3	Coordenação do Núcleo de Microeconomia
4	Coordenação do Núcleo de Macroeconomia
5	Coordenação do Núcleo de Métodos Quantitativos
6	Coordenação do Núcleo de História
7	Coordenação do Núcleo de Finanças
8	Coordenação do Núcleo de Formação Geral e Humanística
9	Coordenação de TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)
10	Coordenação da Revista Carta Econômica e TCA
11	Coordenação do Projeto ICV-DF (Índice de Custo de Vida)
12	Coordenação do Laboratório de Finanças
13	Assessor Pedagógico

O Diretor do curso de graduação de Ciências Econômicas designará, por meio de Instrução Acadêmica e com aprovação da Pró-reitoria de graduação, os professores de seu quadro que comporão o NDE de acordo com os requisitos solicitados pelo MEC (Ministério da Educação), incluindo a titulação, o regime de dedicação do docente, bem como seu envolvimento com o curso e sua representatividade nas áreas indicadas no Quadro I. O NDE efetivo indicado pela Direção de Curso e Pró-reitoria não precisa ser constituído necessariamente por 13 membros como especificado no Quadro I, sendo que um mesmo professor pode assumir a coordenação de uma ou mais áreas conforme seu perfil e necessidades do curso.

O NDE deve se reunir, por solicitação da Direção do curso de Ciências Econômicas, pelo menos uma vez a cada mês. As reuniões podem ser solicitadas também por metade mais um dos componentes do NDE quando seus membros sugerirem uma pauta à Direção. Como mecanismo de dinamização e segundo critério da Direção de curso, as reuniões do NDE podem ser realizadas juntamente com as reuniões gerais de professores, sendo que, nestes casos, as questões deliberativas são votadas apenas pelos componentes do NDE.

4.3.2 – Colegiados do Curso

Os colegiados são formados por docentes que atuam no curso, independente de sua titulação, formação ou dedicação; e por representantes do corpo discente e técnico-administrativo.

O curso de Ciências Econômicas possui três colegiados: um representante dos professores, outro representante dos alunos e um terceiro denominado Colegiado de Mediação de Conflitos²⁰.

Colegiado de Professores

O Colegiado de Professores é constituído por todos os professores vinculados diretamente ao centro de custo do curso de Ciências Econômicas²¹, sendo que possui caráter consultivo e de apoio às questões pedagógicas do curso. Assim como o NDE, o Colegiado de Professores se reúne pelo menos uma vez a cada mês, sendo que as reuniões podem ser coincidentes com a reunião de professores e do NDE. As reuniões são solicitadas pela Direção do curso de Ciências Econômicas ou por metade mais um dos componentes do colegiado. As matérias tratadas são sempre de caráter consultivo, sendo que as conclusões e/ou sugestões do colegiado precisam ser submetidas ao NDE para deliberação²².

Colegiado de Alunos

O Colegiado de Alunos é constituído por representantes de turmas/disciplinas indicados pelo próprio corpo discente. Ou seja, para cada turma/disciplina da Matriz

²⁰ O curso de Ciências Econômicas possui apenas uma pessoa do corpo técnico administrativo e sua representação é feita diretamente à Direção do Curso.

²¹ Os professores do quadro são constituídos por aqueles vinculados diretamente ao curso de Ciências Econômicas e por aqueles vinculados a outros cursos e Programas da UCB. Assim, o colegiado de Professores é um subconjunto do total de professores que lecionam no curso.

²² Cabe ressaltar que as matérias tratadas pelos colegiados e NDE devem ser de conteúdo didático-pedagógico, não cabendo a tais instâncias o poder deliberativo de questões técnico-administrativas.

Curricular pode-se indicar um representante para compor o Colegiado de Alunos. A Direção do curso de Ciências Econômicas regulamentará os procedimentos e a dinâmica de funcionamento deste Colegiado, sendo que a iniciativa de constituição do Colegiado é de responsabilidade do corpo discente, podendo contar, inclusive, com apoio de organizações estudantis a exemplo do Diretório Acadêmico do Curso, caso seja atuante. A Direção do curso de Ciências Econômicas deve reunir com o Colegiado de Alunos pelo menos uma vez a cada semestre.

Colegiado de Mediação de Conflitos

No cotidiano da prática docente e do processo de ensino-aprendizagem o conflito é sempre um potencial, ainda que medidas mitigadoras e preventivas sejam adotadas. Assim, questões conflituosas seguem uma hierarquia de complexidade: as mais simples são resolvidas pela Assessoria Pedagógica do curso. Persistindo o conflito, a questão pode ser encaminhada ao Diretor de curso. Para questões ainda mais complexas, a Direção do curso pode solicitar a convocação do Colegiado de Mediação de Conflitos. Este colegiado é constituído pelo Diretor do curso ou um assessor pedagógico representando a Direção, mais três professores e três alunos. Os três alunos são indicados pelo Colegiado de Alunos e os três professores são indicados pelo Colegiado de Professores. Nas situações em que algum dos membros (aluno ou professor) estiver envolvido no conflito em questão, a Direção do curso indicará um aluno e/ou um professor para substituir o membro envolvido. Este mecanismo é importante para manter a imparcialidade dos membros na avaliação e na mediação do conflito. Casos extremos não resolvidos adequadamente pelo Colegiado serão submetidos às instâncias superiores da UCB. Cabe ressaltar que este colegiado possui uma dinâmica determinada pelas circunstâncias impostas e não segue um calendário pré-determinado de reuniões.

4.4. Perfil Técnico-Administrativo e Formação Continuada

Acompanhando o perfil da gestão, os funcionários vinculados ao Curso de Ciências Econômicas devem ter perfil baseado em postura ética, agilidade na solução de problemas, empreendedorismo, pró-atividade, abertura ao diálogo e capacidade de se relacionar com a diversidade. Espera-se também compromisso profissional com a constante atualização, a qual a Instituição estimula e contribui por meio da oferta de diversas oportunidades de treinamento e capacitação.

4.5. Perfil e Capacitação de Gestores

Em conjunção com os estudantes e professores, os cursos da UCB dispõem de uma equipe de gestão composta pelos diretores, assessores e pessoal técnico-administrativo de apoio ao ensino. No tocante ao perfil dessa equipe, almeja-se adequada capacidade de acompanhamento e solução de problemas, atuação crítica e pró-ativa e abertura ao diálogo, sempre em sintonia com os princípios que orientam a prática pedagógica da Instituição e as diretrizes legalmente instituídas pelos Órgãos competentes. Em relação à tomada de decisão, destaca-se o estímulo às decisões colegiadas e compartilhadas.

Espera-se, portanto, que o conjunto de atores e processos articulem-se de forma a possibilitar o alcance da Missão Institucional, bem como da formação necessária e desejada para os profissionais da área formados pela UCB. Nessa direção, espera-se, ao lado de todas as características apontadas, compromisso profissional e atitudes éticas.

Apoio pedagógico e operacional aos cursos é fornecido pela Unidade de Assessoria Didático-Educacional (UADE) e pela Secretaria Acadêmica (SA) da Pro-Reitoria de Graduação (PRG), além da assessoria diretamente vinculada à Direção do curso de Ciências Econômicas, que conta com assessores em regime de Tempo Integral, além do próprio Diretor e uma Secretária. Destaca-se também no processo de gestão do Curso de Ciências Econômicas a existência de seus Colegiados, conforme descritos acima.

Por fim, da mesma forma que acontece com o corpo docente como um todo, gestores e assessores devem revelar interesse pela formação profissional continuada e para isso são constantemente incentivados pela Instituição e pelo curso a um contínuo processo de reciclagem e atualização, nos moldes patrocinados pela UCB.

4.6. Processo de Avaliação Institucional

Comissão Própria de Avaliação - CPA/UCB

A Comissão Própria de Avaliação – CPA/UCB, foi criada pela Portaria UCB nº 154/04, de 27/05/2004, em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Os membros são convidados e indicados pela Reitoria da UCB, a comissão possui autonomia em relação a conselhos e demais órgãos colegiados

existentes na Universidade. É composta por profissionais e cidadãos da Comunidade Universitária e representantes da Sociedade Civil Organizada, em função de reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade. A CPA/UCB possui no mínimo 14 integrantes e no máximo 20, os membros da comissão são nomeados para o período de dois anos, podendo ser substituídos ou reconduzidos ao término desse período.

Avaliação Institucional

O processo de Autoavaliação da Universidade está consolidado desde 1996 e atualmente avalia por itens, dividido nas categorias: a) Avaliação do Projeto Institucional; b) Avaliação dos Cursos de Graduação; c) Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*; d) Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*; e) Avaliação da Extensão; f) Avaliação da Pesquisa; g) Avaliação da comunicação com a Sociedade; h) Avaliação da Educação a distância; i) Avaliação da Sustentabilidade Financeira; j) Avaliação dos serviços de apoio. Neste contexto, o processo de avaliação da UCB está fundamentado em alguns parâmetros que partem desde a avaliação da aprendizagem dos cursos na Universidade, chegando à particularidade da avaliação do desempenho dos serviços de apoio. As avaliações empreendidas são referenciadas pelo programa institucional e têm uma função predominantemente diagnóstica/formativa, representando a possibilidade de ampliar o autoconhecimento, corrigindo os rumos e os meios para atingir os objetivos propostos.

Neste sentido, a alta gestão, as Direções, seu Núcleo Docente Estruturante, docentes e discentes, junto com a equipe de Avaliação Institucional tem desenvolvido várias atividades e participação no processo de avaliação. As atividades são as seguintes:

1) Avaliação do Projeto Institucional - Bianual, com a participação de gestores e colaboradores técnicos-administrativos. Nas avaliações são verificadas as condições de desenvolvimento das habilidades e competências previstas nos documentos institucionais.

2) Avaliação de Cursos da Graduação – Semestral, com a participação de professores e estudantes, onde são avaliadas as condições de desenvolvimento das habilidades e competências previstas nos objetivos dos cursos e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPCs. Esse item aborda as seguintes avaliações:

2.1) Diagnóstico do ensino/aprendizagem – Semestral, avalia a qualidade do ensino/aprendizagem desenvolvido em sala de aula, e o comportamento acadêmico de docentes e discentes, por meio de

aplicação de questionário. Tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino, proporcionando *feedback* aos professores e estudantes sobre seus desempenhos em sala de aula, identificando pontos críticos relacionados ao processo educativo. Busca proporcionar transparência sobre a situação do ensino e os problemas merecedores de melhoria por parte de cada envolvido.

2.2) Diagnóstico das condições de estrutura necessária ao ensino, e respectivo questionamento sobre as condições de vida acadêmica no *Campus*, dentre outros fatores. É realizada pela aplicação de questionário de coleta de dados *on line*, envolvendo docentes e discentes na busca de compreensão e encaminhamento dos problemas identificados aos colegiados dos cursos.

A aplicação da Avaliação Institucional a respeito da qualidade do curso permite identificar aspectos críticos, do ponto de vista dos indicadores oficiais para equacionar os problemas identificados nas três principais dimensões da avaliação, quais sejam, os aspectos pedagógicos, o corpo docente e a infra-estrutura.

3) Avaliação dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* – A avaliação é semestral por meio de questionário *on line* a qual avalia a qualidade do ensino/aprendizagem desenvolvido em sala de aula, e o comportamento acadêmico de docentes e discentes e a interação dos gestores com os processos acadêmicos e administrativos.

4) Avaliação da Extensão – anual, utiliza-se de instrumentos que possibilitam visualização do contexto social da comunidade interna e a efetiva atuação dos projetos para a melhoria das condições sociais da área de influência da UCB. Além da averiguação das Políticas de Extensão em consonância com os projetos aprovados e implementados.

5) Avaliação da Pesquisa – anual, utiliza-se os dados informados no sistema de apoio do censo de desempenho da Pós-Graduação no Brasil.

6) Avaliação da comunicação com a Sociedade - anual, utiliza-se de instrumento que possibilite visualização do nível de sucesso alcançado em um tempo determinado. Com aplicação de questionário que visa traduzir a satisfação da comunidade que usufrui do serviço prestado e que possa medir e apontar mudanças específicas ou variadas.

7) Avaliação da Educação a Distância – A avaliação é realizada pela UCB Virtual semestralmente por meio de aplicação de questionário *on line*, onde avalia-se os

processos de ensino/aprendizagem desenvolvido, suas especificidades e dificuldades encontradas pelos estudantes e a interatividade acadêmica de docentes-discentes e discentes-discentes.

8) Avaliação da Sustentabilidade Financeira - anual, utiliza-se de instrumentos que possibilitam visualização das informações adicionais coletadas em diversos setores, disponibilizada pela alta gestão administrativa.

9) Avaliação dos serviços de apoio - anual, utiliza-se de instrumentos que possibilitam visualização de bons indicadores e a possibilidade de monitorar seu processo e atendimento à comunidade universitária.

5. Recursos

5.1. Institucionais

Na década de 90, ganhava força o conceito de sustentabilidade, definido como a capacidade que empresas, instituições, organizações e grupos devem desenvolver para planejar e executar ações que objetivem preservar recursos naturais e humanos, evitando o desperdício, maximizando sua utilização de maneira racional e tendo em mente a sobrevivência das futuras gerações. Sustentabilidade envolve, portanto, aspectos ambientais, econômicos e administrativos, sem desrespeitar as questões culturais envolvidas nessas decisões. Um dos pilares desse conceito é o compartilhamento – de saberes, de experiências, de capacidades, de recursos.

O compartilhamento na UCB é fundamentado na política de Fomento e Manutenção dos laboratórios, que se consolida por meio das atividades de uma Comissão de Investimentos, composta por membros de todas as áreas, além de técnicos e especialistas. Esse compartilhamento não se dá somente por meio da divisão de espaços e custos, mas também pelo aproveitamento conjunto do trabalho dos técnicos, que apóiam, normalmente, a mais de um curso na mesma área. A UCB caminha para a implementação, em todas as áreas de conhecimento, de laboratórios multiuso, que se destacam pela baixa ociosidade, pela maior sustentabilidade e pelo estímulo ao ensino, à pesquisa e à extensão, realizados conjuntamente, na mesma área e em áreas afins do conhecimento.

Com o intuito de favorecer o ambiente universitário de diálogo e convívio entre várias carreiras, a UCB estimula a oferta de disciplinas comuns a vários cursos, entendendo que este é um caminho importante para a sustentabilidade e também para uma formação profissional multidisciplinar.

A Unidade de Assessoria Didático-administrativa (UADA) tem por objetivo principal organizar o compartilhamento de recursos para o favorecimento da aprendizagem, principalmente no tocante às “Salas Top” (com projetor multimídia, aparelhagem de som, telão e computador), salas para ambiente de aprendizagem em grupos cooperativos, salas de apoio ao professor, salas comuns e equipamentos audiovisuais. A informatização da UADA permite ao professor organizar com antecedência suas aulas, respeitando seu plano de ensino e tendo um acesso democrático aos espaços institucionais. Da mesma forma, o docente realiza o lançamento de notas e frequências por meio do graduação on-line (GOL), um sistema que permite ainda a comunicação entre professores e estudantes para avisos, alterações na programação de aulas e outras atividades, envio de notas etc.

As salas públicas da UCB, isto é, salas de informática providas de computadores com acesso à Internet e impressora, disponíveis em cada prédio, são destinadas aos estudantes da Instituição que têm direito, no ato de matrícula, a uma senha de acesso a esse espaço. Já para a realização de aulas de disciplinas com suporte de informática, a Instituição possui laboratórios com programas específicos, e ocupação coordenada pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

Os recursos humanos também são compartilhados pela UADA. Os profissionais transitam pelas diferentes áreas e, assim, desenvolvem um conhecimento mais amplo da Instituição.

Enquanto a UADA responsabiliza-se pelos importantes aspectos operacionais imprescindíveis à aprendizagem, a Unidade de Apoio Didático-educacional (UADE) colabora com as direções de curso no fornecimento de dados, acompanhamento da legislação vigente, elaboração de projetos pedagógicos e planos de metas, revisão de planos de ensino, apoio às visitas das comissões do Ministério da Educação e na participação dos cursos em diversos exames oficiais de aferição de aprendizagem. Constitui-se de uma equipe multidisciplinar que assiste as direções e assessorias em várias demandas do cotidiano acadêmico.

O compartilhamento de recursos está no cerne, também, dos projetos de pesquisa e extensão realizados na Católica. Há pontuações para projetos com a participação de docentes de outras áreas do conhecimento, bem como de outras instituições, cultivando-se, dessa forma a valorização do trabalho multidisciplinar e até multiinstitucional como forma de garantir a sustentabilidade e estímulo a uma nova forma de produção científica.

A Biblioteca representa e expressa esse compartilhamento de recursos. O Sistema de Bibliotecas (SIBI) é composto pela Biblioteca Central (Campus I), pela Biblioteca da Pós-Graduação (Campus II) e por Postos de Atendimento descentralizados. Com área ampla e acervo extenso e constantemente atualizado, o SIBI tem como principais serviços o catálogo informatizado do acervo, renovação de empréstimo e reserva *on line*, auto-atendimento para acesso às bases de dados assinadas e ao portal Capes, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UCB, orientação e treinamento de usuários, comutação bibliográfica, entre outros, disponíveis nas bibliotecas ou no endereço eletrônico www.biblioteca.ucb.br. Nas bibliotecas se destaca também o acesso sem fio à internet.

Na UCB, em cada área do conhecimento são desenvolvidas práticas específicas de compartilhamento, seguindo a orientação geral de promover a sustentabilidade e de abrir fóruns de diálogo entre os vários cursos e habilitações. Para contribuir com o perfil complexo dos egressos de CSA, é necessário valorizar a multi, a inter e a transdisciplinaridade nas grades curriculares. E essa valorização pode ser colocada em prática no compartilhamento de saberes, por meio da oferta de disciplinas comuns e do aproveitamento de docentes em vários cursos da área.

Com uma prática já consagrada de apoio à formação e desenvolvimento de empresas juniores, a área agora avança na realização de parcerias entre essas empresas para captação de clientes e solução de problemas, mostrando aos estudantes o enriquecimento proporcionado por diferentes abordagens profissionais diante do desafio da complexidade do real.

Os cursos já avançam também na realização de Projetos de Pesquisa e de Extensão em parceria, nos quais os estudantes dialogam com colegas e professores de outros cursos e com as demandas locais e comunitárias.

As práticas laboratoriais diferem em intensidade e forma de utilização nos diferentes cursos da área. Tem-se, contudo, buscado o desenvolvimento de *layouts* cada vez mais adequados às necessidades das Ciências Sociais Aplicadas, com possibilidade de trabalhos em grupo, disposição dos computadores em ilhas e espaço para deslocamento dos docentes, que podem, dessa forma, realizar acompanhamentos individuais aos estudantes.

5.2. Específicos

O curso de Economia, em particular, compartilha diversas disciplinas de sua grade obrigatória com outros cursos, especialmente com os da área de Ciências Sociais Aplicadas, entre elas: Matemática Aplicada às Ciências Sociais I e II, Introdução à Microeconomia, Introdução à Macroeconomia, Contabilidade Básica I, Teoria Geral da Administração I, Matemática Financeira, Macroeconomia I, Instituições de Direito Público e Privado, Probabilidade e Estatística, entre outras, além das disciplinas compartilhadas com toda a Universidade, como Antropologia da Religião, Ética e Introdução ao Ensino Superior. O curso oferece também aos alunos a oportunidade de realizar, conforme o interesse de cada um, disciplinas optativas em outros cursos como Direito, Contabilidade, Administração, Relações Internacionais e Matemática.

A infra-estrutura física disponibilizada ao Curso de Economia concentra-se, principalmente, nos Blocos K e M do Campus I, localizado em Taguatinga, sendo constituída por:

- Salas de Aula;
- Salas Top;
- Laboratórios de Informática;
- Salas Públicas;
- Biblioteca Central;
- Auditório;
- Lanchonete;
- Sala conjunta para os professores, incluindo sala de apoio, microcomputadores, mesas, cadeiras, área de café, espaço para descanso e armários para materiais;
- Salas de atendimento aos alunos de Monografia;

- *Hall* para mostras e exposições;
- Sala para o Diretor da Economia, incluindo salas para Assessores e Secretária;
- Salas para os professores em Regime de Tempo Contínuo e Atividades de Empresa Júnior, trabalhos de Iniciação Científica e de extensão.

No tocante às atividades com enfoque prático, o curso de Economia faz uso de laboratórios de informática em várias de suas disciplinas, em especial as de Probabilidade e Estatística, Econometria I e II, Introdução ao Mercado Financeiro, entre outras. Nesses casos, a UCB dispõe de laboratórios modernos e com *layouts* adequados tanto para os trabalhos individuais como para os em grupo. Assim, professores e estudantes podem ser plenamente atendidos nos mais variados tipos de atividades pedagógicas.

Em relação à disponibilidade de material didático e acadêmico, a Biblioteca possui um grande acervo específico da área, que inclui todos os livros textos indicados nos Planos de Ensinos e no Projeto Pedagógico (bibliografia básica e complementar), bem como os periódicos nacionais e internacionais mais importantes. A biblioteca possui ainda convênios com diversas bases de dados bibliográficas do Brasil e do Mundo, o que permite ao estudante acessar uma diversidade muito grande de artigos por meio eletrônico. Atualmente, as seguintes bases de dados bibliográficos são disponibilizadas para os alunos de economia: *Blackwell, Cambridge University Press, Emerald, Galé, Jstor, Kluwer, Nature, Oxforde University Press, Proquest, Sage, SciElo, Science Direct Online, Springer Verlac, Wilson*, além de outras que disponibilizam resumos tais como *Business Full Text, Econlit, Scopus, Social Sciences Full text, Sociological Abstract e Web of Science*.

6. Matriz Curricular

Segundo a Resolução nº. 14, de 13 de julho de 2007, na “*elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, deverão ser observadas as seguintes exigências:*

I - *comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;*

II - pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

III - ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere; e

IV - ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão”.

Conforme concebido o Projeto Pedagógico do Curso de Economia da UCB, essas exigências são vistas como premissas básicas para se atingir o perfil desejável do aluno, conforme discutido anteriormente. Nessa direção, a primeira premissa básica do Curso de Economia da UCB é a necessidade de entender a economia como um fenômeno associado a diversos outros fenômenos sociais e políticos. Não é possível conceber a economia como uma área de saber isolada, sem compreender suas inter-relações com um conjunto maior de fenômenos sociais, do qual a economia faz parte. Como estratégia de operacionalização dessa premissa, o Curso de Ciências Econômicas compartilha diversos recursos e disciplinas com outros cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas (CSA) da UCB, conforme já exposto ao longo do texto.

A segunda premissa formativa básica enfoca os conhecimentos típicos das Ciências Econômicas e da profissão do economista, envolvendo disciplinas como microeconomia, macroeconomia, estatística, econometria e finanças. Como forma de se adequar às particularidades locais e regionais e como forma de melhorar a inserção dos egressos no mercado de trabalho, o curso busca se direcionar, conforme expresso na seção referente à contextualização, para a área das Finanças, tanto para o setor público quanto para o setor privado. Ao lado disso, o curso se propõe a adotar um enfoque aplicado, como meio de fornecer um conjunto de instrumentos que capacitem os egressos a uma adequada e rápida inserção profissional.

Naturalmente, os instrumentos da profissão não podem ser pensados num “vazio”. No curso de economia da UCB, a realidade brasileira deve ser sempre a principal fonte de exemplos para ilustrar e discutir os conceitos e os modelos teóricos, inclusive como forma de averiguar eventuais particularidades que o país possa apresentar em relação ao que preconizam esses modelos teóricos e abstratos. Além das disciplinas do eixo de história, tais como Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea, todas as disciplinas dos eixos de micro, macroeconomia e métodos quantitativos permitem, ao mesmo tempo, um

direcionamento para o uso de instrumentos e tendo sempre como “pano de fundo” uma visão crítica e contextualizada da realidade brasileira.

Embora o curso contemple a formação instrumental, aplicada à realidade brasileira, o espaço para a pluralidade metodológica e o respeito às possíveis linhas de pensamento econômico é garantida pelo diálogo aberto em todas as disciplinas, viabilizado pelo perfil do corpo docente preconizado e discutido acima. O curso tem a premissa básica de que a ciência evolui pelo debate entre as diferenças e, sobretudo, que essas diferenças devem ser respeitadas e que a verdade absoluta deve ser substituída por proposições, todas elas sujeitas ao debate e a um processo dinâmico de validação, fruto da própria evolução da ciência. Naturalmente, algumas disciplinas abrem um maior espaço para o debate entre idéias, especialmente as disciplinas de História e de História do Pensamento Econômico. Nessas disciplinas, as diversas linhas de pensamento econômico são apresentadas e discutidas com intuito de formar uma cultura básica da evolução da teoria econômica e ao mesmo tempo dar oportunidade para o aluno refletir um pouco mais sobre abordagens distintas para se tratar a economia e formar sua opinião sob justificativas mais sólidas e fundamentadas.

Por fim, vale destacar a formação de atitudes preconizada pela Instituição, especialmente do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social. Esta é, na verdade, uma premissa básica que norteia todos os cursos da UCB e faz parte da essência da Universidade como protagonista do desenvolvimento econômico e social do país. No curso de economia, esta premissa se materializa por pelo menos três vias. Primeiramente, pelo perfil do corpo docente, cuja filosofia de trabalho deve sempre preservar a ética e a consciência social como algo que vem antes da capacitação técnica profissional. Não basta formar profissionais qualificados e competentes. Mais importante que isso é sempre dar ênfase na formação de atitudes desse profissional. Assim, um professor que incorpore de fato esta premissa, estará disseminando-a naturalmente no dia a dia e ao longo do período de formação do discente. Outra via de operacionalização dessa premissa é existência de disciplinas que, por natureza, tem esse objeto de discussão, tais como as disciplinas de Ética e Antropologia da Religião. Finalmente, as diversas ações extra classe desenvolvidas pelo curso buscam valorizar a consciência social, a cidadania e a inserção na comunidade, voltada para as suas demandas e particularidades.

6.1. Fluxo das Disciplinas e Estrutura da Matriz

O Curso de Ciências Econômicas da UCB é um curso noturno, presencial, com aulas de segunda a sexta, podendo programar aulas também aos sábados conforme seja necessário. A matriz curricular totaliza **3.000 horas**, sendo 2.760 horas em disciplinas e 240 horas de Atividades Complementares. O curso é em regime de créditos com matrícula por disciplina, sendo que o estudante deve cumprir 156 créditos, conforme estabelece o presente Projeto Pedagógico.

Parte dessas disciplinas pode ser realizada, a critério do estudante, no sistema de Ensino a Distância, por meio da Católica Virtual. Além disso, o presente Projeto Pedagógico permite aos estudantes a escolha de duas disciplinas optativas, que correspondem a 4% da carga horária total, que dão flexibilidade na definição de sua formação profissional. Entre as disciplinas optativas o estudante pode encontrar as ofertadas pelo próprio curso de economia, bem como outras que compõe a grade obrigatória dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Relações Internacionais e Matemática, além das optativas gerais da Instituição. Parte dessas disciplinas também pode ser cursada na modalidade de ensino a distância. Como atividade complementar, o estudante ainda tem a opção de cursar qualquer outra disciplina ofertada pela Instituição.

O Quadro II e a Figura 1 apresentam a Matriz Curricular do Curso de Ciências Econômicas da UCB. Em seguida, faz-se uma breve apresentação das disciplinas segundo grupos específicos de conteúdos programáticos, que ajudam a perceber suas inter-relações e os respectivos papéis na formação do perfil desejado do egresso²³.

Além de seguir todos os preceitos estabelecidos neste Projeto Pedagógico, especialmente aqueles relacionados ao perfil desejável do estudante, para fazer jus ao título de Bacharel, este aluno deve cumprir os seguintes requisitos formais:

1. Concluir todas as disciplinas previstas no presente Projeto Pedagógico de modo que totalizem 156 créditos e 2.760 horas;
2. Concluir a carga horária equivalente a 240 horas de atividades complementares, conforme preconiza o presente Projeto Pedagógico e conforme regulamento específico;
3. Elaborar obrigatoriamente um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), conforme regras definidas neste documento e no regulamento específico.

²³ A Matriz no padrão da Secretaria Acadêmica –AS encontra-se em anexo.

Cabe destacar que a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, em sua Resolução nº 2 de 18 de junho de 2007, instituiu currículos mínimos para vários cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial e em seu art. 2º parágrafo II estabelece que a duração dos cursos deverá ser estabelecida por carga horária total curricular, contabilizada em horas. Em sua resolução nº 3, a mesma Câmara dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para estabelecer esta relação, assim, estabelece que a hora-aula é uma necessidade de organização acadêmica das instituições, além de uma relação trabalhista.

Quadro II – Matriz Curricular do Curso de Graduação

Sem	Seq	Nome Disciplina	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas			
						Teo	Lab	Prát	Total
1	1	Introdução a Microeconomia			4	60			60
1	2	Introdução ao Mercado Financeiro			4	30	30		60
1	3	Matemática Aplicada a Ciências Sociais I			4	60			60
1	4	Introdução ao Ensino Superior			8	120			120
Total do semestre					20	270	30	0	300
2	5	Introdução a Macroeconomia			4	60			60
2	6	Matemática Financeira			4	60			60
2	7	Matemática Aplicada a Ciências Sociais II	03		4	60			60
2	8	História Econômica Geral			4	45		30	75
2	9	Contabilidade Básica I			4	60			60
Total do semestre					20	285	0	30	315
3	10	Microeconomia I	01 03		4	60			60
3	11	Contabilidade Social	05		4	60			60
3	12	Contabilidade de Custos	09		4	60			60
3	13	Probabilidade e Estatística	07		4	50	10		60
3	14	Instituições de Direito Público e Privado			4	60			60
Total do semestre					20	290	10	0	300
4	15	Microeconomia II	10		4	60			60
4	16	Macroeconomia I	11		4	60			60
4	17	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	09		4	60			60
4	18	Legislação Societária e Comercial	14		4	60			60
4	19	Econometria I	13		4	30	30	30	90
Total do semestre					20	270	30	30	330
5	20	Microeconomia III	15		4	60			60
5	21	Macroeconomia II	16		4	60			60
5	22	Finanças Corporativas I	02 06		4	30	30	30	90
5	23	Econometria II	19		4	30	30	30	90
5	24	Finanças Públicas	11 12		4	30	30	30	90
Total do semestre					20	210	90	90	390
6	25	Microeconomia IV	20		4	60			60
6	26	Macroeconomia III	21		4	60			60
6	27	Finanças Corporativas II	22		4	30	30	30	90
6	28	História do Pensamento Econômico	08		4	45		30	75
6	29	Teoria Geral da Administração I			4	60			60
Total do semestre					20	255	30	60	345
7	30	Macroeconomia IV	26		4	60			60
7	31	Finanças Corporativas III	27		4	30	30	30	90
7	32	Formação Econômica do Brasil	08		4	45		30	75
7	33	TCCI - Técnica de Pesquisa em Economia		100 CRD	2			120	120
7	34	Antropologia da Religião			4	60			60
Total do semestre					18	195	30	180	405
8	35	Optativa I		80 CRD	4	60			60
8	36	Economia Brasileira Contemporânea	32		4	45		30	75
8	37	Ética			4	60			60
8	38	TCC II - Economia	33		2			120	120
8	39	Optativa II		80 CRD	4	60			60
Total do semestre					18	225	0	150	375
Total do Curso					156	2,000	220	540	2,760
Atividades Complementares								240	240
Total					156	2,000	220	780	3,000

Disciplinas Optativas do Currículo	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas			
				Teo	Lab	Prát	Total
Economia Industrial e Regulação		80 CRD	4	60			60
Economia Agrícola		80 CRD	4	60			60
Economia Regional e Urbana		80 CRD	4	60			60
Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos		80 CRD	4	60			60
Econometria Avançada		80 CRD	4	60			60
Tópicos Especiais em Economia		80 CRD	4	60			60
Economia Monetária		80 CRD	4	60			60
Economia Internacional		80 CRD	4	60			60
Introdução à Economia Solidária		80 CRD	4	60			60
Teoria Geral da Administração II		80 CRD	4	60			60
Planejamento e Gestão de Projetos		80 CRD	4	60			60
Empreendedorismo e Inovação		80 CRD	4	60			60
Administração Pública		80 CRD	4	60			60
Planejamento Tributário		80 CRD	4	60			60
Contabilidade Básica II		80 CRD	4	60			60
Gestão Financeira e Orçamentária Governamental		80 CRD	4	60			60
Contabilidade Comercial		80 CRD	4	60			60
Contabilidade Governamental		80 CRD	4	60			60
Controladoria		80 CRD	4	60			60
Ciência Política e Teoria Geral do Estado		80 CRD	4	60			60
Direito Financeiro		80 CRD	4	60			60
Direitos Humanos		80 CRD	4	60			60
Direito Constitucional I		80 CRD	4	60			60
Direito Constitucional II		80 CRD	4	60			60
Direito Administrativo I		80 CRD	4	60			60
Direito Administrativo II		80 CRD	4	60			60
Finanças Internacionais		80 CRD	4	60			60
Relações Internacionais Contemporâneas		80 CRD	4	60			60
Negociações Comerciais Internacionais		80 CRD	4	60			60
Política Externa do Brasil Contemporâneo		80 CRD	4	60			60
Introdução à Álgebra Linear		80 CRD	4	60			60
Calculo II		80 CRD	4	60			60
Calculo III		80 CRD	4	60			60
Calculo IV		80 CRD	4	60			60
Língua Brasileira de Sinais - Libras		80 CRD	4	60			60
Sociologia Geral		80 CRD	4	60			60
Inglês Instrumental Aplicado às Ciências Sociais Aplicadas		80 CRD	4	60			60
Finanças Comportamentais		80 CDR	4	60			60
Topicos de Matemática (*)		*	4	60			60

(*) Esta disciplina faz uma revisão do conteúdo do ensino médio. Pode ser realizada no 1º semestre do curso mediante autorização (quebra de pré-requisito) da Direção do Curso e conforme necessidade do aluno.

Figura 1: Fluxo lógico das disciplinas

	<u>NÚCLEO DE MICRO</u>	<u>NÚCLEO DE MACRO</u>	<u>NUCLEO DE FINANÇAS</u>		<u>MÉTODOS QUANT.</u>	<u>NÚCLEO DE HISTÓRIA</u>	<u>MULTICISPLINAR HUMANÍSTICO</u>	<u>NÚCLEO DE TCC</u>	<u>OPTATIVAS</u>	
1º Semestre	Introdução à Microeconomia		Introdução ao Mercado Financeiro		Matemática Aplicada Ciências Sociais I			Introdução ao Ensino Superior		
2º Semestre		Introdução à Macroeconomia	Matemática Financeira		Matemática Aplicada Ciências Sociais II	História Econômica Geral	Contabilidade Básica I			
3º Semestre	Microeconomia I	Contabilidade Social	Contabilidade de Custos		Probabilidade e Estatística		Instituições de Direito Público e Privado			
4º Semestre	Microeconomia II	Macroeconomia I	Estrutura e Análise das Dem. Contábeis	Legislação Societária e Comercial	Econometria I					
5º Semestre	Microeconomia III	Macroeconomia II	Finanças Corporativas I	Finanças Públicas	Econometria II					
6º Semestre	Microeconomia IV	Macroeconomia III	Finanças Corporativas II			História do Pensamento Econômico	Teoria Geral da Administração I			
7º Semestre		Macroeconomia IV	Finanças Corporativas III			Formação Econômica do Brasil	Antropologia da Religião	TCC I - Técnica de Pesquisa em Economia		
8º Semestre						Economia Brasileira Contemporânea	Ética	TCC II - Economia	Optativa 1	Optativa 2

Desta forma, a UCB, atentando para o que determina a legislação trabalhista referente aos professores e às necessidades emanadas pelo CNE no que concerne à formação em graduação na modalidade presencial, estabeleceu os seguintes parâmetros:

- Portaria CNE/CES 261/2006, DOU 25/06/07 – 4 aulas x 60 minutos = 240 minutos em 100 dias letivos = 3.600 horas
- UCB – 4 aulas x 50 minutos = 200 minutos

200 minutos x 18 encontros = 3.600 horas

Além de um calendário acadêmico cuidadoso e que responde pela duração da formação, cada disciplina terá, de acordo com os Projetos Pedagógicos de Curso, tempo específico de estudo fora de sala de aula, garantindo assim o cumprimento do que determina o CNE, qualificando a formação do estudante.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Curso de Economia, “*os cursos de graduação em Ciências Econômicas deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, segundo uma perspectiva histórica e contextualizada dos diferentes fenômenos relacionados com a economia, utilizando tecnologias inovadoras*”. Para isso, o curso deve contemplar os seguintes campos interligados de formação: I - conteúdos de formação geral, II - conteúdos de formação teórico-quantitativa, III - conteúdos de formação histórica e IV - conteúdos teórico-práticos. A forma como o curso de Ciências Econômicas da UCB atende a esses requisitos é a seguir detalhada.

I - Conteúdos de Formação Geral

Estes conteúdos, segundo as Diretrizes estabelecidas pelo MEC, “*têm por objetivo introduzir o aluno ao conhecimento da ciência econômica e de outras ciências sociais, abrangendo também aspectos da filosofia e da ética (geral e profissional), da sociologia, da ciência política e dos estudos básicos e propedêuticos da administração, do direito, da contabilidade, da matemática e da estatística econômica*”. No curso de Economia da UCB existem 11 disciplinas obrigatórias que se enquadram nesse grupo, correspondendo a 24% do total da carga horária. Diversas outras disciplinas optativas também se enquadrariam nesse grupo conforme pode ser constatado no Quadro III.

Quadro III

Conteúdos de Formação Geral

Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Semestre
Introdução a Microeconomia	60	4	1º
Introdução a Macroeconomia	60	4	2º
Matemática Aplicada às Ciências Sociais I	60	4	1º
Probabilidade e Estatística	60	4	3º
Instituições de Direito Público e Privado	60	4	1º
Teoria Geral da Administração I	60	4	6º
Contabilidade Básica I	60	4	2º
Introdução ao Ensino Superior	120	8	1º
Introdução ao Mercado Financeiro	60	4	1º
Ética	60	4	3º
Antropologia da Religião	60	4	7º
Sub Total	720	48	-
% Total	24.0%	30.8%	

II - Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa:

Os conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa, de acordo com as Diretrizes, “*direcionam-se à formação profissional propriamente dita, englobando tópicos de estudos mais avançados da matemática, da estatística, da econometria, da contabilidade social, da macroeconomia, da microeconomia, da economia internacional, da economia política, da economia do setor público, da economia monetária e do desenvolvimento socioeconômico.*” O Quadro IV apresenta essas disciplinas dentro desse grupo de conteúdo, além de outras optativas apresentadas na Matriz Curricular. Ao todo são pelo menos 18 disciplinas, que correspondem a 46% dos créditos da Matriz Curricular.

III - Conteúdos de Formação Histórica

Os conteúdos de Formação Histórica visam criar possibilidades no sentido de construir uma formação cultural ampla, condição necessária para induzir ao pensamento reflexivo, crítico e, sobretudo, comparativo. Este núcleo engloba as disciplinas de História do Pensamento Econômico, História Econômica Geral, Formação Econômica do Brasil e Economia Brasileira Contemporânea, o que equivale a 10% da carga horária e 10,3% dos créditos, conforme Quadro V. Esse percentual ainda pode ser ampliado por meio de disciplinas optativas, conforme Quadro II.

Quadro IV

Conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa

Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Semestre
Matemática Aplicada às Ciências Sociais II	60	4	2º
Probabilidade e Estatística	60	4	3º
Econometria I	90	4	4º
Econometria II	90	4	5º
Contabilidade Social	60	4	3º
Macroeconomia I	60	4	4º
Macroeconomia II	60	4	5º
Macroeconomia III	60	4	6º
Macroeconomia IV	60	4	7º
Microeconomia I	60	4	3º
Microeconomia II	60	4	4º
Microeconomia III	60	4	5º
Microeconomia IV	60	4	6º
Matemática Financeira	60	4	2º
Finanças Corporativas I	60	4	5º
Finanças Corporativas II	60	4	6º
Finanças Corporativas III	60	4	7º
Finanças Públicas	60	4	5º
Sub Total	1,140	72	-
% Total	38.0%	46.2%	

Quadro V

Conteúdos de Formação Histórica

Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Semestre
História Econômica Geral	75	4	2º
História do Pensamento Econômico	75	4	6º
Formação Econômica do Brasil	75	4	7º
Economia Brasileira Contemporânea	75	4	8º
Sub Total	300	16	-
% Total	10.0%	10.3%	

IV - Conteúdos Teórico-Práticos

Estes conteúdos abordam questões práticas necessárias à preparação do economista com intuito de formar o perfil desejado na concepção do Projeto Pedagógico da UCB. Este núcleo inclui disciplinas como Introdução ao Ensino Superior, TCC I - Técnicas de Pesquisa em Economia e TCC II – Economia, além das

Atividades Complementares. Ao todo, são 600 horas em disciplinas agrupadas nessa classificação, o que corresponde a 20% da carga horária total do curso (Quadro VI).

Quadro VI

Conteúdos Teórico-Práticos

Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Semestre
Introdução ao Ensino Superior	120	8	1º
TCC I - Técnicas de Pesquisa em Economia	120	2	7º
TCC II - Economia	120	2	8º
Atividades Complementares	240	0	-
Sub Total	600	12	-
% Total	20.0%	7.5%	

Entretanto, a questão da prática profissional e do direcionamento ao mercado de trabalho local fornecidos pelo curso de Economia da UCB não se restringe às disciplinas listadas, havendo uma forte interação com disciplinas incluídas anteriormente em outros grupos.

O Quadro VII agrupa as disciplinas relacionadas ao núcleo de Finanças do curso, o que constitui seu eixo central quanto à adequação ao mercado de trabalho do Distrito Federal. Essas disciplinas visam proporcionar ao aluno uma base conceitual, técnica e instrumental na área de finanças pessoais, empresariais e públicas. Nesse núcleo, estão incluídas as disciplinas Introdução ao Mercado Financeiro, Matemática Financeira, Contabilidade de Custos, Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras, Finanças Públicas, Finanças Corporativas I, II e III. Essas disciplinas funcionam também como a principal ponte entre a graduação em Economia e uma das áreas de concentração do Mestrado e do Doutorado em Economia.

Quadro VII

Disciplinas do núcleo de Finanças

Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Semestre
Introdução ao Mercado Financeiro	60	4	1º
Matemática Financeira	60	4	2º
Contabilidade de Custos	90	4	4º
Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras	60	4	3º
Finanças Públicas	60	4	5º
Finanças Corporativas I	60	4	5º
Finanças Corporativas II	60	4	6º
Finanças Corporativas III	60	4	7º
Sub Total	510	32	-
% Total	17.0%	20.5%	

Outra maneira de visualizar a aplicabilidade do curso é destacar seu enfoque prático. Embora a maior parte das disciplinas abra espaço para o professor enfatizar o aspecto aplicado dos conceitos, teorias e instrumentos, algumas disciplinas reforçam esse caráter ao prever parte significativa de sua carga horária como atividades práticas e/ou de laboratórios, conforme demonstrado no Quadro VIII. As formas como as atividades práticas estão estruturadas é detalhada no item 6.3.

Quadro VIII

Disciplinas com carga horária de prática e de laboratório

Nome Disciplina	Crd	Carga Horária	
		Laboratório ou Prática	Total
Introdução ao Mercado Financeiro	4	30	60
História Econômica Geral	4	30	75
Probabilidade e Estatística	4	10	60
Econometria I	4	60	90
Finanças Corporativas I	4	60	90
Econometria II	4	60	90
Finanças Corporativas II	4	60	90
História do Pensamento Econômico	4	30	75
Finanças Corporativas III	4	60	90
Formação Econômica do Brasil	4	30	75
TCCI - Técnica de Pesquisa em Economia	2	120	120
Finanças Públicas	4	60	90
Economia Brasileira Contemporânea	4	30	75
TCC II - Economia	2	120	120
Sub Total	52	760	1200
% Total		63.3%	

Por fim, embora o curso de economia da UCB seja presencial, entende-se que as novas tecnologias devem ser absorvidas e estimuladas. Nesse sentido, há a possibilidade, conforme opção do estudante, de realização de algumas disciplinas na modalidade de Ensino a Distância, utilizando-se da plataforma da “Católica Virtual”. O Quadro IX apresenta as disciplinas obrigatórias que podem ser feitas nessa modalidade, que podem compor até 14% da grade do estudante, em conformidade com as normas vigentes, que permitem até 20% nessa modalidade em cursos presenciais.

Quadro IX

Disciplinas oferecidas na modalidade presencial e a distância		
Disciplinas	C.H. Total	Créditos
Teoria Geral da Administração I	60	4
Instituições de Direito Público e Privado	60	4
Contabilidade Básica I	60	4
Contabilidade de Custos	60	4
Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	60	4
Antropologia da Religião	60	4
Ética	60	4
Sub Total	420	28
% Total	14.0%	17.9%

Além dessas disciplinas obrigatórias, existem também matérias optativas que podem ser cursadas na modalidade a distância, em especial aquelas relacionadas à Administração e à Contabilidade, que também dispõem de versão da graduação na modalidade à distância. Ainda nesse sentido, o curso de Ciências Econômicas pretende vir a ofertar entre suas possibilidades de optativas e atividades complementares alguns cursos virtuais, em especial aqueles de Extensão Universitária com caráter profissionalizante, cujo conteúdo pode interessar a estudantes nas mais diversas partes do globo.

6.2. Ementas e Bibliografias

6.2.1. Núcleo de Microeconomia

Introdução a Microeconomia

Ementa

Introdução a problemas econômicos; modo de raciocínio de um economista; Economia como ciência. Funcionamento dos mercados: demanda, oferta, preços, equilíbrio, bem-estar e eficiência dos mercados, elasticidade e suas aplicações. Políticas econômicas do governo: controle de preços, tributação. Externalidades e bens públicos. Custos de produção. Estruturas de mercado: concorrência perfeita, monopólio, oligopólio e concorrência monopolística.

Bibliografia Básica:

MANKIWI, N. G. *Introdução à economia*. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

STIGLITZ, J. & WALSH, C. *Introdução à Microeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar:

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004

FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 10ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária. 1987.

MANSFIELD, E. e YOKE G. *Microeconomia*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006.

PINHO, Diva Benevides. *Manual de Economia Equipe de professores da USP*. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2004.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Microeconomia I

Ementa

1-Teoria do consumidor: restrição orçamentária, preferências, teoria ordinal da utilidade, o problema de maximização do consumidor, função demanda e suas propriedades. Equação de Slutsky, excedente do consumidor. 2 - Teoria da produção: tecnologia e função de produção, custos, maximização do lucro, minimização do custo, oferta da firma e da indústria. 3 - Concorrência perfeita: estruturas de mercado, modelo de concorrência perfeita.

Bibliografia Básica:

FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 10ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária. 1987.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004

BRAWNING, E.K. e ZUPAN, M.A. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. 7ª Edição Rio de Janeiro. LTC Editora. 2004.

MANKIW, N G. *Introdução à economia*. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004.

MANSFIELD, E. e YOKE G. *Microeconomia*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006.

WESSELS, W. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2002.

Microeconomia II

Ementa

1 - Modelos de concorrência imperfeita: monopólio, introdução à teoria dos jogos, oligopólio, concorrência monopolística, monopsônio. 2 - Equilíbrio geral: economias de puras trocas e com produção. Alocações eficientes e equilíbrio Walrasiano. Teoremas do bem-estar. 3 - Externalidades: preferências quase-lineares e Teorema de Coase. 4 - Bens Públicos: os diferentes níveis de bens públicos e o efeito carona. 5 - Tributação e eficiência, tributação ótima.

Bibliografia Básica:

FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 10ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária. 1987.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004

BRAWNING, E.K. e ZUPAN, M.A. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. 7ª Edição Rio de Janeiro. LTC Editora. 2004.

MANSFIELD, E. e YOKE G. *Microeconomia*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006.

STIGLITZ, J.E., *Economia do Setor Público*. MIT Press.1995.

WESSELS, W. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2002.

Microeconomia III

Ementa

Introdução à Teoria dos Jogos: definição de jogo, elementos de um jogo; representação de um jogo: forma normal e extensiva; jogos cooperativos e de conflito total. Importância dos jogos na teoria econômica. Jogos Estáticos com Informação Perfeita: dilema dos prisioneiros; estratégias estritamente dominadas e estritamente dominantes; equilíbrio de Nash. Jogos Dinâmicos com Informação Perfeita: indução inversa; ameaças críveis e não críveis; jogos de dois estágios com informação perfeita, mas incompleta. **Teoria da informação:** perigo moral, seleção adversa e sinalização.

Bibliografia Básica:

FIANI, Ronaldo. *Teoria dos Jogos: para cursos de Economia e Administração*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PINDYCK, R. e RUBINFEL D, *Microeconomia*. Pearson Education do Brasil. 2002

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004

BRAWNING, E.K. e ZUPAN, M.A. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. 7ª Edição Rio de Janeiro. LTC Editora. 2004.

DIXIT, A. K. e NALEBUFF, B. J., *Thinking Strategically*. W.W. Norton & Company. 1991.

GIBBONS Robert., *Game Theory for Applied Economists*. Princeton University Press. 1992.

MANSFIELD, E. e YOKE G. *Microeconomia*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006.

Microeconomia IV

Ementa

Tópicos especiais em microeconomia: 1.- Escolha sob incerteza: probabilidade, risco efetivo e percebido, valor monetário esperado, maximização da utilidade esperada, preferências em relação ao risco, valor da informação, comportamento diante do risco, o princípio da precaução. *Financial Economics*. 2. Equilíbrio geral com mercados financeiros.

Bibliografia Básica:

FERGUSON, C.E. *Microeconomia*. 10ª Edição. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária. 1987.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. *Microeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 2004

BRAWNING, E.K. e ZUPAN, M.A. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. 7ª Edição Rio de Janeiro. LTC Editora. 2004.

MANKIW, N G. *Introdução à economia*. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004.

MANSFIELD, E. e YOKE G. *Microeconomia*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006.

WESSELS, W. *Microeconomia: Teoria e Aplicações*. São Paulo. Ed. Saraiva. 2002.

6.2.2. Núcleo de Macroeconomia

Introdução a Macroeconomia

Ementa

Quantificando a renda nacional; calculando o custo de vida; produção e crescimento; poupança e investimento; taxa natural de desemprego; causas e custos da inflação; fluxos internacionais de bens e capital; determinação da taxa de câmbio; oferta e demanda de fundos emprestáveis; como políticas e eventos afetam uma economia aberta.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, O. *Macroeconomia* .4ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

MANKIW, N G. *Introdução à economia*. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004.

STIGLITZ, J & WALSH, C. *Introdução à Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, José L; GWARTNEY, James; STROUP, Richard L; e SOBEL, Russel S; Fundamentos de Economia: Volume 1: *Macroeconomia*. São Paulo; Editora Cengage Learning, 2008.

GREMAUD, Amauri Patrick; MOTOYA DIAS, Maria Dolores; AZEVEDO, Paulo Furquim; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Introdução a Economia*. São Paulo: Editora Atlas, 2007

PINHO, Diva Benevides. *Manual de Economia Equipe de professores da USP*. 5ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2004.

SHEFFRIN, S.; O'SULLIVAN, A.; NISHIJIMA, M. *Introdução à Economia: Princípios e Ferramentas*. Prentice Hall Brasil, 2004.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Economia Básica*. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

Contabilidade Social

Ementa

Definição e desenvolvimento conceitual da contabilidade social. Natureza, utilização e limitações da contabilidade social. Produto, renda e despesa agregada e fluxo circular da renda. Sistemas de contas nacionais (SNA/68 e SNA/93). Modelo de insumo-produto e suas aplicações. Balanço de pagamentos. Problemas de mensuração. Utilização de números índices. Indicadores sociais. Contas nacionais e contas ambientais. As contas nacionais do Brasil.

Bibliografia Básica:

FEIJÓ, C. A., RAMOS, R. L. O. (organizadores) e outros. *Contabilidade Social – A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.

PAULANI, L.M. e BRAGA, M.B. *A Nova Contabilidade Social – Uma Introdução à Macroeconomia*. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2007.

SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia Complementar:

FIGUEIREDO, F.O. *Introdução à Contabilidade Nacional*. 16ª edição. Forense Universitária, 1999.

FILELLINI, A. *Contabilidade Social – Resumo da teoria, exercícios programados*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1994.

GÓES, G. e GADELHA, S. *Macroeconomia para Concursos e Exame da Anpec*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MONTORO FILHO, A.F. *Contabilidade Social – Uma introdução à macroeconomia*. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1994.

ROSSETTI, J.P. *Contabilidade Social*. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

Macroeconomia I

Ementa

A macroeconomia clássica: produto e emprego de equilíbrio. O sistema clássico: moeda, preços e juros; a teoria quantitativa da moeda; a teoria clássica da taxa de juros. **A moeda e o sistema monetário:** a demanda de moeda; o banco central e o sistema monetário; o multiplicador monetário. **A macroeconomia keynesiana:** o papel da demanda agregada; o problema do desemprego; o modelo keynesiano simples; condições para o produto de equilíbrio; os componentes da demanda agregada; determinação da renda de equilíbrio; mudanças na renda de equilíbrio; política fiscal de estabilização; a moeda no sistema keynesiano; o modelo IS-LM; políticas econômicas no modelo IS-LM; a curva de demanda agregada keynesiana; a curva de demanda agregada keynesiana combinada à oferta agregada clássica; a visão contratual keynesiana do mercado de trabalho; oferta de trabalho e a variabilidade dos salários monetários; efeitos dos deslocamentos da função de oferta agregada. Keynesianos x clássicos.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, F. J. C. e outros. *Economia Monetária e Financeira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

FROYEN, R. T. *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar

ABEL, A. B., BERNANKE, B. S. e CROUSHORE, D. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 4ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

LOPES, L. M. e VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). *Manual de Macroeconomia – Básico e Intermediário*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: LTC Editora, 2008.

SACHS, J. D. e LARRAIN, F. B. *Macroeconomia*. São Paulo: Makron Books, 2000.

Macroeconomia II

Ementa

Taxas de câmbio e o sistema monetário internacional: enfoque monetário do balanço de pagamentos; taxas de câmbio e mercado de moeda estrangeira; **Políticas econômicas em economia aberta:** o modelo Mundell-Fleming; ajustes sob taxas de câmbio fixa e flutuante; taxas de câmbio flexíveis, moeda e preços; mudanças no câmbio e ajuste comercial; escolha do regime cambial. **A nova macroeconomia:** a

revolução das expectativas racionais; microeconomia da curva de oferta agregada com informação imperfeita; a teoria do ciclo econômico real; a economia novo-keynesiana.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 4ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

FROYEN, R.T. *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

Bibliografia Complementar:

ABEL, A. B., BERNANKE, B. S. e CROUSHORE, D. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

LOPES, L. M. e VASCONCELOS, M. A. S. (Org.). *Manual de Macroeconomia – Básico e Intermediário*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 6ª Ed. São Paulo: LTC Editora, 2008.

SACHS, J. D. e LARRAIN, F. B. *Macroeconomia*. São Paulo: Makron Books, 2000.

SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

Macroeconomia III

Ementa

A teoria do investimento: as categorias de investimento; o capital e o investimento; a produtividade marginal do capital; o papel das expectativas nas decisões de investir; o modelo do acelerador de investimento; a teoria **q**; teorias baseadas no racionamento do crédito. **A teoria do consumo:** consumo como função estável da renda corrente; consumo e escolha intertemporal; teoria do ciclo de vida-renda permanente; consumo sob incerteza; outros aspectos do comportamento do consumidor. **A teoria da inflação:** causas da inflação; principais teorias da inflação; a curva de Phillips; inflação e saldos monetários reais; déficits, senhoriagem e inflação; políticas anti-inflacionárias; elementos de um programa de estabilização.; inflação no Brasil. **Comércio internacional:** o modelo ricardiano de comércio; o modelo de Heckscher-Ohlin; o modelo geral de comércio; instrumentos de política comercial.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, O. *Macroeconomia*. 4ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2007.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

KRUGMAN, P. R. e OBSTFELD, M. *Economia Internacional – Teoria e Política*. 6ª ed. São Paulo: Addison Wesley, 2005.

Bibliografia Complementar:

ABEL, A. B., BERNANKE, B. S. e CROUSHORE, D. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

FROYEN, R.T. *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

LOPES, L. M. e VASCONCELLOS, M. A. S. (Org.). *Manual de Macroeconomia – Básico e Intermediário*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: LTC Editora, 2008.

SACHS, J. D. e LARRAIN, F. B. *Macroeconomia*. São Paulo: Makron Books, 2000.

Macroeconomia IV

Ementa

O longo prazo. Fatos do crescimento econômico. O modelo de Solow. Decomposição do crescimento e produtividade. Aplicações empíricas dos modelos de crescimento neoclássicos. O modelo de Solow com capital humano. Convergência e taxas de crescimento. Evolução da distribuição de renda. Infra-estrutura e desempenho econômico de longo prazo. Teorias alternativas do crescimento endógeno. Modelos simples de crescimento endógeno. As contribuições de Harrod e Domar para a teoria do crescimento. Crescimento x desenvolvimento. Modelos DSGE.

Bibliografia Básica:

JONES, C. *Introdução à Teoria do Crescimento Econômico*. São Paulo: Campus, 2000.

MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. 6ª ed. São Paulo: LTC Editora, 2008.

NELSON, R. R. *As fontes do Crescimento Econômico*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

Bibliografia Complementar:

JONES, H. *Modernas Teorias do Crescimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 1979.

PAZ, P. e RODRIGUEZ, O. *Modelos de Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Fórum Editora, 1972.

SACHSIDA, H. e MACHADO, J. B. B. *Fatores Determinantes da Riqueza de uma Nação*. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2008.

SIMONSEN, M. H. e CYSNE, R. P. *Macroeconomia*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2005.

6.2.3. Núcleo de Finanças

Introdução ao Mercado Financeiro

Ementa

Introdução ao Mercado Financeiro: principais papéis e serviços prestados, instituições e funcionamento; Sistema Financeiro Nacional: instituições e funcionamento; Noções de Fundos de Investimento e Investidores Institucionais; Títulos de Renda Fixa: principais papéis, Tesouro Direto, duração, maturidade, risco e rentabilidade; Noções de Mercado de Ações: bolsa de valores, como negociar, tipos de papéis e operações, riscos, participantes do mercado, regulação e auto-regulação; Noções de Análise Fundamentalista; Análise Gráfica de ações; Noções de Derivativos Financeiros: mercado de opções, futuro e a termo; Introdução às Estratégias de Investimento em Ações: operações e estratégias básicas, diversificação, principais instrumentos, pré-requisitos para operar em bolsa (documentação necessária, relação do investidor com a corretora, normas básicas) *home broker* x operações por telefone ou presenciais, custos de operação; Entidades Auto-Reguladoras; Certificações para Operar/Trabalhar no Mercado.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.

CAVALCANTE FILHO, Francisco da Silva e MISUMI, Jorge Yoshio. *Mercado de Capitais*. Rio de Janeiro: Campus 2001.

PINHEIRO, Juliano Lima. *Mercado de Capitais – Fundamentos e Técnicas*. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

ANDREZO, Andrea F. *Mercado Financeiro: aspectos históricos e conceituais*. Thomson Learning, 2002.

BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. *Finanças de Empresas*. Bookman, 2008.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2005.

MARINS, André C. *Mercado de Derivativos e Análise de Risco*. MAS, 2004.

ROSS, Stephen A., Westerfield, Randolph W. e Jaffe, Jeffrey. *Administração Financeira*. 2ª Edição: Atlas, 2002.

Matemática Financeira

Ementa

Capitalização simples: juros, valor presente e valor futuro. Desconto simples: racional, comercial e bancário. Capitalização composta: juros, valor presente e valor futuro. Operações com taxas de juros. Capitalização e desconto de fluxos de caixa: séries uniformes, cálculo do valor atual e do valor futuro de séries pós-ecipadas, antecipadas,

diferidas. Perpetuidades. Sistemas de amortização de empréstimos e financiamentos: SAC, SAF e SACRE.

Bibliografia Básica:

LAPPONI, J.C. *Matemática financeira usando Excel: como medir criação de valor*. São Paulo: Lapponi Treinamento e Editora, 2002.

MATHIAS, W.F. e GOMES, J.M. *Matemática financeira*. São Paulo: Atlas, 1993.

PUCCINI, Abelardo de Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. 6. edição, São Paulo: Atlas, 2003.

KUHNER, Osmar Leonardo e BAUER, Udibert Reinoldo. *Matemática financeira aplicada e análise de investimentos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MERCHEDE, Alberto. *Matemática financeira para usuários do Excel e da calculadora*. São Paulo: Atlas, 2001.

SAMANEZ, Carlos P. *Matemática Financeira: Aplicações à Análise de Investimentos* - 3ª ed. 2007, Prentice Hall.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. *Matemática Financeira*. Ed. Atlas . 3ª edição: São Paulo, 2000.

Estrutura e Análise das Demonstrações Financeiras

Ementa

Ajustes e padronização das demonstrações para a análise. Análise por quocientes (liquidez, rotação, Capitais, Rentabilidade e outros). Cálculo e interpretação. Análise da necessidade de capital de giro. Índices padrões. Índices por setores de atividade. Quartis, Decis e Percentis (cálculo e aplicação). Técnicas de Análise Vertical e Horizontal. Relatórios. Pareceres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IUDÍCIBUS, Sergio de. *Análise de Balanços: Análise da liquidez e do endividamento; Análise do giro, rentabilidade e alavancagem financeira*. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços - Um enfoque econômico-financeiro*. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e Análise de Balanços - Um enfoque econômico-financeiro - livro de exercícios*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MATARAZZO, Dante C. *Análise Financeira de Balanços*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATARAZZO, Dante C. Análise Financeira de Balanços – livro de exercícios. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEGALLI, Glaucos Antonio; PEREZ JUNIOR, José Hernandez. Elaboração das Demonstrações Contábeis. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leônidas. Análise de Balanços para Controle Gerencial. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira de Empresas. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HERRMANN JR., Frederico. Análise de Balanços para a Administração Financeira. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SILVA, José Pereira da. Análise Financeira de Empresas. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

HERRMANN JR., Frederico. Análise de Balanços para a Administração Financeira. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

Contabilidade de Custos

Ementa

Função da Contabilidade de custos. Terminologia e conceitos fundamentais em contabilidade de custos. Princípios Contábeis Aplicados a Custos. Classificação dos custos e métodos de apropriação tradicionais. Avaliação de estoques. Conceitos de custos. Procedimentos básicos da contabilidade de custos. Métodos de Custeio: apuração de custos de produção, matérias primas e mão-de-obra. Margem de contribuição. Sistema de custeio e de acumulação. Modelos que serão base para formação do preço de venda. Custeio Baseado em Atividades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MAHER, Michael. Contabilidade de Custos: Criando Valor para a Administração. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos: Livro Texto. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. Contabilidade de Custos: livro de exercícios. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HORNGREN, Charles T. FOSTER, George. DATAR, Srikant. Contabilidade de custos.

Vol.1. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2004.

HORNGREN, Charles T. FOSTER, George. DATAR, Srikant. Contabilidade de custos. Vol.2. 11.ed. São Paulo: Pearson, 2004.

LEONE, George S. G. Curso de Contabilidade de Custos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, George S. G. Curso de Contabilidade de Custos. Livro de Exercícios. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos. São Paulo: Saraiva, 2009.

Legislação Societária e Comercial

Ementa

Direito Empresarial (conceito, origem, histórico, fontes e autonomia). Empresário individual. Empresa. Registro de empresa, livros comerciais. Sociedades Comerciais (conceitos, natureza, características, personalidade jurídica, classificação). Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e Sociedades Anônimas (conceitos, características, transformações, dissolução, liquidação, extinção etc.). Defesa da Concorrência (CADE). Títulos de Crédito (letras de câmbio, nota promissória, cheque, duplicata etc.). Contratos Mercantis (compra e venda mercantil, Alienação Fiduciária, Leasing, Franchising, Factoring, Fiança, Penhor etc.). Falência e Concordata (Teoria Geral, conceitos, características, distinções, legislação etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Curso de Direito Empresarial. Salvador: Juspodivm, 2009.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

REQUIÃO, Rubens, Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Fran. Contratos e Obrigações Comerciais. Rio de Janeiro: Forense.

MAMEDE, Gladstone. Direito Empresarial Brasileiro: Direito Societário: Sociedades Simples e Empresárias. v.02. 2ed. São Paulo: Atlas. 2007.

FAZZIO JUNIOR, Waldo. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Atlas.

COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva.

MAMEDE, Gladston. Títulos de Crédito. São Paulo: Atlas.

Finanças Públicas

Ementa

Estado e economia. Finanças Públicas no Brasil. Conceituação e Classificação de Receitas e Despesas Públicas. Princípios e o Ciclo Orçamentário. Gasto Público no Brasil. Lei de Responsabilidade Fiscal. Execução Orçamentária. Apuração do Resultado Fiscal. Dívida Pública. Controle Interno e Fiscalização. Estrutura Tributária brasileira. Tópicos Atuais de Finanças Públicas.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJO, Paulo Henrique. *Gestão de Finanças Públicas* 2ª edição. Brasília: Editora Gestão Pública, 2008.

GIAMBIAGI, Fabio; ALEM, Ana Claudia. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 3a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*. 4a. Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. *Economia do Setor Público no Brasil*. 1a. Edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 14a. Edição. São Paulo: Editora Atlas. 2007.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. *Lei Complementar no. 101/2000 – Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal* 2ª edição atualizada. Brasília. Esaf. 2002.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. *Contabilidade Pública*. 7a. Edição. Brasília: Franco & Fortes, 2002.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. *Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública*. São Paulo: Atlas, 2002.

Finanças Corporativas I

Ementa

Demonstrações financeiras no Brasil; análise de demonstrações financeiras; imposto de renda no Brasil; mercados financeiros e valor presente líquido; valor presente líquido; valor de obrigações e ações; critérios alternativos de análise investimento (TIR, payback etc); teoria do mercado de capitais; risco e retorno; teoria da carteira; CAPM; APT; mercados eficientes; risco, retorno e orçamento de capital; WACC, mercados eficientes; financiamento de longo prazo (introdução).

Bibliografia Básica:

ROSS, Stephen A., Westerfield, Randolph W. e Jaffe, Jeffrey. *Administração Financeira*. 2ª Edição: Atlas, 2002.

ROSS, Stephen A. e Westerfield, Randolph W. *Princípios de Administração Financeira*. 2ª Edição: Atlas, 2001.

GITMAN, L. *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.

Bibliografia Complementar:

BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. *Finanças de Empresas*. Bookman, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 8ª Edição: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. SILVA, César A. T. *Administração do Capital de Giro*. Atlas, 2002.

MATIAS, Alberto B. *Finanças Corporativas de Curto Prazo: a gestão do valor do capital de giro*. Atlas, 2007.

PYNDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6ª Edição: Pearson, 2006.

Finanças Corporativas II

Ementa

Estrutura de capital; limites ao uso de capital de terceiros; avaliação de empresas e projetos com alavancagem; política de dividendos; modelos financeiros e planejamento de longo prazo; administração do capital de giro, modelos dinâmicos de gestão do capital de giro; planejamento à curto prazo; gestão de caixa; fluxo de caixa; gestão de crédito; avaliação da liquidez; financiamento do ativo econômico e liquidez; crescimento; reestruturação financeira; criação de valor.

Bibliografia Básica:

ASSAF NETO, Alexandre. SILVA, César A. T. *Administração do Capital de Giro*. Atlas, 2002.

MATIAS, Alberto B. *Finanças Corporativas de Curto Prazo: a gestão do valor do capital de giro*. Atlas, 2007.

ROSS, Stephen A., Westerfield, Randolph W. e Jaffe, Jeffrey. *Administração Financeira*. 2ª Edição: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 8ª Edição: Atlas, 2008.

BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. *Finanças de Empresas*. Bookman, 2008.

GITMAN, L. *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.

PYNDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6ª Edição: Pearson, 2006.

ROSS, Stephen A. e Westerfield, Randolph W. *Princípios de Administração Financeira*.
2a Edição: Atlas, 2001.

Finanças Corporativas III

Ementa

Lançamento de ações; ao público capital de terceiros no longo prazo; opções e finanças de empresas; arrendamento; warrants; títulos conversíveis; arrendamento; derivativos e controle de risco; fusões e aquisições; dificuldades financeiras; finanças internacionais e governança corporativa.

Bibliografia Básica:

ROSS, Stephen A., Westerfield, Randolph W. e Jaffe, Jeffrey. *Administração Financeira*.
2ª Edição: Atlas, 2002.

ROSS, Stephen A. e Westerfield, Randolph W. *Princípios de Administração Financeira*.
2a Edição: Atlas, 2001.

GITMAN, L. *Princípios de Administração Financeira*. São Paulo: Harbra, 1997.

Bibliografia Complementar:

BERK, Jonathan. DEMARZO, Peter. *Finanças de Empresas*. Bookman, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 8ª Edição: Atlas, 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. SILVA, César A. T. *Administração do Capital de Giro*. Atlas,
2002.

MATIAS, Alberto B. *Finanças Corporativas de Curto Prazo: a gestão do valor do capital de giro*. Atlas, 2007.

PYNDYCK, Robert S. RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6ª Edição: Pearson,
2006.

6.2.4. Núcleo de Métodos Quantitativos

Matemática Aplicada a Ciências Sociais I

Ementa

Equações e inequações. Funções. Limite e continuidade. Derivadas para funções de uma variável. Regra da Cadeia e derivação de funções implícitas. Integrais para funções com uma variável. Aplicações para as Ciências Sociais Aplicadas.

Bibliografia Básica:

CHIANG, Alpha C. *Matemática para economistas*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil,
2005.

MORETTIN, Pedro A. *Cálculo função de uma e várias variáveis*. São Paulo: Saraiva,
2005.

WEBER, Jean. *Matemática para economia e administração*. São Paulo: Harbra, 1986.

Bibliografia Complementar:

LEITHOLD, Louis. *O cálculo com geometria analítica*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.
v. 1.

LEITHOLD, Louis.; PATARRA, Cyro de Carvalho; SALIM, Jean Jacques (Rev.).
Matemática aplicada à economia e administração. São Paulo: Harbra, 2001.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 1.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, ELIO Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da.
Matemática para os cursos de economia, administração, ciências contábeis. 5. ed.
São Paulo: Atlas, 1999.

SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. *Matemática para economistas*. São Paulo: Artmed,
2004.

Matemática Aplicada a Ciências Sociais II

Ementa

Matrizes, determinantes e sistemas de equações lineares. Funções com duas ou mais variáveis. Derivadas parciais. Máximos e mínimos. Otimização restrita e irrestrita. Aplicações para as Ciências Sociais Aplicadas.

Bibliografia Básica:

ANTON, Howard; RORRES, Chris. *Álgebra linear com aplicações*. 8. ed. Porto Alegre:
Bookman, 2001

MORETTIN, Pedro A. *Cálculo função de uma e várias variáveis*. São Paulo: Saraiva,
2005.

WEBER, Jean. *Matemática para economia e administração*. São Paulo: Harbra, 1986.

Bibliografia Complementar:

BOLDRINI, José Luiz. *Álgebra Linear*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1986.

LEITHOLD, Louis. *O cálculo com geometria analítica*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994.
v. 2.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

SIMON, Carl P.; BLUME, Lawrence. *Matemática para economistas*. São Paulo: Artmed,
2004.

WEBER, Jean. *Matemática para economia e administração*. São Paulo: Harbra, 1986.

Probabilidade e Estatística

Ementa:

Conceitos de Estatística, Coleta de dados, Técnica de Amostragem, Distribuição de Freqüência, gráficos, tabelas, medidas de posição e dispersão, medidas de assimetria e curtose, Introdução à Probabilidade, Distribuições Amostrais, Funções de Probabilidade, Distribuições Discretas: de Bernoulli, Binomial, Poisson e Geométrica; Distribuições Contínuas: Uniforme, Normal e Exponencial, Intervalo de Confiança, Teste de Hipótese.

Bibliografia Básica:

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FREUND, John E.; SIMON, Gary A.; FARIAS, Alfredo Alves de (Trad.). *Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade*. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. 404 p.

TRIOLA, Mario F. *Introdução A Estatística*. 10ª Edição: LTC, 2008

Bibliografia Complementar:

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro A. *Estatística básica*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987.

CRESPO, Antônio Arnot. *Estatística fácil*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1991.

LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth; PATARRA, Cyro de Carvalho (Trad.). *Estatística aplicada*. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 476 p

MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedrosa de. *Noções de probabilidade e estatística*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

STEVENSON, William J. *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harbra, 1986.

WITTE, Robert S.; WITTE, John S. *Estatística*. 7. ed Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2005. 486 p.

Econometria I

Ementa

Modelo de regressão linear simples. Estimacão por Mínimos Quadrados Ordinários. A hipótese de normalidade. Testes de hipóteses e intervalos de confiança. Inferências estatísticas ao modelo de regressão linear. Modelo de regressão linear múltipla. Análise de variância. Formas funcionais. Violações dos pressupostos clássicos de regressão linear: multicolinearidade, heterocedasticidade e autocorrelação serial. Aplicações empíricas usando programas econométricos.

Bibliografia Básica:

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*, 4ª edição. Campus, 2006.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Econometria*, Editora Campus, 2004.

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: uma Abordagem Moderna*. Tomson, 2006.

Bibliografia Complementar:

STOCK, J. H. e WATSON, M. W. *Econometria*. Pearson, 2004.

KENNEDY, P. *Manual De Econometria*, 6ª Edição, Editora Campus, 2009.

MADDALA, G. S. *Introdução a Econometria*, Editora LTC, 2003.

LEMOS, A. e MYNBAEV, K. T. *Manual De Econometria*, Editora FGV, 2004.

HILL, C.; GRIFFITHS, W. e JUDGE, G. *Econometria*, 2ª edição, Saraiva, 2003.

Econometria II

Ementa

Regressão linear múltipla: abordagem matricial. Diagnóstico dos resíduos. Regressão com variável binária (ou dummy). Modelos autorregressivos e de defasagens distribuídas. Erros de especificação. Estacionariedade. Testes de raiz unitária. Cointegração: o método de Engle-Granger. Representação por correção de erros. Causalidade em economia: teste de Granger. Introdução à análise multivariada: vetores autorregressivos (VAR). Aplicações empíricas usando programas econométricos.

Bibliografia Básica:

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*, 4ª edição, Editora Campus, 2006.

HILL, C.; GRIFFITHS, W. e JUDGE, G. *Econometria*, 2ª edição, Saraiva, 2003.

STOCK, J. H. e WATSON, M. W. *Econometria*. Pearson, 2004.

Bibliografia Complementar:

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: uma Abordagem Moderna*. Tomson, 2006.

KENNEDY, P. *Manual De Econometria*, 6ª Edição, Editora Campus, 2009.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Econometria*, Editora Campus, 2004.

MADDALA, G. S. *Introdução a Econometria*, Editora LTC, 2003.

LEMOS, A. e MYNBAEV, K. T. *Manual De Econometria*, Editora FGV, 2004.

6.2.5. Núcleo de História

História Econômica Geral

Ementa

Os primórdios da economia. A transição do feudalismo ao capitalismo. O capitalismo mercantil. A transição para a economia industrial. A revolução industrial. O capitalismo no final do Sec. XIX. O movimento socialista. A economia norte-americana e a crise

mundial de 1929. A economia mundial e as grandes guerras. O capitalismo pós 2ª guerra mundial. A economia mundial do após-guerra. A economia das nações subdesenvolvidas do após guerra.

Bibliografia Básica:

REZENDE, C. *História Econômica Geral*, São Paulo: Contexto, 2001.

HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

LANDES, David L. *Riqueza e a Pobreza das Nações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Bibliografia Complementar:

ARRIGHI, G. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/UNESP, 1996..

HOBBSBAWN, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e Queda das Grandes Potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. 12ª edição. Loyola, 2003.

WEBER, Max. *Historia Geral da Economia*. Editora Centauro, 2008

História do Pensamento Econômico

Ementa

O mercantilismo, a fisiocracia e a escola clássica de Smith, Malthus, Say e Ricardo. A nova concepção de valor de Jevons, Bentham, Bastiat e Mill. Fundamentos do pensamento marxista. A escola neoclássica. As críticas de Schumpeter e Keynes aos neoclássicos. A revolução keynesiana. Hayek, Von Mises. As correntes do pensamento econômico do pós-guerra: as vertentes na América Latina; a síntese neoclássica de Hicks, o monetarismo de Friedman, as correntes novo-clássica, neo-schumpeteriana, pós-keynesiana, neo-keynesiana; e, liberalismo no fim de século no mundo e no Brasil.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *História do Pensamento Econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Campus, 1995.

BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Editora Thonsom-Pioneira, 2004.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

Bibliografia Complementar:

BLAUG.M. *História do Pensamento Econômico* - Biblioteca de economia N 26 - Publicações Dom Quixote – Lisboa,1989, 2 volumes.

FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Roberson de & GENNARI, Adilson. História do Pensamento Econômico. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

RICARDO, D. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Abril Cultural, 1983.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Formação Econômica do Brasil

Ementa

O período pré-colonial. O pacto colonial. A economia brasileira no período colonial. O ciclo do açúcar. A pecuária. Escravidão e imigração. O ciclo do ouro. A economia brasileira após a independência. A atividade cafeeira. A transição de uma economia agrária para uma economia industrial: o deslocamento do centro dinâmico da economia. Crescimento industrial de fins do Século XIX até a segunda guerra mundial. Interpretações do desenvolvimento econômico do Brasil. O modelo de substituição de importações.

Bibliografia Básica:

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Schwarcz Ltda, 2007.

GREMAUD, Amaury Patrick. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Cia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar:

FURTADO, M. B. *Síntese da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora LTC, 2000.

GRAZIERA, Rui G. Celso Furtado e a Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MENDONÇA, Marina Gusmão. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2002

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

WEBER, Max. *Historia Geral da Economia*. Editora Centauro, 2008

Economia Brasileira Contemporânea

Ementa

O processo de industrialização. O setor público e a economia brasileira. O comércio externo brasileiro. Desequilíbrios regionais. O planejamento econômico e o Plano de Metas. A crise dos anos 60. Medidas de ajuste e a retomada do crescimento. Crescimento econômico de 1968-1973: o “milagre econômico”. O II PND e a tendência à reversão do ciclo de crescimento econômico. A estratégia de crescimento econômico com endividamento externo. A crise fiscal nos 80. Os Planos de Estabilização Econômica entre 1986 e 1994. O Plano Real.

Bibliografia Básica:

ABREU, Marcelo de Paiva. (Org.). *A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica*. Campus, 1989.

GREMAUD, Amaury; VASCONCELOS, Marco e TONETO, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2006.

SUZIGAN, Wilson. *Economia Nacional: origem e desenvolvimento*. Editora Hucitec, 2000.

Bibliografia Complementar:

BAER, Werner. *A Economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 2009.

SOUZA, Nilson Araújo. *Economia Brasileira Contemporânea: De Getúlio a Lula*. São Paulo: Atlas, 2007.

BONELLI, Regis. *Ensaio Sobre Política Econômica e Industrialização no Brasil*. Edição da CNI/SENAI/CIET; 1996.

CASTRO, Antonio Barros de e Souza, F.E.P. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

GIANBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavinia Barros de; VILLELA, André Campus. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945/2004*. São Paulo: Campus, 2004.

6.2.6. Núcleo Multidisciplinar e Formação Humanística

Contabilidade Básica I

Ementa

A Contabilidade e o Contador. Tomada de decisão. A função do profissional contábil. Objetivos da contabilidade. Contabilidade como profissão. Aplicação da contabilidade. Usuários da informação contábil. Para quem é mantida a contabilidade. Campo de atuação da Contabilidade. Relatórios contábeis. Relatórios contábeis e seus objetivos. Patrimônio: conceito, composição, representação. Balanço patrimonial. Várias definições de capital. Balanço Patrimonial. Ativo. Passivo. Patrimônio Líquido. Procedimentos contábeis básicos segundo o método das partidas dobradas. Contas e Planos de Contas. Escrituração Contábil: método, livros contábeis (diário e razão), lançamentos, fórmulas de lançamento. Variações do Patrimônio Líquido. Receitas e Despesas. Regime de competência. Regime de Caixa. Apuração do resultado do exercício. Demonstração do Resultado do Exercício.

Bibliografia Básica

Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. *Contabilidade Introdutória*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Contabilidade Introdutória- Livro de Exercícios. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Básica – Livro de exercícios. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade Empresarial – Livro de Exercícios. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Helio de Paula. Contabilidade para Administradores. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

STICKNEY & WEIL; *Contabilidade Financeira*, 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Instituições de Direito Público e Privado

Ementa

Noções de Direito. Estudo das normas e princípios fundamentais do direito público e do direito privado, e dos principais institutos que compõem o ordenamento jurídico nacional. Apresentação do Estado. Noções de direito público e privado. Noções de Direito Constitucional. Noções de Direito Administrativo. Noções de Direito Penal. Noções de Direito Civil. Noções de Direito Empresarial. Noções de Organização do Poder Judiciário.

Bibliografia Básica:

DOWER, Nelson Godoy Bassil. Instituições de direito público e privado.

BRANCATO, Ricardo Teixeira. Instituições de direito público e de direito privado.

SILVA, Edson Jacinto da. Instituições de direito público e privado

Bibliografia Complementar:

MARTINS, Sérgio Pinto. Instituições de direito público e privado

PINHO, Rui Rebello e NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Instituições de direito público e privado : Introdução ao estudo do direito : noções de ética profissional.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução ao estudo do direito. 18.ed Rio de Janeiro: Forense, 1995.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, decisão, dominação. 2. ed São Paulo: Atlas, 1994.

Teoria Geral da Administração I

Ementa

Administração e suas perspectivas. Antecedentes históricos da Administração. Administração Científica. Teoria Clássica da Administração. Teoria das Relações Humanas. Teoria Neoclássica da Administração. Administração por Objetivos.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MORAES, Anna Maris Pereira. *Iniciação ao estudo da administração*. São Paulo: Makron, 2005.

REINALDO O. DA SILVA. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Ademir Antônio, et. al. *Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias*. Pioneira, São Paulo, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEGGINSON, Leon; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JR, Paul H. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo, Habra, 1998

MORAES, Anna Maris Pereira. *Iniciação ao estudo da administração*. São Paulo: Makron, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes et. all. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Thomson, 2004.

Antropologia da Religião

Ementa

Aguardando ajuste do núcleo de formação geral.

Ética

Ementa

Aguardando ajuste do núcleo de formação geral.

6.2.7. Núcleo de Trabalho de Conclusão de Curso

Introdução ao Ensino Superior

Ementa

Aguardando conclusão da UADE.

TCC I – Técnica em Pesquisa em Economia

Ementa

Desenvolvimento da etapa inicial do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob a supervisão de um professor orientador. A pesquisa científica e a economia. O planejamento da pesquisa e o detalhamento de suas etapas. Escolha do tema do TCC. Elaboração do projeto individual de monografia. Ao final do semestre, o aluno deverá apresentar um trabalho escrito contendo elementos do projeto, onde conste: definição de objetivos e hipóteses, metodologia do trabalho, análise preliminar dos dados e revisão bibliográfica. Apresentação do projeto. O principal instrumento de avaliação será o projeto de TCC.

Bibliografia Básica:

BRENNER, Eliana de Moraes. *Manual de Planejamento e Apresentações de Trabalhos Acadêmicos*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MARTINS, Gilberto de Andrade & LINTZ, Alexandre. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

ROMCY DE CARVALHO, Maria Carmen (coord). Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 2ª. Ed. Revista e Ampliada. Brasília: [sn], 2008. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ucb.br/Manual.pdf>.>, disponível em 29 de outubro de 2003.

Bibliografia Complementar:

BERNI, Duílio de Ávila. *Técnicas de Pesquisa em Economia*. São Paulo: Saraiva, 2002

BOCCHI, João Ildebrando. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004

LÜDORF, Silvia M. Agatti. *Metodologia da pesquisa: do projeto à monografia*. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2004.

MUNHOZ, D.G. *Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica*, UnB, 1989.

SALOMON, Délcio. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Editora Martins Fortes, 1994.

TCC II – Economia

Ementa

Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob a supervisão de um professor orientador. Teste das hipóteses formuladas, com apresentação, discussão e análise dos resultados obtidos no estudo. Elaboração do relatório final. Conclusões. Apresentação do relatório final da monografia. Defesa do Trabalho de Conclusão de

Curso frente à banca examinadora, composta pelo orientador e por professores do curso. A nota em TCC levará em consideração o trabalho escrito e a exposição oral. A exposição oral é obrigatória.

Bibliografia Básica:

- BRENNER, Eliana de Moraes. *Manual de Planejamento e Apresentações de Trabalhos Acadêmicos*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- MARTINS, Gilberto de Andrade & LINTZ, Alexandre. *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
- ROMCY DE CARVALHO, Maria Carmen (coord). Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 2ª. Ed. Revista e Ampliada. Brasília: [sn], 2008. Disponível em: < <http://www.biblioteca.ucb.br/Manual.pdf> >, disponível em 29 de outubro de 2003.

Bibliografia Complementar:

- BERNI, Duílio de Ávila. *Técnicas de Pesquisa em Economia*. São Paulo: Saraiva, 2002
- BOCCHI, João Ildebrando. *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004
- LÜDORF, Silvia M. Agatti. *Metodologia da pesquisa: do projeto à monografia*. Rio de Janeiro: Editora Shape, 2004.
- MUNHOZ, D.G. *Economia Aplicada: Técnicas de Pesquisa e Análise Econômica*, UnB, 1989.
- SALOMON, Délcio. *Como fazer uma monografia*. São Paulo: Editora Martins Fortes, 1994.

6.2.8. Optativas

Economia Monetária

Ementa

O papel da moeda na atividade econômica. Evolução e origem da moeda, padrões monetários. Determinação da taxa de juros nos modelos macroeconômicos que dão suporte às análises monetárias. Operacionalização da política monetária e da gestão do sistema financeiro. A importância do controle da inflação. Papel do Banco Central. Estratégia moderna de atuação dos bancos centrais e as visões de política monetária dos keynesianos, monetaristas e novos clássicos.

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, F. J. C. e outros. *Economia Monetária e Financeira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

MARINHO, H. J. M. *Economia Monetária – Teoria e a Experiência Brasileira*. São Paulo: Editora Ciência Moderna, 2007.

MISHKIN, F.S. *Moedas, Bancos e Mercados Financeiros*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, J. R. N. *Economia Monetária*. São Paulo: Atlas, 2009.

BERCHIELLI, F. O. *Economia Monetária*. São Paulo: Saraiva, 2000.

BLINDER, A. S. *Bancos Centrais: Teoria e Prática*. Editora 34, 1999.

LOPES, J. C. e Rossetti, J.P. *Economia Monetária*. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVEIRA, M. C. *Moeda, Juros e Instituições financeiras – Regime Jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

Economia Internacional

Ementa

Teorias Clássicas do Comércio Internacional: Mercantilismo, Teoria das Vantagens Comparativas, Teoria das Vantagens Absolutas. Modelo de Heckscher-Ohlin: Teorema da Equalização dos Preços dos Fatores. Teoria da Política Comercial: Tarifas, Subsídios, Barreiras não Tarifárias e outras formas de proteção. Política Comercial na Prática: Organismos de Regulação, GATT e a Organização Mundial do Comércio; o Protecionismo, Países Desenvolvidos e Países em Desenvolvimento. O Processo de Globalização, a Globalização Financeira, as Empresas Multinacionais e Transnacionais.

Bibliografia Básica:

BATISTA Jr., P. N. *O Brasil e a Economia Internacional*. São Paulo: Editora Campus, 2005.

GONÇALVES, R., Baumann, R., Prado, L. C. D. e Canuto, O. *Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

KRUGMAN, P. e OBSTFELD, M.. *Economia Internacional: Teoria e Política*. 6ª. Ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, M. e SILVA, C. *Economia Internacional*. 2ª Edição. São Paulo: Saraiva 2002.

CAVES, R. e FRANKEL, J . *Economia Internacional: comércio e transações globais*. São Paulo: Saraiva, 2001.

DO CARMO, E. C. e MARIANO, J. *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2006.

SALVATORE, D. *Introdução à Economia Internacional*. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

SOUZA, N. A. *Economia Internacional Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2009.

Economia Industrial e da Regulação

Ementa

O comportamento da empresa nos mercados de competição imperfeita: a aquisição e o uso do poder do mercado pelas empresas, as interações estratégicas entre as empresas e o papel da política de competição estabelecida pelo governo, a estrutura de mercado, modelos de oligopólio, poder de mercado, barreiras à entrada, fusões e aquisições, discriminação de preços, diferenciação de produtos e investigação e desenvolvimento. O que é regulação. Economia e direito. Instrumentos de regulação. Monopólio Natural. Agências reguladoras e a prática de regulação. Antitrust. Regulação no Brasil. Regulação comparada.

Bibliografia Básica:

CABRAL, Luiz. *Economia Industrial*. Portugal: Mc Graw Hill, 1993.

ALKETA, Peci (org). *Regulação no Brasil: Desenho, governança e Avaliação*. Atlas. 2007.

BARROS, Pedro P. *Exercícios de Economia Industrial*. Portugal: Mc Graw Hill, 1998.

Bibliografia Complementar:

CABRAL, Luiz. *Introduction to Industrial Organization*. The MIT Press. 2000.

STIGLER, G. *A Teoria dos Preços*. Atlas, 1977.

PYNDICK, R.S. e RUBINFELD, D.L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

PHILLIPS, R.L. *Pricing and Revenue Optimization*. Stanford Business Books, 2007.

VISCUSI, W. Vernon, J. e HARRINGTON, J. *Economics of Regulation and Antitrust*. MIT Press, 1995

Economia Agrícola

Ementa

Agricultura e desenvolvimento econômico: aspectos teóricos. Os papéis da agricultura no desenvolvimento econômico. Agronegócios: conceitos e dimensões. Segmentos dos sistemas agroindustriais. Política agrícola no Brasil: Evolução e principais instrumentos. Preços. Crédito Rural. Cooperativismo. Estrutura agrária e Relações de produção. Tópicos de economia aplicados aos sistemas agroindustriais. Principais resultados da expansão e modernização da agricultura. As transformações do meio rural. Agricultura e meio ambiente. A comercialização dos produtos agrícolas. O comércio internacional de produtos agrícolas.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócios*. Editora Atlas. São Paulo. 2005. 160p.

BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e política agrícola no Brasil*. São Paulo. Editora Atlas, 2004. 230p.

GASQUES, J. e Conceição, J. (orgs). *Transformações da Agricultura e Políticas Públicas*. IPEA. Rio de Janeiro. 2001.

Bibliografia Complementar:

BATALHA, Mário Otávio (org.). *Gestão Agroindustrial*: Gepai (Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Volumes I e II. Editora Atlas. São Paulo. 2001

CALADO, Antonio Andre Cunha. *Agronegócio*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MENDES, Judas Tadeu Grassi & PADILHA JR, João. *Agronegócio: uma abordagem econômica*. São Paulo: Editoro Prenticce Hall Brasil, 2007.

VIEIRA, Rita de Cássia Milagres Teixeira Vieira et al. (2001). *Cadeias Produtivas no Brasil: Análise da Competitividade*. Brasília: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia. 469p.

ZYLBERSZTAJN, Décio, & NEVES, Marcos Fava (Orgs. (2005). *Economia e Gestão dos negócios Agroalimentários: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição*. 2005. 428p

Economia Regional e Urbana

Ementa

Questão regional e urbana: o “ressurgimento da temática”. Principais marcos teóricos da economia espacial. Formação das economias regionais no país. Desequilíbrios regionais. A urbanização brasileira. Questão regional e urbana na industrialização e na crise recente. O debate contemporâneo sobre a economia regional. A questão regional brasileira nos anos 90. Análise de problemas urbanos e regionais. Desenvolvimento regional versus desenvolvimento urbano. Tópicos especiais. Centro-oeste e Distrito Federal.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Alexandre Xavier Yuata; OLIVEIRA, Carlos Wagner; MOTA, Aroudo; e PIANCASTELLI, Organizadores. Marcelo. *Ensaio de Economia Regional*. Brasília: IPEA, 2007.

CLEMENTE, ADEMIR & HIGACHI, HERMES Y. *Economia e Desenvolvimento Regional*. 1ª Edição, Atlas, 2000. 264 páginas.

DINIZ, Clélio Campolina e CROCCO, Marco. *Economia Regional e Urbana – Contribuições Teóricas Recentes*. Editora UFMG, 2006.

Bibliografia Complementar:

AFFONSO, R. e Silva, P.B. (org.). *Federalismo no Brasil - Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP-UNESP, 1995, 2v.

AZZONI, C.R. *Teoria da Localização*. – SP – USP-FEA. CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil (1930-1970), UNICAMP-Global – 1985-B.

BERTHA K, Becker & EGLER, Cláudio A. G. *Brasil: Uma nova potência regional na economia do mundo*. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 1994

MASAHISA FUJITA & PAUL KRUGMAN & ANTHONY J. VENABLES. *Economia Espacial*. São Paulo: Futura, 2002. 392p. ISBN: 8574131237

SCHWARTZMAN, Jacques. *A Teoria da base de exportação e o desenvolvimento regional*. In: Haddad, P. R. (org.). *Desequilíbrios Regionais e Descentralização Industrial*, Brasília: IPEA, 1995.

Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos

Ementa

Economia do Trabalho: Mercado de trabalho: oferta, demanda e equilíbrio. Desemprego. Diferenciais compensatórios de salários; Modelos de salários de eficiência; Mobilidade de trabalho: migração. Modelo de capital humano. Teorias da discriminação. Determinantes da oferta de trabalho. Modelo de insiders-outsiders. Modelo de desemprego estrutural: introdução aos modelos de busca e combinação; Setor informal. Economia dos Recursos Humanos: o processo de contratação. Avaliando a produtividade dos trabalhadores. Diferentes formas de remuneração. Rotatividade e demissões. Promoções, incentivos e benefícios. Terceirização. Franquias e contratos. Contratos de emprego individual. Carreiras em organização: Teoria e evidência. Mobilidade e estabilidade.

Bibliografia Básica:

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. *A moderna economia do trabalho: teoria e política pública*. São Paulo: Makron Books, 2000.

MANKIW, N G. *Introdução à economia*. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004.

PINDYCK, R. e RUBINFEL D, *Microeconomia*. Pearson Education do Brasil. 2002

Bibliografia Complementar:

LAZEAR, Edward P. *Personnel economics for managers*. New York: John Wiley & Sons, 1998.

LAZEAR, Edward P. *Personnel economics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995. 170p. (The Wicksell lectures)

MCCONNELL, Campbell R.; BRUE, Stanley L.; MACPHERSON, DAVID A. *Contemporary labor economics*. 5th. ed Boston: McGraw - Hill, 1999.

STIGLITZ, J & WALSH, C. *Introdução à Macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GIBBONS Robert., "Game Theory for Applied Economists". Princeton University Press. 1992.

Econometria Avançada

Ementa

Revisão de séries temporais. Modelagem ARIMA. Análise de Vetores Autorregressivos. Funções de impulso-resposta. Modelos de equações simultâneas. Estimador com variáveis instrumentais. Mínimos quadrados de dois estágios. Modelos Logit, Probit e Tobit. Modelos de Regressão com Dados em Painel. Efeitos fixos. Efeitos aleatórios. Aplicações empíricas usando programas econométricos.

Bibliografia Básica:

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*, 4ª edição, Editora Campus, 2006.

HILL, C.; GRIFFITHS, W. e JUDGE, G. *Econometria*, 2ª edição, Saraiva, 2003.

STOCK, J. H. e WATSON, M. W. *Econometria*. Pearson, 2004.

Bibliografia Complementar:

WOOLDRIDGE, J. M. *Introdução à Econometria: uma Abordagem Moderna*. Tomson, 2006.

KENNEDY, P. *Manual De Econometria*, 6ª Edição, Editora Campus, 2009.

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Econometria*, Editora Campus, 2004.

MADDALA, G. S. *Introdução a Econometria*, Editora LTC, 2003.

LEMOS, A. e MYNBAEV, K. T. *Manual De Econometria*, Editora FGV, 2004.

Tópicos Especiais em Economia

Ementa

Revisão e/ou aprofundamento de tópicos relacionados às principais áreas da matriz curricular de economia, podendo envolver um ou mais dos seguintes tópicos: **i) Microeconomia**: teoria do consumidor; teoria da produção; concorrência perfeita; modelos de concorrência imperfeita; equilíbrio geral; falhas de mercado, teoria da informação; teoria dos jogos; economia industrial e regulação; **ii) Macroeconomia**:

contas nacionais; macroeconomia clássica; macroeconomia keynesiana; taxa de câmbio e sistema monetário internacional; políticas econômicas em economia aberta; a nova macroeconomia; teoria do investimento; teoria do consumo; desenvolvimento; **iii) Econometria:** modelo de regressão linear; violações dos pressupostos; modelos com variáveis binárias; modelos auto-regressivos; modelos de séries temporais.

Bibliografia Básica:

FROYEN, R. T. *Macroeconomia*. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

GUJARATI, D. N. *Econometria Básica*, 4ª edição, Editora Campus, 2006.

VARIAN, Hal R. *Microeconomia – princípios básicos – uma abordagem moderna*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

Bibliografia Complementar:

PINDYCK, R. S. e RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2005.

DORNBUSCH, R., FISCHER, S. e STARTZ, R. *Macroeconomia*. 10ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

FEIJÓ, C. A., RAMOS, R. L. O. (organizadores) e outros. *Contabilidade Social – A Nova Referência das Contas Nacionais do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008.

HILL, C.; GRIFFITHS, W. e JUDGE, G. *Econometria*, 2ª edição, Saraiva, 2003.

STOCK, J. H. e WATSON, M. W. *Econometria*. Pearson, 2004.

Introdução a Economia Solidária

Ementa

O movimento cooperativista do século XIX e suas raízes; a economia da dívida; a crise do trabalho do final do século XX; Caracterização da Economia Solidária: empresas autogestionadas; cooperativas urbanas e rurais; clubes de troca; bancos populares e finanças solidárias; incubadoras de empreendimentos solidários e a atuação da universidade; O perfil da Economia Solidária no Brasil: o mapeamento da Economia Solidária. Ação pública e Economia Solidária na América Latina e na Europa: políticas públicas e perspectivas internacionais.

Bibliografia Básica

CATANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto A.: Veraz, 2003.

KRAYCHETE, G. e COSTA, B. (org.) *Economia dos Setores populares: Entre a Realidade e a Utopia*. Vozes, 2000.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. Fundação Abramo, 2002.

Bibliografia Complementar:

- FRANÇA FILHO, G.C., & LAVILLE, J-L. *Ação Pública e Economia Solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GAIGER, Luiz I. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*, 2002.
- LISBOA, Armando de Melo. *Socioeconomia solidária: marco conceitual latino-americano*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 9, 2004, Uberlândia. Anais. Uberlândia, MG.: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/>>.
- SINGER, Paul. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- TAUILE, José Ricardo. *Do socialismo de mercado à economia solidária*. (Trabalho submetido ao seminário internacional “Teorias de Desenvolvimento no Novo Século”, Junho de 2001).

Finanças Comportamentais

Ementa

Visão convencional da teoria de finanças. Economia comportamental e finanças comportamentais. Contabilidade Mental. Aversão a Perda. Escolha Racional intertemporal. Desconto hiperbólico. Efeito House Money e Equity Premium Puzzle. Efeito Disposição. Economia Experimental, experimentos de laboratório e de campo.

Bibliografia Básica

- BARBEDO, C. H. S. *Finanças Comportamentais*. Ed. Atlas, 2009
- MOSCA, A. *Finanças Comportamentais*. Editora Campus, 2008.
- NOFSINGER. J.R. *A lógica do mercado de ações*. Ed. Fundamento, 2008.

Bibliografia Complementar

- BERNSTEIN, Peter L. *Desafio aos Deuses: a fascinante história do risco*. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1997.
- DAMODARAN, Aswath. *Avaliação de Investimentos: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- KAHNEMAN, D. e TVERSKY, A. (1979) “*Prospect theory: An analysis of decision under risk*”, *Econometrica* 47, 263-291.
- MILANEZ, D. Y. *Finanças Comportamentais no Brasil*, IPE, 2001.

Tópicos em Matemática

Ementa

Números Reais; Equações e Inequações; Funções Elementares: afim, quadrática, polinomial, modular, exponencial, logarítmica e trigonométrica

Bibliografia Básica

DEMANA, Franklin D et al. *Pré-Cálculo*. São Paulo: Addison Wesley, 2009.

IEZZI, G; MURAKAMI, C. *Fundamentos de matemática elementar 1: conjuntos, funções*. 7. ed. São Paulo: Atual, 1993.

SAFIER, Fred. *Teoria e problemas de pré-cálculo*. Tradução de Adonai Schlup Sant'Anna. Porto Alegre: Bookman, 2003

Bibliografia Complementar

ÁVILA, Geraldo S. S. *Cálculo 1: função de uma variável*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1992.

CARMO, Manfredo Perdigão do. *Trigonometria; números complexos*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1992..

IEZZI, G; MURAKAMI, C. *Fundamentos de matemática elementar, 2: logaritmos*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1993.

IEZZI, G; MURAKAMI, C. *Fundamentos de matemática elementar, 3: trigonometria*. 7. ed. São Paulo: Atual, 1993.

LIMA, Elon Lages. *Logaritmos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 1996.

Introdução a Álgebra Linear

Ementa:

Matrizes, Determinantes, Sistemas de Equações Algébricas Lineares, Espaços Vetoriais, Transformações Lineares, Autovalores e Autovetores, Espaços com Produto Interno.

Bibliografia Básica:

ANTON, Howard; RORRES, Chris. *Álgebra linear com aplicações*. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOLDRINI, José Luiz. *Álgebra linear*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1986.

CALLIOLI, Carlos A.; COSTA, Roberto C. F.; DOMINGUES, Hygino H. *Álgebra linear e aplicações*. 6. ed. São Paulo: Atual, 1990.

Bibliografia Complementar:

HOFFMAN, Kenneth; KUNZE, Ray. *Álgebra linear*. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1979. 514 p.

KOLMAN, Bernard. *Introdução à álgebra linear com aplicações*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

LIMA, Elon Lages. *Álgebra linear*. 4. ed. Rio de Janeiro: IMPA, 2000. 357 p. (Coleção Matemática Universitária).

LIPSCHUTZ, Seymour. *Álgebra linear: teoria e problemas*. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: Pearson, 2002.

SHOKRANIAN, Salahoddin. *Introdução à álgebra linear*. Brasília: Editora UnB, 2004.

Cálculo II

Ementa

Integrais: primitivas imediatas, integração por substituição e por partes. Técnicas de integração. Integral definida e aplicações. Integrais impróprias.

Bibliografia Básica:

LEITHOLD, Louis. *O cálculo com geometria analítica*. 3. ed. São Paulo: Harbra, 1994. v. 1.

STEWART, James. *Cálculo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. v. 1.

THOMAS JR. George B. *Cálculo*. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. v. 1.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Geraldo S. S. *Cálculo 1: função de uma variável*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1992.

HOFFMANN, Laurence D.; SZWARCFITER, Regina (Trad.). *Cálculo: um curso moderno e suas aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 1.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 1.

SIMMONS, George F. *Cálculo com geometria analítica*. São Paulo: Makron Books, 1987. v. 1.

SWOKOWSKI, Earl Willian. *Cálculo com geometria analítica*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1995. v. 1 e 2.

Cálculo III

Ementa

Coordenadas polares. Fórmulas de Taylor e Maclaurim. Sequências e séries. Funções de várias variáveis. Derivadas parciais. Definição de integral múltipla.

Bibliografia Básica:

LEITHOLD, Louis. *O cálculo com geometria analítica*. São Paulo: Harbra, 1994. v. 2.

STEWART, James. *Cálculo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. v. 2.
THOMAS JR. GEORGE B. *Cálculo*. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. v. 2.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Geraldo S. S. *Cálculo 2: função de uma variável*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1992.

ÁVILA, Geraldo S. S. *Cálculo 3: função de várias variáveis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1992.

HOFFMANN, Laurence D.; SZWARCFITER, Regina (Trad.). *Cálculo: um curso moderno e suas aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

SWOKOWSKI, Earl Willian. *Cálculo com geometria analítica*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1995. v. 2.

Cálculo IV

Ementa

Derivadas direcionais e gradientes, multiplicadores de Lagrange, Integral múltipla e integral de linha.

Bibliografia Básica:

LEITHOLD, Louis. *O cálculo com geometria analítica*. São Paulo: Harbra, 1994. v. 2.

STEWART, James. *Cálculo*. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. v. 2.

THOMAS JR. GEORGE B. *Cálculo*. 10 ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002. v. 2.

Bibliografia Complementar:

ÁVILA, Geraldo S. S. *Cálculo 3: função de várias variáveis*. 5. ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1992.

HOFFMANN, Laurence D.; SZWARCFITER, Regina (Trad.). *Cálculo: um curso moderno e suas aplicações*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

MUNEM, Mustafa A.; FOULIS, David J. *Cálculo*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. v. 2.

SWOKOWSKI, Earl Willian. *Cálculo com geometria analítica*. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1995. v. 2.

Inglês Instrumental aplicado às Ciências Sociais e Aplicadas

Ementa:

Estratégias de leitura. Estudo das estruturas básicas da língua inglesa: tempos verbais; verbos de modalização; referência pronominal; voz passiva; estrutura nominal.

Processo de formação de palavras. Leitura e interpretação de textos acadêmicos em inglês na área das Ciências Sociais. Estudo sobre as formas de desenvolvimento do parágrafo e das diferentes organizações textuais.

Bibliografia Básica:

HOUAISS, Antônio. *Webster's Dicionário Inglês-Português – Atualizado*. Record, 1998.

LANDO, Isa Mara. *Vocabulando*. Disal, 2006.

MACMILLAN ELT. *Macmillan English Dictionary for Advanced Learners with CD-Rom*. Macmillan ELT, 2002.

MURPHY, Raymond e SMALZER, William R. *Grammar in Use Intermediate with Audio CD and Answers*. 2ª ed. Cambridge University Press, United Kingdom, 2000

Bibliografia Complementar:

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Dicionário de Termos Financeiros e Bancários*. Disal, 2006.

BLOOMSBURY. *Dicionário de Termos de Negócios – Inglês*. Publifolha, 2003.

DOWNES, John, GOODMAN, Jordan E. *Dicionário de Termos Financeiros e investimentos*. Nobel, 1993.

MELLO, Maria Chaves de. *Dicionário Jurídico. Método*, 2006.

SIGNER, Rena. *Dicionário Brasileiro de Relações Internacionais – Francês-Espanhol-Inglês-Português*. Signer, 2001.

(Periódicos, manuais e livros editados em língua inglesa na área de Ciências Sociais e Aplicadas.)

Língua Brasileira de Sinais - Libras

A história da educação dos surdos. Aspectos fonológicos, morfológicos e sintáticos da Língua Brasileira de Sinais. A relação entre LIBRAS e a Língua Portuguesa. Processos de significação e subjetivação. O ensino-aprendizagem em LIBRAS. A linguagem visogestual e suas implicações em produções escritas.

Bibliografia Básica

QUADROS, R. M. e KARNOPP, L. B. *Língua de Sinais Brasileira*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SILVA, M. P. M. *Construção de sentidos na escrita do aluno surdo*. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SKLIAR, C. (org). *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Porto Alegre: Mediação, v. 1 e 2, 1999.

Bibliografia Complementar

LODI, A. C. B. et al. Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, H. M. M. L. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília, 2002.

SALLES, H. M. M. L. (Org.) Bilinguismo dos Surdos: Questões Linguísticas e Educacionais. Brasília: Cânone Editorial, 2007.

Sociologia Geral

Ementa

Os fundamentos do pensamento Social contemporâneo. A teoria do contrato social de Rousseau. A teoria social de Marx com ênfase nas relações de produção e nas classes sociais. A teoria da harmonia social em Durkheim e a origem do funcionalismo. A contribuição de Weber para a compreensão do significado das ações sociais, do papel dos atores sociais e da burocracia. Confrontação das visões durkheimiana, marxista e weberiana.

Bibliografia básica

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Nacional, 1971.

MARX, K. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. 8ª Edição, São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1994.

Bibliografia complementar

ROSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

LOWY, Michel. *Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 1992.

FERNANDES, Florestan. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. 3ª ed. São Paulo: Pioneira, 1976.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1973.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1983.

Finanças Internacionais

Ementa:

Revisão de conceitos: balanço de pagamento e mercado cambial. Sistema Financeiro Nacional e Internacional. Mercados financeiros internacionais. Bancos e instituições financeiras internacionais. Precificação de ativos. Economia política das finanças internacionais. Liquidez internacional, choque do juro internacional, programas de ajustes estruturais . Liquidez, estabilidade e prevenção de crises de balanço de pagamentos. Acordos e regulamentação internacional. Alternativas de gestão dos problemas da dívida externa. Interesses dos países em desenvolvimento na reestruturação das finanças internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, G. *Introdução às Finanças Internacionais*. Ed. Pearson Prentice Hall, São Paulo, 2008.

CARVALHO, Maria A. e SILVA, César R. L. - *Economia Internacional*. Ed. Saraiva, São Paulo, 2007.

FORTUNA, E. - *Mercado Financeiro: Produtos e Serviços*. Ed. QualityMark, Rio de Janeiro, 17ª Edição, 2008.

Bibliografia Complementar:

ROBERTS, Richard. *Por dentro das finanças internacionais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Pearson Addison Wesley, 2005, 6ª Edição.

Relações Internacionais Contemporâneas

EMENTA:

Análise e prognóstico do desenvolvimento concreto das Relações Internacionais no mundo. Atores, processos e eventos. O sistema mundial e a globalização dos principais fenômenos da evolução social. Visão sistêmica dos principais fenômenos da cena internacional contemporânea. Breve estudo das particularidades do processo decisório das Relações Internacionais na Europa, América, Ásia e Oceania, Oriente Médio e África.

Bibliografia Básica:

CASTELLS, Manuel. *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 3 vol.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.

NYE JR., Joseph. *O Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

Negociações Comerciais Internacionais

EMENTA:

Panorama do comércio internacional. Instrumentos Básicos de Política Comercial: mecanismos de defesa comercial, tarifas de importação, quotas físicas e tarifárias, instrumentos de incentivo às exportações, instrumentos de promoção comercial e instrumentos e acordos preferenciais. Negociações no âmbito dos Acordos de Comércio do Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento – SGPC e do Sistema Geral de Preferências – SGP. Acordos Internacionais de Comércio. Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – UNCTAD, da Associação Latino-americana de Integração – ALADI, do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, e dos outros processos de integração no continente americano (NAFTA, Comunidade Andina, CARICOM, MCCA e Comunidade Sul-americana).

Bibliografia Básica:

MRE – MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – *Ata Final que Incorpora Resultados das Negociações Comerciais*.

COSTA, Lígia Maura. *OMC: Manual prático da Rodada Uruguai*. São Paulo: Saraiva, 1996.

THORSTENSEN, Vera. *Organização Mundial do Comércio: as regras do comércio internacional e a rodada do milênio*. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1999.

Política Externa do Brasil Contemporâneo

EMENTA:

Análise do processo decisório da Política Exterior Brasileira desde a década de 1980 até os dias atuais: principais interlocutores, instrumentos, metas, diretrizes e instâncias decisórias. Reflexão sobre as linhas gerais da política exterior do Brasil: defesa, economia, política e temas sociais. Discussão dos principais temas da política exterior do Brasil no mundo contemporâneo: a participação brasileira nos foros multilaterais, as negociações comerciais, a integração regional e hemisférica.

Bibliografia Básica

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de e LESSA, Antonio Carlos (org.). *Relações internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006, 2v.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Marcelo Paiva . *O Brasil e a Economia Mundial, 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

ALMEIDA, Paulo R. “A *relação do Brasil com os EUA: de FHC-Clinton a Lula-Bush*”. In: URANI, André; GIAMBIAGI, Fabio; Reis, José Guilherme dos. *Reformas no Brasil: passado, presente e futuro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; BARBOSA, Rubens Antonio (org.), *Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências*. São Paulo: Editora Saraiva, 2005.

———. *Relações internacionais e política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

Teoria Geral da Administração II

Ementa:

Modelo Burocrático de Organização. Teoria Estruturalista da Administração. Teoria Comportamental da Administração.. Teoria de Sistemas. Teoria da Contingência.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Introdução à teoria geral da administração*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

MORAES, Anna Maris Pereira. *Iniciação ao estudo da administração*. São Paulo: Makron, 2005.

REINALDO O. DA SILVA. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira, 2005.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA, Ademir Antônio, et. al. *Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias*. Pioneira, São Paulo, 2002.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo: Atlas, 2000.

MEGGINSON, Leon; MOSLEY, Donald C.; PIETRI JR, Paul H. *Administração: conceitos e aplicações*. São Paulo, Habra, 1998.

MORAES, Anna Maris Pereira. *Iniciação ao estudo da administração*. São Paulo: Makron, 2005.

MOTTA, Fernando C. Prestes et. all. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Thomson, 2004.

Empreendedorismo e Inovação

Ementa:

Natureza e importância do empreendedorismo. Empreendedorismo privado, empreendedorismo social e intraempreendedorismo. Desenvolvimento de atitudes e habilidades empreendedoras. Empreendedorismo e inovação. Planejamento e implementação de um empreendimento.

Bibliografia Básica

DORNELAS, José Carlos. *Empreendedorismo: transformando idéias em negócios*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

KIM, W. Chan; MAUBORGNE, Renée. *A Estratégia do oceano azul: como criar novos mercados e tornar a concorrência irrelevante*. Trad. SERRA, Afonso Celso da Cunha. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2005.

HISRICH, Robert; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. *Empreendedorismo*. São Paulo: Bookman, 2009.

Bibliografia Complementar

BESSANT, John; TIDD, Joe. *Inovação e empreendedorismo*. São Paulo: Bookman, 2009.

BERNARDI, L. A. *Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas*. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

BORNSTEIN, David. *Como mudar o mundo: empreendedores sociais e o poder das novas idéias*. Trad. RAPOSO, Alexandre; MEDINA, Maria Beatriz de. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DORNELAS, José Carlos. *Empreendedorismo Corporativo*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SOUZA, Eda Lucas de Castro; GUIMARÃES, Tomás de Aquino (org.). *Empreendedorismo Além do Plano de Negócios*. São Paulo: Atlas, 2005.

Administração Pública

Ementa:

Antecedentes: origem e evolução do Estado; a influência ibérica, particularmente portuguesa; estrutura político-administrativa do Estado Brasileiro; organização e o funcionamento da administração pública brasileira; sistemas técnico-operacionais; reforma do estado e da administração pública: as mudanças no papel do estado; perspectivas da administração pública brasileira.

Bibliografia Básica

FERLIE, Ewan, et. al. A Nova Administração Pública em Ação, Brasília: Editora UnB e ENAP, 1999.

MEIRELLES, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, São Paulo: Malheiros Editores, 2003, 28ª ed.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

Bibliografia Complementar

BEHRING, Elaine Rosseti – Brasil em contra reforma: desestruturação do Estado e Perda de Direitos, São Paulo, Cortez Editora, 2003.

GIAMBIAGI, Fabio e Além, Ana Cláudia, Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil, Rio de Janeiro: Campus, 2001.

GOLDSMITH, Stephen e EGGERS, William. Governar em rede: o novo format do setor público. Brasília: ENAP, 2006.

MOORE, Mark H. Criando valor público: gestão estratégica no governo. Brasília: Enap, 2002.

SPINK, Peter; CACCIA-BAVA, Silvio; PAULICS, Verônica (orgs.) Novos contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Instituto Polis e Programa de Gestão Pública e Cidadania, 2002.

Planejamento e Gestão de Projetos.

Ementa:

Introdução ao Planejamento e Gestão de Projetos. A concepção do projeto. Fases do Projeto – formalização do início, equipe de projeto, planejamento, a programação. Gestão de Risco, tempo e conflito. Execução e Controle de projeto. Finalização do Projeto.

Bibliografia Básica

BUARQUE, Cristovam. *Avaliação econômica de projetos: Uma apresentação didática*. 12. ed Rio de Janeiro: Campus, 1984.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. *Administração de Projetos – Como Transformar idéias em Resultados*. 2ª. Ed.São Paulo: Atlas, 2002.

MENEZES, Luís César de Moura. *Gestão de projetos*. São Paulo: Atlas, 2007

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Marly Monteiro de; RABECHINI JR., Roque. São Paulo: Atlas, 2008.

CASAROTTO F., N., KOPITTKE, B. H. *Análise de Investimentos*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

CLEMENTE, Ademir (organizador). *Projetos Empresariais e Públicos*. São Paulo: Atlas, 1998.

HELDMAN, Kim. *Gerência de Projetos: Guia para o exame oficial do PMI*. São Paulo: Elsevier/Campus, 2009.

WOILER, S. & MATHIAS, W. F. *Projetos: Planejamento, Elaboração e Análise*. São Paulo: Atlas, 1998.

Planejamento Tributário

Ementa:

Planejamento tributário: Conceitos, técnicas, e importância no contexto da gestão empresarial. Apuração dos tributos municipais, estaduais, federais e autárquicos.. As diferentes formas de apuração e recolhimento de impostos. Noções gerais sobre o lucro real, presumido e arbitrado. Casos práticos. Lucro presumido X IRPF. Lucro real X Lucro presumido. Formas de evasão e elisão fiscal.

Bibliografia Básica

FEDERIGHI, Wanderley José: *Direito Tributário : Parte Geral*, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ABRETTI, Cláudio Camargo; FABRETTI, Dilene Ramos. *Direito tributário para os cursos de administração e ciências contábeis*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

Bibliografia Complementar

- BORGES, Humberto Bonavides. *Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR : economia de impostos, racionalização de procedimentos fiscais, relevantes questões tributárias, controvertidas questões tributárias*. 6ª edição. Editora Atlas.
- CAMPOS, Cândido Henrique de. *Planejamento Tributário: PIS/COFINS, importação e disposições legais*. São Paulo: Saraiva, 2006
- HIGUCHI, Hiromi. *Imposto de renda das empresas: interpretação e prática*. Colaboração de Fábio Hiroshi Higuchi; Celso H Higuchi. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- NEVES, Silvério das. *Curso prático de imposto de renda pessoa jurídica*. Colaboração de Paulo Eduardo V Viceconti. 9. ed. atual. e rev. São Paulo: Frase, 2002.
- OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. *Contabilidade tributária*. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2009

Ciência Política e Teoria Geral do Estado

Ementa

A Ciência Política. A Teoria Geral do Estado. Distinções. Similitudes. A Sociedade. A Sociedade Política. A Política. História das Idéias Políticas. O Poder. O Estado. Os Tipos de Estado. A Soberania. O Território. O Povo. Os Fins do Estado. As Formas Políticas. As Formas de Estado. As Formas de Governo. Os Sistemas de Governo. Os Regimes Políticos. O Sistema Político. O Sistema Eleitoral. O Sistema Partidário. Os Grupos de Pressão. A Opinião Pública. Revolução. Golpe de Estado. O Estado na Ordem Internacional.

Bibliografia Básica:

- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Editora Malheiros.
- GAMA, Ricardo Rodrigues. *Ciência Política*. Campinas; Editora LZN.
- MALUF, Sahid. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo; Editora Saraiva.
- MENEZES, Aderson de. *Teoria Geral do Estado*. Rio de Janeiro; Editora Forense.

Bibliografia Complementar:

- FILOMENO, José Geraldo Brito. *Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FRIEDE, Reis. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Direito Financeiro

Ementa

Atividade financeira do Estado. Necessidades Públicas. Fenômeno financeiro. Direito Financeiro no Brasil. Receita Pública. Crédito Público. Despesa Pública. Orçamento Público. Controle e Fiscalização orçamentária. Controle Externo e Controle Interno. Tribunais de Contas. Responsabilidade Fiscal.

Bibliografia Básica:

BALLEIRO, Aliomar. *Uma introdução à Ciência das Finanças*. Rio de Janeiro: Forense.

CAMPOS, Dejalma de. *Direito financeiro e orçamentário*. São Paulo: Atlas.

CRUZ, Flávio da, et al. *Comentários à Lei 4.320*. São Paulo: Atlas.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NÓBREGA, Livânia Tavares. *Direito financeiro*. Brasília: Fortium.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, Aldemário de Castro. *Direito Tributário*. 3ª ed. Brasília: Fortium, 2007.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

Direitos Humanos

Ementa

Direitos humanos. Organização das Nações Unidas. Genocídio. Declaração Universal de Direitos Humanos. Reclusos. Discriminação racial. Direitos civis. Direitos políticos. Direitos econômicos. Direitos sociais. Direitos culturais. Discriminação contra mulheres. Tortura. Infância e juventude. Índios. Trabalho. Trabalho infantil. Conflitos armados. Pessoas com deficiência. Sistema regional. OEA. Direito humanitário. Direito dos refugiados.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. *A era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos Direitos Humanos*, 4ª Ed., Saraiva, São Paulo, 2005.

_____. *Ética – Direito, Moral e Religião no Mundo Moderno*, Cia. das Letras, São Paulo, 2006.

_____. *Fundamento dos Direitos Humanos*, in *Revista de Estudos Avançados*, 2000, p.53 a 74.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos humanos fundamentais*, São

Paulo: Saraiva, 1995.

Bibliografia Complementar:

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*, Cia. das Letras, São Paulo, 1988.

MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais – Teoria Geral*. São Paulo: Atlas, 2007.

Direito Constitucional I

Ementa

Constituição da República de 1988: Preâmbulo e Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos; Partidos Políticos.

Bibliografia Básica:

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Malheiros.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

MORAES, Alexandre. in *Direito Constitucional*. Editora Atlas.

SILVA, José Afonso. in *Curso de Direito Constitucional Positivo*. Editora Malheiros.

Bibliografia Complementar:

FERREIRA SANTOS, Marisa. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.

CHIMENTI, Ricardo Cunha. CAPEZ, Fernando; ELIAS ROSA, Márcio Fernando; FERREIRA SANTOS, Marisa. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva.

Direito Constitucional II

Ementa

Organização do Estado: Organização Político-Administrativa; União; Estados Federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios; Intervenção; Administração Pública. Organização dos Poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário; Funções Essenciais à Justiça e Controle de Constitucionalidade.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Malheiros.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Curso de Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

HORTA, Raul Machado, in *Estudos de Direito Constitucional*. Editora Del Rey.

MORAES, Alexandre. in *Direito Constitucional*. Editora Atlas.

SILVA, José Afonso. *in Curso de Direito Constitucional Positivo*. Editora Malheiros.

Bibliografia Complementar:

MENDES, Gilmar Ferreira. *Direitos Fundamentais e Controle de Constitucionalidade: Estudos de Direito Constitucional*. Editora Saraiva.

TEMER, Michel. *Elementos de direito constitucional*. São Paulo: Malheiros.

Direito Administrativo I

Ementa

Direito Administrativo: origem, objeto e conceito. O regime jurídico-administrativo. A organização administrativa. Figuras jurídicas introduzidas pela reforma administrativa. Atividade administrativa. Poderes da Administração. Poderes e deveres do administrador. Atos administrativos. Controle da Administração Pública. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado por comportamentos administrativos. Agentes públicos.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, *Celso Ribeiro*. Curso de Direito Administrativo - Editora Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança. São Paulo ; Malheiros Editores.

Direito Administrativo II

Ementa

Licitações Públicas. Contratos Administrativos. Serviços públicos. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade privada e atuação no domínio econômico.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.

GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros Editores.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros Editores.

Bibliografia Complementar:

BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Administrativo* - Editora Saraiva.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Mandado de Segurança*. São Paulo ; Malheiros Editores.

Contabilidade Básica II

Ementa

Registros das operações de desembolsos que se transformarão em despesas e passivos que se transformarão em receitas: Receitas e Despesas Antecipadas. Demonstração do Resultado do Exercício. Variações do Patrimônio Líquido; Operações com Mercadorias; Contas e Planos de Contas. Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. *Contabilidade Introdutória*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Equipe de Professores da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. *Contabilidade Introdutória- Livro de Exercícios*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial*. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica*. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Básica – Livro de exercícios*. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. *Contabilidade Empresarial – Livro de Exercícios*. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Helio de Paula. *Contabilidade para Administradores*. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

STICKNEY & WEIL; *Contabilidade Financeira*, 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Gestão Financeira e Orçamentária Governamental

Ementa

Aspectos Legais e Princípios da Administração Pública. Planejamento do Setor Público. Evolução conceitual do orçamento público. Princípios orçamentários. Evolução do processo orçamentário brasileiro. O sistema atual e o processo de planejamento público Nacional. Legislação Sobre de Orçamento, Dispositivos Constitucionais Sobre Planejamento e Orçamento. Plano Plurianual: Aspectos Formais, Estrutura do PPA, Elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual (LOA), Elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Receita: Classificação da Receita, Receitas Correntes, Receitas de Capital, Estágios da Receita, Codificação da Receita. Despesa: Despesa Orçamentária e Extra Orçamentária, Categorias Econômicas, Despesas Correntes, Despesas de Capital, Grupos de Natureza de Despesa, Estágios da Despesa. Execução do Orçamento: Programação Financeira, Cronograma de Desembolso e Movimentação de Recursos, Movimentação de Crédito, Créditos adicionais, Restos a Pagar, Licitações. Financiamento do Plano e Orçamento. Processo orçamentário da Administração Pública. A programação e a classificação das despesas e das receitas. Acompanhamento e avaliação pelo Poder Executivo. Análise das propostas pelo Congresso Nacional. A execução orçamentária. Análise do orçamento. Lei de responsabilidade fiscal. Execução e fiscalização do orçamento.

Bibliografia Básica

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo H. Gestão de Finanças Públicas. Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

JUND, Sérgio. AFO – Administração Financeira e Orçamentária. 4ª Edição. Ed Campus.

Bibliografia Complementar

REZENDE, Fernando. Finanças Públicas. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio e Além, Ana Cláudia. Finanças Públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro, Campus, 1999

MOTA, Francisco Glauber Lima. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. Brasília. 1ª Edição. 2009

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade Pública no Governo Federal: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel. São Paulo: Atlas, 2004.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública, uma Abordagem da Administração financeira Pública. São Paulo: Atlas, 2002.

Contabilidade Comercial

Ementa

Noções de comércio e instituições comerciais. Classificações de sociedades. Plano de Contas. Constituição das empresas Comerciais (parte jurídica e parte contábil). Operações Típicas em Empresas Comerciais. Impostos e Taxas sobre vendas. Operações com Mercadorias. Apuração do resultado. Operações Financeiras. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. Folha de Pagamento. Ativo Fixo. Depreciação. Operações entre Matriz e Filial. Aspectos Fiscais e Legais da Contabilidade.

Bibliografia Básica

IUDICIBUS, Sérgio de & MARION, José Carlos. Contabilidade Comercial. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, SOUZA, Clóvis de, TAKAKURA, Massakazu. *Contabilidade: Teoria e Prática*. Volume 1. 5.ed. São Paulo : Atlas, 2009.

FAVERO, Hamilton Luiz, LONARDONI, Mário, SOUZA, Clóvis de, TAKAKURA, Massakazu. *Contabilidade: Teoria e Prática*. Volume 2. 1.ed. São Paulo : Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar

FRANCO, Hilário. Contabilidade Comercial. 13.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: Aplicável Também às Demais Sociedades. 7.ed. São Paulo. Atlas, 2007.

IUDICIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades Por Ações: Aplicável Também às Demais Sociedades – Complemento. 2.ed. São Paulo. Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade Comercial Fácil. 16.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUZA, Acilon Batista de. Contabilidade de Empresas Comerciais. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Contabilidade Governamental

Ementa

Contabilidade Pública. Conceito. Objeto. Exercício Financeiro. Regime Contábil. Campo de aplicação. Legislação básica. Receita Pública. Despesa Pública. Orçamento Público. Plano de Contas da Administração Pública Federal. Receitas e Despesas Extra-orçamentárias. Tabelas de eventos. Lançamentos típicos. Demonstrações. Estágio: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Bibliografia Básica

MOTA, Francisco Glauber Lima. CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO. Brasília. 1ª Edição. 2009

CASTRO, Domingos Poubel de; GARCIA, Leice Maria. Contabilidade Pública no Governo Federal: Guia para Reformulação do Ensino e Implantação da Lógica do SIAFI nos Governos Municipais e Estaduais com Utilização do Excel. São Paulo: Atlas, 2004.

LIMA, Diana Vaz de . CASTRO, Róbison Gonçalves de . Contabilidade Pública - Exercícios , Questões e Testes com Respostas. São Paulo. Atlas

Bibliografia Complementar

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. Contabilidade Pública, uma Abordagem da Administração financeira Pública. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2002.

ANGÉLICO, João. Contabilidade Pública. São Paulo: Atlas, 1995.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 8. ed. São Paulo: Atlas - Ribeirão Preto, 2001.

PIRES, João Batista Fortes de Souza. Contabilidade pública. 7. ed. Brasília: Franco & Fortes, 2000.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil - 1988. Brasília: Senado Federal, 1988

Controladoria

Ementa

Estudo da Controladoria como uma ciência multidisciplinar que utiliza ferramentas da Contabilidade, da Administração, da Economia, da Estatística, dentre outras áreas do conhecimento, para levar a empresa ao seu resultado ótimo. Contabilidade para tomada de decisões. Contabilidade no controle gerencial. Decisão para formação de preços. Planejamento Estratégico. Planejamento Operacional. Orçamento empresarial: elaboração, execução, acompanhamento e análise. Estabelecimento de metas.

Bibliografia Básica

CATELLI, Armando. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica, GECON. 2ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RAPPAPORT, Alfred. Gerando Valor para o acionista: Um Guia para Administradores e Investidores . São Paulo: Atlas, 2001.

GARRISON, Ray H. e NOREEN, Eric W. 9ª ed. Contabilidade Gerencial. Rio de Janeiro: LTD, 2007.

Bibliografia Complementar

ATKINSON, Anthony A, BANKER, Rajiv D., KAPLAN, Robert S. YOUNG S. Mark. Contabilidade Gerencial. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ANTHONY, R.N.; GOVINDARAJAN, V. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREZ JÚNIOR, José Hernandez.FRANCO, Sergio Paulo Cintra. PESTANA, Armando Oliveira. Controladoria de Gestão: Teoria e Prática. 2ed. São Paulo: Atlas, 1997.

PADOVESE, Clóvis Luís. Sistemas de Informações Contábeis, Fundamentos e Análises. 6ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIO, Sérgio Rodrigues. Sistemas de Informação: um enfoque gerencial. 2ed. São Paulo: Atlas, 2008.

6.3. Estruturação das Práticas

Habilitar o egresso do curso ao exercício prático das atividades inerentes à profissão e adequá-lo ao contexto e às particularidades próprias do mercado de trabalho do Distrito Federal é um dos objetivos traçados para o curso de Economia da UCB, bem como um de seus diferenciais. Na realidade, esse objetivo é visto como sinérgico e impulsionador da formação acadêmica ampla e sólida que o curso também busca proporcionar, uma vez que a integração entre teoria e prática permite o aprofundamento das questões teóricas, bem como o amadurecimento intelectual e profissional do estudante.

Nessa perspectiva, uma série de disciplinas, em vários dos núcleos em que o curso se desdobra, foi pensada de forma a incluir atividades práticas e voltadas para a atuação profissional. Por exemplo, as disciplinas de microeconomia e macroeconomia são abordadas de maneira eminentemente aplicada, cujo objetivo primordial é colocar em prática, de forma integrada, os conceitos e instrumentos típicos da profissão do

economista, desenvolvidos, inclusive, nos núcleos de métodos quantitativos e de finanças, bem como no de Trabalho de Conclusão de Curso.

Para operacionalização das atividades práticas, devem-se privilegiar situações-problemas que possam ser resolvidas com o uso da teoria, dos conceitos e dos instrumentos típicos da profissão, sempre numa perspectiva ampla e sintonizada com os princípios Institucionais e da área das Ciências Sociais Aplicadas. Em cada disciplina com conteúdo prático, o educador deve especificar em seu plano de ensino quais são atividades que o estudante deve desenvolver, dentro e fora da sala de aula e nos laboratórios, e qual a dinâmica a ser implementada. É estimulada também a realização de trabalhos individuais e em grupos, o que promove a integração, a capacidade de cooperação, a liderança e o compartilhamento do saber. Além disso, essas atividades devem fazer parte também do processo de avaliação.

Apesar da flexibilidade que o processo deve necessariamente conter, em algumas disciplinas há atividades que já são naturalmente esperadas. Por exemplo, nas disciplinas de Introdução ao Mercado Financeiro e Finanças Corporativas I, as horas práticas devem ser preenchidas na elaboração de um estudo de caso, o qual pode ser um estudo de viabilidade econômico-financeira de algum projeto de investimento ou de uma empresa. O professor pode direcionar alguns projetos específicos ou abrir a oportunidade para que os estudantes escolham o empreendimento de seu interesse. Preferencialmente, este tipo de trabalho deve ser desenvolvido em grupos, já que se trata de uma situação na qual a troca de experiências e de saberes promove uma sinergia muito grande e o resultado tende naturalmente a ser melhor do que aquele obtido individualmente.

Nas disciplinas de Econometria I e II, por sua vez, o professor deve planejar trabalhos a serem desenvolvidos ao longo do semestre. O objeto de estudo deve envolver a busca, o tratamento e a análise de dados reais da economia brasileira ou de questões específicas dentro da teoria econômica que possam ser testadas empiricamente. No mesmo caminho devem seguir as demais disciplinas desse grupo.

Destaque deve ser dado, finalmente, ao caráter profissionalizante e voltado ao mercado de trabalho local das disciplinas que compõem o núcleo de finanças, tanto as relacionadas às finanças pessoais e empresariais, como as vinculadas às finanças públicas. Aqui, destaca-se a vocação de mercado própria do Distrito Federal, como se ressaltou no início, e um caminho também para que a especialização do egresso já se desenhe no decorrer da sua graduação.

6.4. Atividades Complementares

As atividades complementares, ou atividades acadêmico-científico-culturais, têm como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante, por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário.

No curso de Ciências Econômicas, conforme as novas Diretrizes Curriculares para os cursos de economia, *“são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade”*.

Para efeito de integralização curricular, o aluno deverá realizar, ao longo do Curso, 240 (duzentas e quarenta) horas de atividades complementares, certificadas conforme processo definido em regulamento próprio e em normas relacionadas. O aluno pode optar por no mínimo duas atividades, de modo a integralizar as 240 horas. A realização das atividades complementares na carga horária e nas condições referidas em regulamento é requisito obrigatório para a conclusão do Curso de Ciências Econômicas.

A regulamentação para a validação das horas de atividades complementares no curso de Economia segue as orientações e definições do documento de Normas e Procedimentos Acadêmicos para os cursos de Graduação, da Universidade Católica de Brasília, aprovado por seu Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

6.5. Dinâmica do TCC e Estágio

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

O fechamento do curso ocorre com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Este trabalho busca consolidar a articulação vertical e horizontal de conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidas, bem como a integração entre teoria e prática.

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser elaborado basicamente em três etapas. A primeira etapa corresponde a uma **disciplina** e seus desdobramentos, que se refletem ao longo de toda a formação do estudante e nas demais cadeiras do curso. Trata-se de Introdução ao Ensino Superior, vista já no primeiro semestre, onde o estudante é apresentado ao pensamento científico, suas regras e repercussões. A idéia é que o educando já inicie seus estudos universitários a partir de uma perspectiva científica, que deve ser aproveitada, ampliada e amadurecida na conjugação com as diversas matérias do curso. A segunda etapa, por sua vez, é realizada por meio de um processo de **orientação**, na disciplina TCC I - Técnicas de Pesquisa em Economia, onde o estudante irá atacar diretamente as questões científicas e deve elaborar um projeto de pesquisa. A terceira etapa equivale à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC II – Economia), que é a execução do projeto anteriormente elaborado, também sob a supervisão de um **orientador**.

As atribuições de cada etapa são apresentadas a seguir:

- Trabalho realizado em Introdução ao Ensino Superior
 - reflexão acerca do conhecimento, em particular da ciência, numa perspectiva epistemológica;
 - entendimento e apreensão da perspectiva histórica da construção do conhecimento e familiarização com as especificidades do conhecimento científico/acadêmico;
 - análise dos procedimentos éticos, técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica e de um trabalho de extensão universitária;
 - Desenvolvimento de atividades práticas relacionadas às formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos (fichamento, resenha, relatórios, projeto de pesquisa etc), especialmente das normas técnicas neles utilizadas;
 - Aproveitamento e amadurecimento desses conhecimentos e técnicas nas demais disciplinas do curso.
- Trabalho realizado em TCC I – TPE, sob orientação de um professor:
 - definição e delimitação do tema do Trabalho de Conclusão de Curso;
 - definição do problema econômico a ser analisado;
 - definição dos objetivos da pesquisa, tanto em termos gerais como específicos;
 - especificação da metodologia a ser empregada na análise, detalhando-se a forma como o problema será abordado e os instrumentos que serão utilizados para este fim.

- Trabalho realizado em TCC II - Economia:
 - execução do projeto de pesquisa elaborado na disciplina TCC I - TPE, sob orientação de um professor;
 - apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos com o estudo;
 - descrição das conclusões obtidas com o estudo;
 - elaboração do relatório final do trabalho de graduação;
 - apresentação do estudo a uma banca examinadora para avaliação final.

A versão final do Trabalho de Conclusão de Curso será apresentada e defendida pelo estudante perante uma banca examinadora composta por professores, nomeados pela Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso e com ciência da Direção do Curso de Ciências Econômicas, sendo o professor orientador o seu presidente.

A apresentação e a defesa oral do Trabalho de Conclusão de Curso são de natureza pública, sendo estimulada a participação dos demais estudantes do curso no referido evento. A nota de cada membro da banca examinadora deve levar em consideração tanto a parte escrita do trabalho quanto sua apresentação oral.

A Direção do curso de Ciências Econômicas, com apoio do NDE, expedirá regulamento específico para elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso. Este regulamento deve normatizar a elaboração, apresentar a estrutura básica e definir regras gerais e específicas de apresentação do TCC, em consonância com as diretrizes da UCB para Trabalhos de Conclusão de Curso.

Estágio Não-obrigatório

O Estágio do curso de Ciências Econômicas é componente não-obrigatório da Matriz curricular. No entanto, o curso estimula os alunos a realizarem estágios como forma de complementação de seus estudos. Neste sentido, é essencial que o aluno procure estágios cujas atividades sejam inerentes à profissão do economista para que sejam reconhecidas pelo curso como uma atividade legítima no processo de complementação de estudos. O estágio não-obrigatório segue os princípios e normas estabelecidas pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Economia, instituídas pela Resolução nº. 4, de 13 de Julho de 2007, bem como as normas gerais da UCB pertinente à matéria. A Direção do curso de Ciências Econômicas também expedirá regulamento complementar e específico do curso para orientar as contratações e a supervisão dos estágios.

7. Referências Bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº. 31.794, de 17 de novembro de 1952, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Profissão de Economista, regida pela Lei nº. 1.411 de 13 de agosto de 1951, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1952.
- BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Decreto nº. 73.813/74 relativo ao parecer CFE/MEC nº. 680/74. Diário Oficial da União, Brasília 12 de março de 1974.
- BRASIL. Lei nº. 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1951.
- BRASIL. Lei nº. 6.021, de 03 de janeiro de 1974 que altera dispositivos da Lei nº. 1.411, de 13 de agosto de 1951, que dispõe sobre a profissão de Economista. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de Janeiro de 1974.
- BRASIL. Lei nº. 6.537, de 19 de junho de 1978, que altera os dispositivos da Lei nº 1.411, de 13 de agosto de 1951, que "dispõe sobre a profissão de Economista". Diário Oficial da União, Brasília, 21 de junho de 1979.
- BRASIL. Portaria Ministerial do Ministério da Educação e Cultura nº. 1.827, de 28 de dezembro de 1974, Diário Oficial da União, Brasília 30 de dezembro de 1974.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.
- MEYERS, Chet and JONES, Thomas B. *Promoting Active Learning: Strategies for the College Classroom*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1993.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Carta de Princípios. Brasília: Impressão Gráfica UCB, Edição de 2003.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI*. Brasília, 2007. Mimeografado.
- UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. *Projeto Pedagógico Institucional – PPI*. Brasília, 2007. Mimeografado.

Anexos

Matriz Curricular – Padrão SA

Curso: **Economia**Grau: **3**

Currículo:

Carga Horária Total: **3000** Qtde Créditos Total: **156**Carga Horária Disc. Obrig. **2640** Qtde Créditos Disc. Obrig: **148**Carga Horária Optativa: **120** Qtde Créditos Optativos: **8**Carga Horária Extra-Curricular **0** Qtde Créditos Extra-Curriculares: **0**Atividades Complementares: **240** Data Início: 03/12/2007Nº Semestre Mínimo: **7** Data término:Nº Semestre Máximo: **14**Graduação: **Bacharelado**

Habilitação: Ciências Econômicas

Aprovação:

Turnos disponíveis: Matutino Vespertino **Noturno** IntegralLocal: **Campus I**

Sem	Seq	Cód	Nome Disciplina	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas				Sem
							Teo	Lab	Prát	Total	
1	1	G04001	Introdução a Microeconomia			4	60			60	
1	2	G04038	Introdução ao Mercado Financeiro			4	30	30		60	
1	3	G00320	Matemática Aplicada a Ciências Sociais I			4	60			60	
1	4	G00016	Introdução ao Ensino Superior			8	120			120	
						20	270	30	0	300	
2	5	G04004	Introdução a Macroeconomia			4	60			60	
2	6	G22021	Matemática Financeira			4	60			60	
2	7	G00321	Matemática Aplicada a Ciências Sociais II	03		4	60			60	
2	8	G04003	História Econômica Geral			4	45		30	75	
2	9	G17001	Contabilidade Básica I			4	60			60	
						20	285	0	30	315	
3	10	G04005	Microeconomia I	01 07		4	60			60	
3	11	G04006	Contabilidade Social	05		4	60			60	
3	12	NOVO	Contabilidade de Custos	09		4	60			60	
3	13	G00319	Probabilidade e Estatística	07		4	50	10		60	
3	14	G00405	Instituições de Direito Público e Privado			4	60			60	
						20	290	10	0	300	
4	15	G04007	Microeconomia II	10		4	60			60	
4	16	G04008	Macroeconomia I	11		4	60			60	
4	17	G17003	Estrutura e Análise das Demonstrações Contábeis	09		4	60			60	
4	18	G17003	Legislação Societária e Comercial	14		4	60			60	
4	19	G04009	Econometria I	13		4	30	30	30	90	
						20	270	30	30	330	

Sem	Seq	Cód	Nome Disciplina	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas				Sem Lim
							Teo	Lab	Prát	Total	
5	20	NOVO	Microeconomia III	15		4	60			60	
5	21	G04011	Macroeconomia II	16		4	60			60	
5	22	NOVO	Finanças Corporativas I	02 06		4	30	30	30	90	
5	23	G04012	Econometria II	19		4	30	30	30	90	
5	24	NOVO	Finanças Públicas	05		4	30	30	30	90	
						20	210	90	90	390	
6	25	NOVO	Microeconomia IV	20		4	60			60	
6	26	NOVO	Macroeconomia III	21		4	60			60	
6	27	NOVO	Finanças Corporativas II	22		4	30	30	30	90	
6	28	G04018	História do Pensamento Econômico	08		4	45		30	75	
6	29	G03001	Teoria Geral da Administração I			4	60			60	
						20	255	30	60	345	
7	30	G04020	Macroeconomia IV	26		4	60			60	
7	31	NOVO	Finanças Corporativas III	27		4	30	30	30	90	
7	32	G0410	Formação Econômica do Brasil	08		4	45		30	75	
7	33	G0436	TCCI - Técnica de Pesquisa em Economia	04		2			120	120	
7	34	G00002	Antropologia da Religião			4	60			60	
						18	195	30	180	405	
8	35	NOVO	Optativa I			4	60			60	
8	36	G04016	Economia Brasileira Contemporânea	32		4	45		30	75	
8	37	G00003	Ética			4	60			60	
8	38	G04037	TCC II - Economia	33		2			120	120	
8	39		Optativa II			4	60			60	
						18	225	0	150	375	

Disciplinas Optativas do Currículo

Sem	Seq	Cód	Nome Disciplina	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas				Sem
							Teo	Lab	Prát	Total	
		G04027	Economia Industrial e Regulação		80 CRD	4	60			60	
		G04029	Economia Agrícola		80 CRD	4	60			60	
		G04030	Economia Regional e Urbana		80 CRD	4	60			60	
		G04031	Economia do Trabalho e dos Recursos Humanos		80 CRD	4	60			60	
		G04032	Econometria Avançada		80 CRD	4	60			60	
		G04033	Tópicos Especiais em Economia		80 CRD	4	60			60	
		G04034	Economia Monetária		80 CRD	4	60			60	
		G14014	Economia Internacional		80 CRD	4	60			60	
		G04035	Introdução à Economia Solidária		80 CRD	4	60			60	
		G03002	Teoria Geral da Administração II		80 CRD	4	60			60	
		G03020	Planejamento e Gestão de Projetos		80 CRD	4	60			60	
		G00401	Empreendedorismo e Inovação		80 CRD	4	60			60	
		G03013	Administração Pública		80 CRD	4	60			60	
		G03014	Planejamento Tributário		80 CRD	4	60			60	
		G17002	Contabilidade Básica II		80 CRD	4	60			60	
		G04017	Gestão Financeira e Orçamentária Governamental		80 CRD	4	60			60	
		G17004	Contabilidade Comercial		80 CRD	4	60			60	
		G17014	Contabilidade Governamental		80 CRD	4	60			60	
		G17019	Controladoria		80 CRD	4	60			60	
		G16002	Ciência Política e Teoria Geral do Estado		80 CRD	4	60			60	
		G16026	Direito Financeiro		80 CRD	4	60			60	
		G16056	Direitos Humanos		80 CRD	4	60			60	
		G16014	Direito Constitucional I		80 CRD	4	60			60	
		G16019	Direito Constitucional II		80 CRD	4	60			60	
		G16021	Direito Administrativo I		80 CRD	4	60			60	
		G16027	Direito Administrativo II		80 CRD	4	60			60	
		G14018	Finanças Internacionais		80 CRD	4	60			60	
		G14019	Relações Internacionais Contemporâneas		80 CRD	4	60			60	
		G14022	Negociações Comerciais Internacionais		80 CRD	4	60			60	
		G14025	Política Externa do Brasil Contemporâneo		80 CRD	4	60			60	
		G22008	Introdução à Álgebra Linear		80 CRD	4	60			60	
		G00307	Calculo II		80 CRD	4	60			60	
		G00308	Calculo III		80 CRD	4	60			60	
		G00309	Calculo IV		80 CRD	4	60			60	

Sem	Seq	Cód	Nome Disciplina	Pré-Req	Min.C	Crd	Horas				Sem	
							Teo	Lab	Prát	Total		Lim
		G00304	Língua Brasileira de Sinais - Libras		80 CRD	4	60				60	
		G37001	Sociologia Geral		80 CRD	4	60				60	
		G00014	Inglês Instrumental Aplicado às Ciências Sociais Aplicadas		80 CRD	4	60				60	
		NOVO	Finanças Comportamentais		80 CDR	4	60				60	
		G00305	Tópicos de Matemática		80 CDR	4	60				60	